DECRETO Nº: 5.586 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre o valor da VRM (Valor de Referência do Município) para vigorar no ano de 2016 e dá outras providências".

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente em seu artigo 64 e o disposto na Lei Complementar Municipal nº 39/2002;

Considerando o art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 07/2000;

Considerando o art. 1º da Lei Complementar nº 39/2002, que dispõe: "A VRM (Valor de Referência Municipal) será corrigida, anualmente, mediante decreto do Chefe do Executivo Municipal, pelo INPC-IBGE";

Considerando que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor **(INPC-IBGE) acumulou alta de 11.28% (onze inteiros e vinte e oito centésimos por cento) em 2015**.

Publicado

DECRETA:

Art. 1º - O valor da VRM (Valor de Referência do Município) a vigorar no ano de 2016, será de R$ 38,04 (Trinta e oito reais e quatro centavos).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, especialmente, o Decreto nº: 5.293, de 05 de janeiro de 2015.

Monte Sião, 04 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.586
Em 04/01/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 5.585 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a nomeação de Agentes Públicos para ocuparem os cargos de Conselheiros Tutelares e Suplentes da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os incisos VI e IX do art. 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 40, de 14 de janeiro de 2003, Lei Complementar nº: 93, de 10 de maio de 2007, Lei Complementar nº: 174, de 28 de março de 2014 e ainda

-Considerando as disposições constantes na Lei Federal nº: 12.696, de 25 de julho de 2012 o mandato dos Conselheiros Tutelares e Suplentes vigerá de 10 de janeiro de 2016 até 10 de janeiro de 2020.

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados nos cargos de Conselheiros Tutelares e Suplentes, a partir de 10 de janeiro de 2016, data das respectivas posses, os seguintes Agentes Públicos:

CONSELHEIROS TUTELARES TITULARES

I-MARIA MARTA AZEVEDO, brasileira, Agente Pública, cédula de identidade, RG nº: 3.519.700 SSP/MG inscrita no CPF/MF sob o nº: 468.221.276-15, residente e domiciliada à Rua Juscelino K. de Oliveira, 393, Centro, Monte Sião-MG.

II-MARIA CRISTINA TAVARES BRESSANE, brasileira, Agente Pública, cédula de identidade, RG nº: 6890192 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº: 657.646.926-87, residente e domiciliada à Rua do Mercado, 603, Edifício Ciro Grossi, Apto 02,Centro, Monte Sião- MG.

III-ROBERTO CARLOS BUENO, brasileiro, Agente Público, cédula de identidade, RG nº: M-7.487.27 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº: 182.158.348-50, residente e domiciliado à Rua Juscelino K. de Oliveira, 1.369, fundos, Centro, Monte Sião-MG.

IV- JANETE RIGUETTI, brasileiro, Agente Pública, cédula de identidade, RG nº: 2.476.357 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº: 058.289.656-89, residente e domiciliada à Rua Assumpto Volpini, 131, Jardim Planetário, Monte Sião-MG.

V-DAIANE CARDOSO SOUZA, brasileira, Agente Pública, cédula de identidade, RG nº: 50.883.843-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº: 109.797.496-03, residente e domiciliada à Rua Estrada Municipal, 321, Loteamento São Marcos, Mococa, Monte Sião-MG.

CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTES

I-SANDRA APARECIDA GOMES DA COSTA, brasileira, Agente Pública, cédula de identidade, RG nº: 25.460.451-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 154.635.318-62, residente e domiciliado à Rua Brasília, 28, Novo Horizonte, Monte Sião-MG.

II- ADRIANA DE SOUZA PINTO, brasileira, Agente Pública, cédula de identidade, RG nº: 109.275.248 SSP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº: 086.350.867-75, residente e domiciliada à Rua Pascoal Andreta, 66, Populares, Monte Sião-MG.

III-LUCIENE DE CASSIA CANDREVA FERNANDES, brasileira, Agente Pública, cédula de identidade, RG nº: 38.937.958-X SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº: 077.128.696/18, residente e domiciliada à Rua Bahia , 590, Magioli, Monte Sião-MG.

IV-ALINE MARIA CESAR, brasileira, Agente Pública, cédula de identidade, RG nº: MG-15.319.734 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº: 083.632.206-12, residente e domiciliada à Rua Assumpto Volpini, 479, Planetário, Monte Sião-MG.

Publicado

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 04 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.585
Em 04/01/2016
Diretor Administrativo

PORTARIA Nº: 001 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Estabelece as normas e procedimentos para a responsabilização dos motoristas e/ou condutores de veículos oficiais pelas infrações de trânsito por eles cometidas."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, MG, no uso de suas atribuições e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal.

R E SO L V E:

Art. 1º Fica determinado que os servidores municipais lotados nos cargos de motoristas ou que exercem as funções de condutores dos veículos oficiais do Município serão responsáveis pelas multas de trânsito provenientes das infrações por eles cometidas.

Publicado

Art. 2º O Departamento de Pessoal, quando do recebimento da "Notificação de Autuação de Infração de Trânsito", notificará o servidor condutor, ocasião em que se instaurará processo administrativo simplificado para apurar a responsabilidade do servidor pela infração, a fim de verificar a ocorrência de conduta irregular e respaldar eventual direito de regresso.

Parágrafo único. O servidor supostamente responsável pela infração será notificado para apresentar manifestação em 10 (dez) dias corridos e ininterruptos, a contar da data de sua notificação, oportunidade em que poderá contestar sua autoria, justificar sua conduta, e prestar os esclarecimentos que achar necessário com relação ao sinistro.

Art. 3º Será instituída comissão permanente destinada à avaliação e julgamento das justificativas apresentadas pelos servidores condutores, apurando-se, ao final, a responsabilidade ou não do servidor.

Parágrafo único. A comissão mencionada no caput deste artigo será formada por 4 (quatro) servidores efetivos, nomeados pelo Chefe do Executivo, ficando vinculada ao Departamento de Pessoal da Prefeitura.

Art. 4º Em caso de ausência de manifestação do condutor devidamente notificado, sua responsabilidade será presumida.

Art. 5º Finalizado o processo mencionado no art. 2º desta Lei, o Departamento de Pessoal identificará o infrator junto ao órgão de trânsito, para atendimento da Resolução 17/98 do Conselho Nacional de Trânsito Brasileiro - CONTRAN - e acompanhará a pontuação individual do condutor infrator, comunicando-o formalmente quando sua pontuação atingir 10 (dez) pontos devido às infrações.

Art. 6º O Município poderá efetuar o recolhimento da multa aplicada ao veículo oficial para regularizar sua documentação, devendo o Departamento de Pessoal providenciar, de imediato, o ressarcimento dos valores aos cofres municipais através do desconto em folha de pagamento do servidor infrator.

Parágrafo 1º. O servidor infrator poderá requerer ao órgão competente municipal que proceda ao parcelamento do referido desconto em folha, até quitação integral da(s) multa(s).

Parágrafo 2º. O desconto em folha de pagamento do servidor infrator, não poderá ultrapassar 30% do valor de seu vencimento mensal, devendo o valor integral da multa ser ressarcido em quantas parcelas forem necessárias, respeitando o limite estabelecido neste parágrafo.

Publicado

Art. 7º O servidor ocupante de cargo de motorista e/ou condutor que tiver sua Carteira Nacional de Habilitação suspensa pela primeira vez, poderá, a critério do Executivo, ser aproveitado em função correlata, enquanto durar a suspensão.

Parágrafo único. No caso da suspensão ser motivada e/ou acompanhada por falta disciplinar grave, deverá ser instaurada a competente Sindicância Administrativa.

Art. 8º Não são de responsabilidade dos servidores condutores, as multas provenientes do estado de conservação do veículo.

Parágrafo único. Outras excludentes do pagamento da multa pelo servidor, somente serão consideradas se assim ficar constatado no processo administrativo de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 9º Fica expressamente proibido o transporte de pessoas ou mercadorias estranhas à finalidade da locomoção do veículo.

Parágrafo único. A proibição prevista no "caput" deste artigo aplica-se, também, a veículos particulares que estejam prestando serviços à municipalidade, em regime de contrato e/ou prestação de serviço.

Art. 10 Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 11 A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Monte Sião, 01 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 001
Em. 01/02/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.017 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Determina a concessão e pagamento do auxílio transporte previsto na Lei Municipal nº: 2.317, de 25 de fevereiro de 2016, na forma que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos ditames da Lei Municipal nº: 2.317, de 25 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido, na forma do art. 1° da Lei Municipal nº: 2.317, de 25 de fevereiro de 2016, o auxilio transporte aos estudantes do ensino universitário e técnico relacionados na tabela em anexo, a qual compõe o presente Decreto para todos os seus efeitos legais.

Art. 2° - Em conformidade com o disposto no art. 7° da já citada Lei, os pagamentos dos beneficiários relacionados na tabela referida no art. 1°, terá por referência inicial, o mês de fevereiro do corrente ano.

Art.3º- Fica determinado aos departamentos competentes desta Prefeitura, especialmente a Diretoria de Educação e contabilidade, a adoção de todas as providencias cabíveis ao fiel cumprimento do presente Decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.017
Em. 26/02/2016

Monte Sião, 26 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

ANEXO I – ROL DE BENEFICIÁRIOS

ORDEM	NOME	ENSINO	CIDADE	VALOR
1	ALINE APARECIDA LAURIANO	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
2	AMÁBILE BARBOZA FERRAZ	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
3	AMANDA EMERICK DE SOUZA	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
4	ANDRÉ CAMILO DE GODOY	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
5	ANDRESSA MACIEL PEREIRA	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
6	ARIANE DOMINGUES DE OLIVEIRA	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
7	ARTHUR DE OLIVEIRA FONSECA	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
8	BEATRIZ DE CASSIA FERREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
9	BIANCA APARECIDA PARREIRA	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
10	BRÍGIDA LARA SILVA BUENO	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
11	BRUNA APARECIDA DE SOUZA SILVA	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
12	BRUNA SILVINO DE OLIVEIRA	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
13	BRUNO COMUNE PENNACCHI	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
14	BRUNO DE SOUZA CARVALHO	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
15	CAMILA JONAS PIASSA	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
16	CRISTINA ALESSANDRA DA SILVA	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
17	DANIEL LUIS DOS SANTOS	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
18	DIEGO HENRIQUE PINTO	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
19	DOUGLAS HENRIQUE SETRA	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
20	ÉDER DE OLIVEIRA BARRETO	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
21	ELAINE CRISTINA DE SOUZA PINTO	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
22	ELEN KARINA DE SOUZA	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
23	ELIAS ALMEIDA DE OLIVEIRA	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
24	ESRAS MIGUEL LIMA LOURA	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
25	FERNANDA CRISTINA RUIZ	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
26	GABRIEL PEREIRA BONASSA	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
27	GIOVANE TEIXEIRA MACHADO	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
28	GIOVANNI CIARAMICOLI NICOLI	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
29	HAMILTON SEBASTIAO PIRANI VIRGILIO	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00
30	HENRIQUE PENNACCHI	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
31	JAQUELINE APARECIDA DE FREITAS	TÉCNICO	AMPARO	R$ 256,00
32	JESSICA APARECIDA VITO DOS SANTOS	SUPERIOR	AMPARO	R$ 256,00

Publicado

33	JOÃO PEDRO PEREIRA	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
34	JOAQUIM OVIDIO PEREIRA	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
35	JOICE LOHANA GODOI DE SOUZA	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
36	JONAS FERREIRA DE OLIVEIRA	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
37	JULIANA ROBERTA DA SILVA SANTOS	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
38	LARA PIERONI	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
39	LEONARDO CESAR ORNAGHI	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
40	LETÍCIA APARECIDA DO COUTO	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
41	LETÍCIA SILVA MORAES	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
42	LUCAS DE PAIVA SANTOS	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
43	LUCAS GOMES SILVERIO	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
44	MAIARA DE LIMA	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
45	MARCO ANTÔNIO GOMES DE MORAES	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
46	MARIA LUIZA DE SOUZA TAVARES	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
47	NATÁLIA APARECIDA CÂNDIDO	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
48	NATALIA TELES DO PRADO	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
49	NICOLY M. L. DOS SANTOS	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
50	PAULO ZAMUNER NETO	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
51	POLIANE PALOMA DE OLIVEIRA	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
52	RAFAELA DE PÁDUA LEANDRO	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
53	RAFAELA RODRIGUES	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
54	RAUL BRUNO LEITE MARTINS	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
55	REINALDO VAZ DE LIMA	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
56	RENAN ELESBÃO VELOSO	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
57	RONALDO DE SOUZA BUENO	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
58	SELMA PEREIRA	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
59	SILVIA GABRIELA RAIMUNDO GUERRA	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
60	TÂNIA APARECIDA FERREIRA	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
61	TATIANE BIANCA DE ARAÚJO	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
62	VERA BEATRIZ DE SOUZA	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
63	VITOR DE OLIVEIRA NUCCI ESPÓSITO	TÉCNICO	AMPARO	R$	256,00
64	WESLEY RODRIGO DE SOUZA CARVALHO	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
65	WILLIAN DE ANDRADE DOS SANTOS	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
66	ADALBERTO TAYLOR APARECIDO DA SILVA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
67	ALAN RICARDO LOPES DE PAULA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
68	ALEX APARECIDO ROSINI SILVA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
69	ANA CLAUDIA DE LIMA CARDOSO	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
70	ANA CLAUDIA MOTA NETO	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
71	ANA LUIZA SIMÕES CALEGARI	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00

Publicado

72	BEATRIZ ROSINI SILVA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
73	BIANCA PIRANI VIRGILIO	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
74	CARLA GABRIELA DO COUTO	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
75	CLEITON RAFAEL DE FACCIO	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
76	DIOGO SILVA NOGUEIRA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
77	EDUARDO LUIS DOS SANTOS	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
78	FRANCIELI APARECIDA DA SILVA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
79	GIULIA APARECIDA VAZ DANDERI	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
80	JENNIFER RAYANE ROQUE	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
81	JOÃO PEDRO DE ALMEIDA SANTOS	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
82	JORGE AUGUSTO DA COSTA BOZ	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
83	JULIANA GOMES DE SOUZA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
84	KARINA MERLINI	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
85	KAROLINE GUADAGNINI	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
86	KÁTIA FAGUNDES BOMFIM	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
87	LEANDRO DOMINGUES DE FARIA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
88	LEONARDO LUIZ LABEGALINI DE OLIVEIRA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
89	LEONARDO RIBEIRO CASTRO	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
90	LETICIA MILENA LOPES DOS SANTOS	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
91	MARIANE APARECIDA CEZAR	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
92	MAURILIA DE CÁSSIA MAGALHÃES	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
93	MELISSA LABEGALINI DE OLIVEIRA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
94	MÔNICA APARECIDA FERREIRA DE LIMA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
95	MURILO AFONSO REIS REDIGOLO	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
96	NATALIA BRANCO CANELA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
97	TAIANA VIRGILIO COMUNE	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
98	THAYSON APOLINÁRIO FERNANDES VENTURA	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
99	TIAGO BATISTA HONÓRIO	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
100	VANESSA DOS SANTOS GODOI	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
101	WILLIAM GUADAGNINI	SUPERIOR	BRAGANÇA PAULISTA	R$	280,00
102	ANA PAULA BATISTA TAVARES	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
103	ANDRESSA DE GODOI PINHEIRO	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
104	BIANCA MARCELINO DA SILVA	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
105	DIMITRIA JANUARIO ROSSI	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
106	FABIO BENEDITO ROSSI	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
107	FILYPE ZUCATO BISCUOLA SIMÕES	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
108	GABRIEL TOFOLI MARCONDES	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
109	GERUSA JERONIMO DA SILVA	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
110	GUSTAVO PEREIRA RIBEIRO	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00

Publicado

111	HELOISE MACHADO DE PAULA	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
112	ISABELI LEMOS DE OLIVEIRA	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
113	JULIANA ANDRADE	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
114	KAWANA PEREIRA DE PAULA	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
115	LEIDIANE CARMEM DA SILVA	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
116	LUIS FERNANDO XAVIER	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
117	MARCIA GHILARDI JANUARIO	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
118	MARIO LUCIO GOTTARDELLO OLIVEIRA	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
119	MIRIAM NOZOMI IZUMI	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
120	NATACHA DE SOUSA GUADANHINI	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
121	RAFAELLA MARIA DE MORAES RIBAS	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
122	RICARDO BRUNO DA SILVA	SUPERIOR	CAMPINAS	R$	364,00
123	GABRIEL FARIA	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
124	GUSTAVO ACACIO DA SILVA	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
125	ITAMAR GOMES PUTTON	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
126	JOÃO PAULO DE LIMA ODININO	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
127	JULIA FRANCISCO MAGIOLI	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
128	LEANE FARIA DA SILVA	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
129	LICÉSAR RUBIM DA SILVA	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
130	ROGÉRIO AUGUSTO GENGHINI	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
131	THAMIRES DE LIMA ODININO	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
132	THIAGO DE LIMA ODININO	SUPERIOR	ENGENHEIRO COELHO	R$	296,00
133	ANDERSON CLAYTON LOURA	SUPERIOR	INCONFIDENTES	R$	160,00
134	ANGELA GOMES BRUNISMANN	SUPERIOR	INCONFIDENTES	R$	160,00
135	LUANA SIMÕES DE LIMA	SUPERIOR	INCONFIDENTES	R$	160,00
136	PATRÍCIA APARECIDA CHAVES	SUPERIOR	INCONFIDENTES	R$	160,00
137	TIAGO SILVÉRIO MARIANO	SUPERIOR	INCONFIDENTES	R$	160,00
138	ADRIANO MESSIAS TAVARES	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
139	ANDRÉ LUIS DA SILVA OLIVEIRA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
140	ANDRÉ MONTEIRO SCHLITTLER	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
141	ANGELA APARECIDA ORRU	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
142	ANTONIA YASMIM SILVA FREIRE	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
143	ANTONIO OSVALDO INÁCIO JÚNIOR	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
144	ARIELI APARECIDA CARDOSO DE LOURA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
145	ARLENE MARIA DA SILVA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
146	BEATRIZ SANTOS BARROSO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00

Publicado

147	BRUNO RUEDA COLOMBO J. SANTIAGO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
148	CAMILA DE GODOY BUENO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
149	CAREN MALVÃO DOS SANTOS FORD	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
150	CLEIDE APARECIDA MORAES DA SILVA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
151	DÉBORA ASSIS FERRAZ	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
152	ELIANA CRISTINA CHAVES	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
153	ELISÂNGELA SIMONETE DE LIMA FERREIRA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
154	EVELLYN DANIELLE LINO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
155	FABIO DANIEL GOMES CRUZ	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
156	GEISIANE FERNANDA DE CARVALHO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
157	GIOVANI PEREIRA CUSTÓDIO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
158	GIULIANE QUEIROZ JARDIM	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
159	GUILHERME F. DA SILVA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
160	ISABELA C.J.S. RUEDA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
161	JÉSSICA ANGÉLICA PIERROTI	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
162	JÉSSICA NEVES CARVALHO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
163	JOÃO BATISTA GUILHERME DO NASCIMENTO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
164	JOICE GÊRONIMO DR ANDRADE CARVALHO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
165	JOSÉ DIEGO GODOY OLIVEIRA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
166	JOSIANE FAIS DE SOUZA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
167	JULIA MAURA DE SOUZA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
168	JULIO CESAR COMPARINI BOTARELLI	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
169	KAIQUI DA SILVA TAVEIRA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
170	KEILA GRAZIELLE DE SOUZA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
171	LARISSA DA SILVA FERRAZ	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
172	LILIANE CRISTINA DE LIMA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
173	LUANA RIBEIRO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
174	LUCAS ELIAS DE ANDRADE	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
175	LUIS ANTONIO DA SILVA CARVALHO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
176	LUIS CARLOS DE SOUZA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
177	LUZIA DE FÁTIMA RIBEIRO FARIA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
178	MARCIO CRISTIANO MARTINS	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
179	MARIA JULIA ROMÃO RODRIGUES	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
180	MARINA VILAS BOAS	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
181	MICHELE LEME	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
182	NICHOLAS MANCINI DE SOUZA BUENO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00

Publicado

183	PALOMA PEDROSO DE FREITAS	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
184	PATRICIA DOS SANTOS RIBEIRO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
185	POLIANA APARECIDA DE ALMEIDA CASTRO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
186	RICARDO TALARICO BARRETO DE ALMEIDA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
187	ROGÉRIO LOPES	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
188	RONALDO SEBASTIÃO VIRGÍLIO JUNIOR	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
189	TALITA VALDISSERA DO COUTO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
190	TAMARA WAEL MOHD HUSSEIN	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
191	TÁSSIA RODRIGUES ZAMUNER	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
192	THAIS BELETATO DE OLIVEIRA	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
193	THAYNA WESTIN GAIOTTO BENATTI	TÉCNICO	ITAPIRA	R$	156,00
194	VINICIUS RODRIGUES	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
195	WALLACE PARESCO JORDÃO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00
196	ALTAIR APARECIDO GOMES	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
197	ANA BEATRIZ DOS SANTOS	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
198	ANA CAROLINA DE CAMARGO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
199	BARBARA EVELYN DE PAULA AZEVEDO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
200	BEATRIZ DE ARAUJO MARTINS	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
201	BETANIA DE PAULA TAVARES TEIXEIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
202	BRENDA CAROLINE VALDISSERA DA SILVA	TÉCNICO	JAGUARIUNA	R$	324,00
203	BRENDA CRISTINA MACHADO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
204	BRUNA ARAUJO MARTINS FIRMINO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
205	BRUNO APARECIDO DE MATOS GODOI	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
206	CAROLINE MOREIRA CARDOSO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
207	CHEILA LUCIANE PAUPITZ	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
208	DAIANE FRANCIELE DE SOUZA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
209	DAIANI TAVARES QUEIROZ DE OLIVEIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
210	DARA DE ALMEIDA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
211	DIEGO SILVERIO PEREIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
212	ELOA VIRGILIO GOTARDI	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
213	FÁBIO LUCIO NETO AZEVEDO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
214	FRANCIMARA CARDOSO DE OLIVEIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
215	GABRIELA RAMOS LOPES DOS SANTOS	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
216	GABRIELA SIMÕES DE QUEIROZ	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
217	GEORGIA ESTEVAM GUIRELI MACHADO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
218	GEOVANA FERNANDES DA SILVA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00

Publicado

219	HUGO ARISSON LOPES PEREIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
220	IGOR DE SOUSA MOTA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
221	JEFERSON LUIS DA SILVA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
222	JÉSSICA FERNANDES DOMINGUES	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
223	JÉSSICA NOGUEIRA PAULA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
224	JESSICA ROSSETTE TAVARES LEITE	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
225	JOÃO VITOR TEIXEIRA VAZ	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
226	JULINÊS MARTINS VEDOVOTTO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
227	LARA ALINE MANGUTI	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
228	LARISSA PRISCILA PEREIRA GUADANHINHI	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
229	LETICIA RAYANA M. PEREIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
230	LUANA ROMÃO DA SILVA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
231	LUCAS APARECIDO FRANCISCO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
232	LUIS HENRIQUE MAGIOLI MARCELINO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
233	MARCELINO A. VICENTIM	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
234	MARCO AURELIO SABADINI	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
235	MARÍLIA DE CÁSSIA MORAES BEGHINI	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
236	MARIO JULIO GOMES EDUARDO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
237	MATHEUS DOS SANTOS CAMPARINI	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
238	MATHEUS HENRIQUE SIMÕES	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
239	MATHEUS HIAGO DA SILVA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
240	MAURO LUCIO RODRIGUES LEANDRO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
241	MELISSA PRADO DE SOUZA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
242	MURILO ANTONIO DE SOUZA BASANI	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
243	NATHÁLIA VIEIRA PEREIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
244	NAYARA ZUCATO RIGHETTO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
245	RAÍSSA RODRIGUES FAGUNDES	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
246	RENAN RUIZ DOS SANTOS	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
247	ROBERTA APARECIDA MARTINS	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
248	RÔMULO RAFAEL DA SILVA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
249	RUAN CARLOS DE OLIVEIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
250	SARAH ROBERTA DA SILVA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
251	SUELLEN TAVEIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
252	TAIANY BARBOSA ODININO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
253	THAINA BELETATI ALVES RIBEIRO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
254	THAIS KARINE RODRIGUES BUENO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
255	VANIELE FERREIRA DE ANDRADE	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
256	VICTOR GUILHERME FERREIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
257	WILLIAN DA SILVA GREGÓRIO	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00

Publicado

258	WILLIAN TAVEIRA	SUPERIOR	JAGUARIUNA	R$	324,00
259	ALINE NEVES CARVALHO	TÉCNICO	MOGI GUAÇU	R$	280,00
260	ALISTON TEODORO PINHEIRO	TÉCNICO	MOGI GUAÇU	R$	280,00
261	BRUNA PRADO JACONI	SUPERIOR	MOGI GUAÇU	R$	280,00
262	ROZELINA SIMPLICIO CAMPOS	SUPERIOR	MOGI GUAÇU	R$	280,00
263	SUELEM CAROLINE DE OLIVEIRA	TÉCNICO	MOGI GUAÇU	R$	280,00
264	BRUNO LOPES PIFFER	TÉCNICO	MOGI MIRIM	R$	280,00
265	LAURA CAROLINA OLIANI	TÉCNICO	MOGI MIRIM	R$	280,00
266	RODRIGO MOYA ZUKAUSKAS	TÉCNICO	MOGI MIRIM	R$	280,00
267	SAMUEL HENRIQUE GARCIA	TÉCNICO	MOGI MIRIM	R$	280,00
268	ADRIANA APARECIDA ANSELONI LIMA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
269	ALINE ROMÃO DA SILVA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
270	AMANDA KELEN FERREIRA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
271	ANA PAULA MULLER	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
272	ANDERSON RIBEIRO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
273	ANDREA BEATRIZ VIEIRA APOLONIO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
274	BIANCA MARTINELI FERNANDES	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
275	BRUNA MAIA DOS SANTOS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
276	BRUNO HENRIQUE MATHEUS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
277	CAIQUE JORGE COSTA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
278	CLEYTON SAMUEL ALVES	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
279	CRISLANIA ALVES FERREIRA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
280	DAIANE VALESSICA TELES	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
281	EDER BELETATO PEREIRA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
282	ÉRCIA KAREN DE JESUS BRITOS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
283	FAGNER PEREIRA DA SILVA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
284	FRANCIÉLE MATHEUS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
285	GABRIELA ZULMIRA MARÇAL	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
286	GABRIELE VILAS BOAS RODRIGUES	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
287	GEICIELE DA CUNHA PEREIRA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
288	GLEICER CASSIA DOS SANTOS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
289	HÉLEN SUSEN RODRIGUES DOSREIS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
290	JAIR ALVES SOBRINHO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
291	JOICE CARINA DOS SANTOS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
292	JOICE DANIELE DA SILVA LUBKUCHEN	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
293	JOICE OLIMPIA GASPARDI DE FREITAS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
294	JOSÉ CARLOS GUADANHINI FILHO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
295	JOSÉ RICARDO BORGES SILVA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
296	LÍVIA MARIA DE LIMA CASTRO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00

Publicado

+ D

297	MATHEUS JOSÉ VAZ BELETATO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
298	NATANNY M. G. TEIXEIRA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
299	NAYRANE LOPES DO RÊGO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
300	PEDRO HENRIQUE LOPES DE SÁ	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
301	RAFAELA SILVA DOS SANTOS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
302	RENATA ARRUDA BELINATO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
303	RODRIGO RIBEIRO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
304	SUZANE ANDRADE DOS SANTOS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
305	TAYNÁ VASCONCELOS DE ARAÚJO	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
306	THAÍSA CRISTINA DE PAULA SANTOS	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
307	THARLES APOLINARIO FERNANDES VENTURA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
308	THIAGO ZUCATO MACIEL	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
309	WESLEY HENRIQUE DANTAS DA CUNHA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
310	CAMILA DA SILVA BORGES DE CARVALHO	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
311	DANIEL GONÇALVES VIANA	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
312	DANIELA DE ANDRADE ELESBÃO	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
313	DAVID FERREIRA DA SILVA JUNIOR	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
314	DEISE CAROLINE GALBIATI	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
315	EDITE VANESSA DA SILVA	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
316	EDVANIA MARTINS JACINTO	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
317	GIULIANA FARACO SANTOS	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
318	GRAZIELLY ROSANA LEAL SOUZA MOURA	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
319	GUSTAVO FELIPE VIANA	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
320	INGRID APARECIDA DE OLIVEIRA DIAS	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
321	JONAS MACHADO JUNIOR	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
322	JULIANA FULAN	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
323	LAERCIO GUADANHINHI JUNIOR	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
324	LARA APARECIDA DE PAULA GUIRELI	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
325	LEONARDO OLIVEIRA DE FREITAS	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
326	LEONILSON LOPES DE MORAIS	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
327	LETICIA SANTOS DE OLIVEIRA	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
328	LUIZ HENRIQUE GOMES	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
329	MAIARA TEODORO FULAN	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
330	MAIRA SUZANA DOS SANTOS	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
331	MAISA ROMÃO MORAIS	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
332	MICHELLY DOS SANTOS PONTRIGO	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
333	NATÁLIA APARECIDA DOMINGUES	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
334	PAMELA WELESTER LUIZ	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
335	RAFAEL SOUZA FIRMINO	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00

Publicado

336	RICARDO SOLDANI DE FREITAS	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
337	THULIO APOLINÁRIO FERNANDES VENTURA	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
338	ANA PAULA DA CUNHA	SUPERIOR	SOCORRO	R$	152,00
339	GABRIELE DE CÁSSIA SILVA	SUPERIOR	SOCORRO	R$	152,00
340	JASLINE GOMES CORREIA	SUPERIOR	SOCORRO	R$	152,00
341	LUCAS RAFAEL GONÇALVES	SUPERIOR	SOCORRO	R$	152,00
342	MICHELE RAYANE DE SOUZA	SUPERIOR	SOCORRO	R$	152,00
343	THALISSON DOUGLAS BARBOSA	SUPERIOR	SOCORRO	R$	152,00
344	FABIOLA SILVA GUERRA	SUPERIOR	OURO FINO	R$	144,00
345	HEVERTON FRANCIEL DA SILVA	SUPERIOR	AMPARO	R$	256,00
346	IANCA DE SOUZA MOTA	SUPERIOR	PINHAL	R$	440,00
347	MURILO MORAES CARDOSO	SUPERIOR	ITAPIRA	R$	156,00

Publicado

PORTARIA Nº: 002 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Instaura Processo Administrativo, nomeia comissão e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito do Município de Monte Sião, estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o inciso VI do art. 64 da Lei Orgânica Municipal, atendendo ao que determina o artigo 159 da Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e, especificamente, a Portaria nº: 001, de 01 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Publicado

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo, visando apurar possível responsabilidade dos servidores municipais lotados nos cargos de motoristas ou os que exercem as funções de condutores dos veículos oficiais do Município pelas multas de trânsito provenientes das infrações a eles imputadas.

Art. 2º Para fins de instrução do presente procedimento ficam nomeados para compor a Comissão do Processo Administrativo os servidores Rogério Alves da Rosa, Andyara Maria Campos Silva, Elisângela Simoneti de Lima Ferreira e Emily Louise Patricelli sendo o primeiro presidente e os demais secretariados, de acordo com artigo 165 da Lei supraindicada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

INSTAURE-SE

Monte Sião, 04 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 002
Em. 04/02/2016
Diretor Administrativo

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº: 003 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Nomeia pregoeiro e institui equipe de apoio para processamento das licitações modalidade pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Monte Sião"

JOAO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião- MG, no uso de suas atribuições e em conformidade com o §1º, inciso IV do artigo 3º da Lei nº: 10.520/02 e na Lei Orgânica Municipal, e

- Considerando o disposto no inciso IV do artigo 3º da Lei nº: 10.520/02 que a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

- Considerando o disposto no § 1º do artigo 3º da Lei nº: 10.520/02 que a equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente.

- Considerando a necessidade de nomeação de pregoeiro e substituição de membro da equipe de apoio para o exercício de 2016;

Publicado

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado pregoeiro o servidor público ALTAIR ANTONIO AUGUSTO, brasileiro, solteiro, servidor público efetivo, cédula de identidade, RG nº: 19264377-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº: 536.857.506-82, residente e domiciliado na Rua José Moterani, 88, Centro, Monte Sião-MG, lotado no cargo de Agente Administrativo IV.

Art. 2º Fica constituída equipe de apoio para auxílio do pregoeiro nas suas atividades de processamento dos pregões instituídos no âmbito desta Prefeitura Municipal, composta dos seguintes membros:

I – DANIELI ANTÔNIA DOMINGUES DE FARIA, brasileira, solteira, servidora pública efetiva, cédula de identidade, RG nº: 404089550 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº: 292.505.398-00, residente e domiciliada à Rua Atibaia, 165, Bela Vista, Aguas de Lindóia-SP, lotada no cargo de Fiscal Tributário e que exerce a função de Chefe de Divisão de Licitações;

II– GUSTAVO HENRIQUE SANTOS, brasileiro, solteiro, servidor público efetivo, cédula de identidade, RG nº: 4264466 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 028.540.279-06, residente e domiciliado à Rua Milton de Castro Ribeiro, 195, Apto 01, Jardim São Pelegrino, Monte Sião-MG;

III-THAIS KARINE RODRIGUES BUENO, brasileira, solteira, servidora pública contratada, cédula de identidade, RG nº: 18956781 SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº: 087.744.376-90, residente e domiciliada à Rua do Tanque, 88, Bairro Bela Vista, Monte Sião-MG, lotada no cargo de Auxiliar Administrativo I.

IV- GUILHERME JOSE ASSONI, brasileiro, casado, servidor público efetivo, cédula de identidade, RG nº: MG–12.695.968 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 055.815.766–10, residente e domiciliado à Rua Zeca de Castro, 598, Edifício Tiradentes Apto 22, Jardim Flamboyant, Monte Sião–MG, lotado no cargo de Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Art. 3º **Na eventual ausência do Pregoeiro ora nomeado o mesmo poderá ser substituído pelos membros da equipe de apoio discriminados nos incisos I e II do artigo 2º.**

Publicado

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se a Portaria nº: 002, de 10 de fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Monte Sião, 01 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 003
Em. 01/02/2016
Assistente Administrativo

PORTARIA Nº: 004 DE 05 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe sobre a composição de Comissão Municipal de Fiscalização responsável pela atuação durante a alta temporada do Turismo de Negócios de Monte Sião/2016 e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, MG, no uso de suas atribuições e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e Lei Complementar nº: 57, de 16 de junho de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal de Fiscalização responsável pela atuação durante a alta temporada do Turismo de Negócios de Monte Sião/2016, composta pelos Diretores, Chefes e Servidores Públicos ocupantes dos cargos de Fiscal de Obras, Fiscal Tributário e Fiscal Sanitário abaixo:

I-Osmar Rodrigues, Diretor do Departamento de Obras Urbanas e Rurais responsável pela coordenação e distribuição de tarefas a serem executadas pelos Fiscais de Obras do Município;

II- Rogério Luiz Virgílio, Chefe da Divisão de Administração e Gestão de Saúde Pública, responsável pela coordenação e distribuição de tarefas a serem executadas pelos Fiscais Sanitários do Município;

III-Rubens Parreira, Diretor do Departamento de Finanças e Tesouraria, responsável pela coordenação e distribuição de tarefas a serem executadas pelos Fiscais Tributários do Município.

Art. 2º - A comissão ficará responsável pela fiscalização de todas as atividades desenvolvidas, pelos munícipes ou outros cidadãos, que direta ou indiretamente estejam vinculadas ao fomento da alta temporada do Turismo de Comércio de Monte Sião/2016.

Publicado

Art.3º-Para organização dos trabalhos da referida Comissão foi elaborado um cronograma anexo com datas, dias, horários e relação nominal dos servidores, a ser fielmente cumprido fazendo parte integrante desta Portaria.

Art.4º- As horas excedentes serão computadas e compensadas em folgas, às segundas e terças-feiras, subsequentes ao final de semana trabalhado, validadas pelo coordenador responsável e encaminhadas à Coordenadoria de Recursos Humanos para fins de integração da frequência mensal.

Art.- 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Monte Sião, 05 de maio de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 004
Em 05/05/2016

ANEXO

PORTARIA Nº: 004, DE 05 DE MAIO DE 2016.

CRONOGRAMA

MAIO – TEMPORADA DE TURISMO DE COMÉRCIO

DATA	DIA	SERVIDOR PÚBLICO	CARGA HORÁRIA
07	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
08	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
14	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilancia Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
15	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilancia Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h
21	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilancia Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
22	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
26	QUINTA	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
27	SEXTA	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h
28	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
29	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Setor Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h

Telefones celulares:	
Robson Morais Cardoso	(35) 98852-2270
Samuel André Fernandes	(35) 98861-2653
Wesley Valdissera dos Santos	(35) 99145-2727
Leandro Ferreira	(35) 98435-0140

Publicado

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

JUNHO – TEMPORADA DE TURISMO DE COMÉRCIO

DATA	DIA	SERVIDOR PÚBLICO	CARGA HORÁRIA
04	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
05	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h
11	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
12	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
18	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
19	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h
25	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
26	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h

Telefones celulares:	
Robson Morais Cardoso	(35) 98852-2270
Samuel André Fernandes	(35) 98861-2653
Wesley Valdissera dos Santos	(35) 99145-2727
Leandro Ferreira	(35) 98435-0140

Publicado

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

JULHO – TEMPORADA DE TURISMO DE COMÉRCIO

DATA	DIA	SERVIDOR PÚBLICO	CARGA HORÁRIA
02	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
03	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h
09	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
10	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
16	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
17	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h
23	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
24	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
30	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
31	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h

Telefones celulares:	
Robson Morais Cardoso	(35) 98852-2270
Samuel André Fernandes	(35) 98861-2653
Wesley Valdissera dos Santos	(35) 99145-2727
Leandro Ferreira	(35) 98435-0140

Publicado

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

AGOSTO – TEMPORADA DE TURISMO DE COMÉRCIO

DATA	DIA	SERVIDOR PÚBLICO	CARGA HORÁRIA
06	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
07	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
13	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
14	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h
20	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilancia Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
21	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
27	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
28	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h

Telefones celulares:	
Robson Morais Cardoso	(35) 98852-2270
Samuel André Fernandes	(35) 98861-2653
Wesley Valdissera dos Santos	(35) 99145-2727
Leandro Ferreira	(35) 98435-0140

Publicado

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTANCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SETEMBRO – TEMPORADA DE TURISMO DE COMÉRCIO

DATA	DIA	SERVIDOR PÚBLICO	CARGA HORÁRIA
03	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
04	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
10	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
11	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h
17	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilancia Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 18h
18	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Wesley Valdissera dos Santos Fiscal Tributário	10h às 16h
24	SÁBADO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 18h
25	DOMINGO	Robson Morais Cardoso Fiscal Vigilância Sanitária Samuel André Fernandes Chefe da Seção de Fiscalização Leandro Ferreira Fiscal Tributário	10h às 16h

Telefones celulares:	
Robson Morais Cardoso	(35) 98852-2270
Samuel André Fernandes	(35) 98861-2653
Wesley Valdissera dos Santos	(35) 99145-2727
Leandro Ferreira	(35) 98435-0140

Publicado

DECRETO Nº: 6.053 DE 26 DE ABRIL DE 2016.

"Designa Agente Público para o exercício de atribuições na forma que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e Lei nº: 1.252, de 01 de julho de 1994, Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias, período aquisitivo 2014/2015, do Servidor Público **Sr. Luiz Fernando Silva Lima,** lotado no cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Materiais**;

- Considerando que o referido servidor é responsável pelos fechamentos burocráticos, emissão dos relatórios gerenciais e outros atos inerentes ao Controle de Frotas;

- Considerando o princípio de continuidade do serviço público.

Publicado

DECRETA:

Art. 1º – Fica o Agente Público, **Sr. Fagner Gonçalves**, lotado no cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Patrimônio e Manutenção de Próprios Públicos, designado, desde 22 de abril até 29 de maio de 2016,** para exercer as atribuições inerentes ao cargo de **Chefe de Divisão de Materiais.**

Art. 2º – Este decreto em vigor na data de sua publicação.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.053
Em. 26/04/2016
Diretor Administrativo

Monte Sião, 26 de abril de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

DECRETO Nº: 6.024 DE 08 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre aprovação da Regularização do desmembramento do Terreno Urbano, situado no antigo Sítio Rio das Pedras, bairro Rio das Pedras, denominado ***LOTEAMENTO VALE DO SOL****, objeto de registro na Mat. 5.203 do Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis, desta cidade e Comarca de Monte Sião e sua ligação com a Estrada Municipal Coqueiral, faixa destacada da Matrícula nº5.221, Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis desta cidade e Comarca de Monte Sião, a ser doada ao Poder Público."*

Publicado

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 96, de 25 de outubro de 2007 e Lei Complementar nº: 105, de 14 de outubro de 2008;

- Considerando o requerimento de um dos proprietários do Terreno Urbano, de formato irregular, situado no antigo Sítio Rio das Pedras, com área de 29.000,00m² (vinte e nove mil metros quadrados), cf. área devidamente averbada sob nº: AV-13-5203 da Mat. 5.203 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Monte Sião-MG, solicitando à apreciação do Projeto de Desmembramento do referido terreno, de acordo com documentação anexa;

- Considerando que, de acordo com a documentação levantada pelo Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, constatamos que o terreno, objeto do pedido de desmembramento, encontra-se dividido amigavelmente entre os condôminos, há mais de 17 (dezessete) anos, sem qualquer objeção do poder público, determinando-se no presente caso a chamada ***composse pro diviso***, que ocorre quando há uma divisão de fato, embora não haja de direito, fazendo com que cada um dos compossuidores já possua uma parte certa, se bem que o imóvel continua indiviso;

- Considerando que no terreno foram construídas 4 (quatro) ruas denominadas no projeto Ruas A, B ,C e D e que ainda não receberam do Poder Público denominações;

- Considerando que a ligação do Desmembramento Vale do Sol até a Estrada Municipal do Coqueiral é feita pelo prolongamento da Rua A e faixa a ser doada ao Poder Público;

- Considerando que as ruas são dotadas de parte dos equipamentos urbanos, ou seja, abertura de ruas, rede de água, rede de energia elétrica, rede telefônica e de limpeza pública;

- Considerando que o Município de Monte Sião poderá lançar a partir de 2016 os Tributos Municipais individualizados sobre as parcelas dos imóveis;

- Considerando que o Parecer Favorável emitido em 08 de março de 2016 pela Sra. Maria Terezinha M. Salomon, Chefe da Seção Engenharia, referente aos Processos nº: 1.518/2015 e nº 95/2016, anexos;

- Considerando que a divisão executada pelos proprietários há mais de 17 (dezessete) anos, nunca recebeu qualquer objeção do poder público local, temos que o parcelamento, ora requerido, s.m.j., enquadra-se perfeitamente no CAPITULO III – DO PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – SEÇÃO I – DOS NÃO CONFORMES, inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº: 96/2007, combinado com o TITULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS – art. 61 e parágrafo único do art.62 da Lei Complementar nº: 105/2008, uma vez que equipamentos urbanos já foram instalados, e, portanto, não agravaram sua desconformidade em relação à legislação municipal vigente;

- Considerando que à época do desmembramento o Código de Obras do Município de Monte Sião, Lei Municipal nº: 886, de 27 de maio de 1990, em seu art. 23 não especificava as determinações necessárias para aprovação de loteamentos ou desmembramentos;

- Considerando que o Poder Público tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, bem como direito de propriedade;

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a Regularização do Desmembramento do Terreno Urbano, situado no antigo Sítio Rio das Pedras, no bairro Rio das Pedras que passará a denominar-se **LOTEAMENTO VALE DO SOL** objeto de registro na Mat.5.203 do Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis, desta cidade e Comarca de Monte Sião, de propriedade do Sr. BENEDITO LACIR TAVEIRA e outros, de acordo com a Planta de Planimetria e respectivo memorial descritivo, bem como a ligação à Estrada Municipal Coqueiral feita em faixa do terreno objeto da Matrícula nº 5.221 situado no antigo Sítio Rio das Pedras, bairro Rio das Pedras, do Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis, desta cidade e Comarca de Monte Sião de propriedade dos senhores DIVINO SANTO DE ANDRADE e VALDIR MATHIAS, conforme Planta de Planimetria e respectivo Memorial, faixa essa que deverá ser doada ao Poder Público, documentos estes que ficam fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se o Decreto nº: 5.537, de 29 de outubro de 2015.

Monte Sião, 08 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6029
Em 08 / 03 / 2016
Diretor Administrativo

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART CREA-MG **ART de Obra ou Serviço**
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977 **14201500000002750390**
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

1. Responsável Técnico

JOSE ANTONIO LINO

Título profissional: TECNICO EM EDIFICACOES; TECNICO EM AGRIMENSURA;

RNP: 1402845359

Registro: 04.4.0000000933

2. Dados do Contrato

Contratante: BENEDITO LACIR TAVEIRA CPF: 334.679.439-34

Logradouro: RUA GUMERCINDO LOUREIRO DE OLIVEIRA24 Nº: 000024

Complemento: CASA Bairro: JARDIM PLANETÁRIO

Cidade: MONTE SIÃO UF: MG CEP: 37580000

Contrato: Celebrado em:

Valor: 3.000,00 Tipo de contratante: PESSOA FÍSICA

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: ESTRADA MUNICIPAL ESTRADA MUNICIPAL DO COQUERIAL Nº: 000000

Bairro: PARQUE DAS FONTES

Cidade: MONTE SIÃO UF: MG CEP: 37580000

Data de início: 13/10/2015 Previsão de término: 24/12/2015

Finalidade: CADASTRAL

Proprietário: BENEDITO LACIR TAVEIRA CPF: 334.679.439-34

4. Atividade Técnica

	Quantidade:	Unidade:
1 - DIREÇÃO		
DIREÇÃO, OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL), TOPOGRAFIA	29000.00	m²

Anexo do Decreto Nº 6.024/16
De 08 De 03 De 2016

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTO.....

.....

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Monte Sião 14 de Outubro de 2015

JOSE ANTONIO LINO RNP: 1402845359

BENEDITO LACIR TAVEIRA CPF: 334.679.439-34

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R$ R$3.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: DESMEMBRAMENTO,

CREA-MG
www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 67,68 Registrada em: 14/10/2015 Valor Pago: 67,68 Nosso Número: 0000000002752919

Memorial Descritivo folha 01

Assunto Regularização de Loteamento

Local: Bairro da Virtuosa – Monte Sião MG

Proprietários: Benedito Lacir Taveira e outros

Anexo do Decreto N. 6024/16

De 08 De 03 De 2016

Descrições:

Quadra A

Lote 01 ..... 355,02 m2 (Benedito Lacir Taveira)

Medindo 41,41m de frente para a Rua A, do lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 20,00m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade, pelo lado esquerdo mede 34,81m confrontando com o lote de nº 02.

Lote 02 ..... 534,35 m2 (Benedito Lacir Taveira)

Medindo 20,19m de frente para a Rua A, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 34,81m confrontando com o lote de nº 01, pelo lado esquerdo mede 50,50m sendo 33,21m confrontando com o lote de nº 03 e 17,29m confrontando com o lote de nº 04 e ao fundo mede 12,45m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Lote 03 ..... 495,36 m2 (Benedito Lacir Taveira)

Medindo 14,39m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 33,21m confrontando com o lote de nº 02, pelo lado esquerdo mede 35,02m confrontando com o lote de nº 04 e ao fundo mede 14,71m confrontando com o lote de nº 04.

Lote 04 ..... 495,36 m2 (Benedito Lacir Taveira)

Medindo 5,00m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua em linhas quebradas mede 35,02m confrontando com o lote de nº 03, deflete á esquerda e segue com a mesma confrontação por 14,71m, deflete á direita e segue confrontando com o lote de nº 02 por 17,29m; pelo lado esquerdo mede 50,29m confrontando com o lote de nº 05 e ao fundo mede 20,01m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Lote 05 ..... 506,29 m2 (Benedito Lacir Taveira)

Medindo 10,03m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede50,29 m confrontando com o lote de nº 04, pelo lado esquerdo mede 49,74m confrontando com o lote de nº 06 e ao fundo mede 10,23m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Lote 06 ..... 498,02 m2 (Benedito Lacir Taveira)

Medindo 9,88m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 49,74 m confrontando com o lote de nº 05, pelo lado esquerdo mede 49,53mm confrontando com o lote de nº 07 e ao fundo mede 10,22m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868
1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

Lote 07 ..... 390,39 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 5,87m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 49,53 m confrontando com o lote de nº 06, pelo lado esquerdo mede 49,47m confrontando com o lote de nº 08 e ao fundo mede 9,93m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Lote 08 ..... 743,30 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 14,96m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 49,47 m confrontando com o lote de nº 07, pelo lado esquerdo mede 49,83m confrontando com o lote de nº 09 e ao fundo mede 14,98m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Lote 09 ..... 755,73 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 15,38m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 49,83 m confrontando com o lote de nº 08, pelo lado esquerdo mede 49,80m confrontando com o lote de nº 10 e ao fundo mede 14,95m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Lote 10 ..... 747,56 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 14,80m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 49,80m confrontando com o lote de nº 09, pelo lado esquerdo mede 50,14m confrontando com o lote de nº 11 e ao fundo mede 14,89 m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Lote 11 ..... 748,30 m2 (Ademilson da Silva e Viviani Patrícia Florentino)
Medindo 14,90m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 50,14m confrontando com o lote de nº 10, pelo lado esquerdo mede 50,01m confrontando com o lote de nº 12 e ao fundo mede 14,97m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Lote 12 ..... 742.75 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 14,88m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 50,01m confrontando com o lote de nº 11, pelo lado esquerdo mede 48,13m confrontando com o lote de nº 13 e ao fundo em linhas quebradas mede 2,26m, deflete á esquerda e segue mais 13,44m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868 1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

Anexo do Decreto N. 6 026/16
De 08 De 03 De 2016

Lote 13 ..... 877,82 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 36,48m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 48,13m confrontando com o lote de nº 12, pelo lado esquerdo mede 59,86m confrontando com imóvel de Divino Santo Andrade.

Quadra B

Lote 01 ..... 750,00 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 15,95m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 49,63m confrontando com o lote de nº 02, pelo lado esquerdo mede 48,72m confrontando com a Área Verde ao fundo mede 15,61m confrontando com a Rua C.

Lote 02 ..... 997,30 m2 (Adeilton Cesar Taveira)
Medindo 20,00m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 50,54m confrontando com o lote de nº 03, pelo lado esquerdo mede 49,63m confrontando com o lote 01 e ao fundo mede 20,00m confrontando com a Rua C.

Lote 03 ..... 1.302,95 m2 (Adeilton Cesar Taveira)
Medindo 25,42m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 51,30m, sendo 25,63m confrontando com o lote 04 e 25,67m confrontando com o lote 05 ao fundo mede 25,90m confrontando com a Rua C.

Lote 04 ..... 378,40 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 14,77m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para rua mede 25,63m,confrontando com o lote 03, pelo lado esquerdo mede 26,16m confrontando com o lote 8 e ao fundo mede 14,72m confrontando com o lote de nº 05 .

Lote 05 ..... 378,20 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 14,70m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 25,72m, confrontando com o lote 07, pelo lado esquerdo mede 25,67m confrontando com o lote de nº 03 e ao fundo mede 14,72m confrontando com o lote de nº 04.

Lote 06 ..... 206,08 m2 (Amauri Taveira)
Medindo 12,22m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 16,46m sendo 14,06 confrontando com o lote de nº 10 e 2,40m confrontando com o lote de nº 7, pelo lado esquerdo mede 17,44m confrontando com o lote de nº 07 e ao fundo mede 12,10m confrontando também com o lote de nº 07.

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868 1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

Lote 07 ..... 275,72 m2 (Cesar Taveira)
Medindo 2,80m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua em linhas quebradas 17,44m confrontando com o lote de nº 06; deflete á esquerda e segue 12,10m confrontando com o lote de nº 06, deflete á esquerda e segue mais 2,40m ainda com o lote de nº 06, deflete á direita e segue 12,19m confrontando com o lote 10, deflete á direita e segue 9,23m, sendo 4,54 confrontando com o lote de nº 10 e mais 4,96m confrontando com o lote de nº 12, pelo lado esquerdo mede 25,72m confrontando com o lote de nº 5 e ao fundo em linhas quebradas mede 9,90m confrontando com o lote de nº 8, deflete á esquerda e segue mais 2,01m, com a mesma confrontação, deflete á direita e segue mais 14,80m confrontando com mesmo lote de nº 8.

Lote 08 ..... 275,66m2 (João Firmino da Silva)
Medindo 2,80m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 26,16m confrontando com o lote de nº 4; pelo lado esquerdo em linhas quebradas mede 17,85m confrontando com o lote de nº 9, deflete á direita e segue com a mesma confrontação por 11,97m, deflete á direita e segue por .90m com a mesma confrontação, deflete á esquerda e segue mais 9,00m confrontando com o lote de nº 15; deflete á esquerda e segue com a mesma confrontação mais 9,92m, sendo 9,64m confrontando com o lote 15 e e .28m confrontando com o lote de nº 12 e ao fundo mede em linhas quebradas 9,90m confrontando com o lote de nº 07, deflete á esquerda e segue com a mesma confrontação 2,01m, deflete á direita e segue ainda com a mesma confrontação mais 14,80m confrontando com o lote de nº 07.

Lote 09 ..... 225,31 m2 (Antonio Taveira)
Medindo 12,49m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 17,85m confrontando com o lote de nº 08, pelo lado esquerdo mede 19,08m sendo 18,18m confrontando com o lote de nº 15 e .90m confrontando com o lote de nº 08 e ao fundo mede 11,97m confrontando também com o lote de nº 08.

Lote 10 ..... 257,66 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 19,23m de frente para a Rua B, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 18,68m confrontando com o lote de nº 11, pelo lado esquerdo mede 14,06m confrontando com o lote de nº 06 e ao fundo em linhas quebradas mede 3,27m confrontando com, o lote 12, deflete á direita e segue 4,54m confrontando com o lote de nº 7, deflete á esquerda e segue por 12,19m com a mesma confrontação, com o lote 7.

Lote 11 ..... 255,53m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 4,00m de frente para a Rua B, acompanhando a curvatura da Rua B com a Rua D segue por 3,49m, em seguida mais 21,58m pela Rua D; pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 23,17m confrontando com o lote de nº 12, pelo lado esquerdo mede 18,68 confrontando com o lote de nº 10.

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868 1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

Lote 12 ..... 206,05 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 11,46m de frente para a Rua D, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 34,53m sendo 15,61m confrontando com o lote de nº 13 e 18,92m confrontando com o lote de nº 15; pelo lado esquerdo mede 26,44m, sendo 23,17m confrontando com o lote de nº 11 e 3,27m confrontando com o lote de nº 10 e ao fundo mede 4,96m sendo .28m confrontando com o lote de nº 8 e 4,68m confrontando com o lote de nº 7

Lote 13 ..... 239,21 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 14,46m de frente para a Rua D, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 21,50m confrontando com o lote de nº 14; pelo lado esquerdo mede 15,61m confrontando com o lote de nº 12; e ao fundo mede 14,93m confrontando com o lote de nº 15.

Lote 14 ..... 242,55 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 8,43m de frente para a Rua D, acompanhando a curvatura da Rua D com a Rua C mede 3,81m, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua confrontando com a Rua C mede 20,23m; pelo lado esquerdo mede 21,50m confrontando com o lote de nº 13 e ao fundo mede 11,37m confrontando com o lote de nº 15.

Lote 15 ..... 710,00 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 29,53m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua em linhas quebradas mede 18,18m confrontando com o lote 9; deflete á direita e segue por 9,00m confrontando com o lote de nº 8, deflete á esquerda com a ,mesma confrontação mais 9,64m, pelo lado esquerdo mede 26,30m sendo 11,37m confrontando com o lote de nº 14 e 14,93m confrontando com o lote de nº 13 e ao fundo em linhas quebradas mede 18,92m confrontando com o lote de nº 12, deflete á esquerda e segue 9,64m confrontando com o lote de nº 8, em seguida, deflete á direita e segue com a mesma por mais 9,00m.

Quadra C

Lote 01 ..... 1.985,99 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 18,96, de frente para a Rua C, deflete á direita e segue por 6,04m acompanhando a curvatura da Rua C com a Rua A, por 16,80m e mais 36,15m de frente para Rua A ; pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua C, mede 50,31m confrontando com o lote de nº 2, pelo lado esquerdo em linhas quebradas confrontando com imóvel de Saulo Ginghini mede 24,42m, deflete á esquerda e segue 8,16m, deflete á esquerda e segue 21,75m, deflete á esquerda e segue 4,98m deflete á direita e segue 43,82m; ao fundo mede 45,89m confrontando com imóvel de Saulo Ginghini.

Lote 02 ..... 777,90 m2 (Benedito Lacir0Taveira)
Medindo 15,30m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 51,06m confrontando com o lote de nº 03; pelo lado esquerdo mede 50,31m confrontando com o lote de nº 01; e ao fundo mede 15,39m confrontando com o imóvel de Saulo Ginghini.

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868 1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

Lote 03 ..... 783,79 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 15,12m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 50,90m confrontando com o lote de nº 04; pelo lado esquerdo mede 51,06m confrontando com o lote de nº 02; e ao fundo mede 15,62m confrontando com o imóvel de Saulo Ginghini.

Lote 04 ..... 749,18 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 14,76m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 50,80m confrontando com o lote de nº 05; pelo lado esquerdo mede 50,90m confrontando com o lote de nº 03; e ao fundo mede 14,70m confrontando com o imóvel de Saulo Ginghini.

Lote 05 ..... 562,61 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 7,31m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua em linhas quebradas confrontando com o lote de nº 06 mede 24,31 , deflete á esquerda e segue 7,50m, deflete á direita e segue mais 26,67m, e ao fundo mede 14,70m e ao fundo mede 14,70m confrontando com o imóvel de Saulo Ginghini.

Lote 06 ..... 200,00m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 7,50m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua confrontando com o lote de nº 07 mede 26,67m, pelo lado esquerdo mede 26,67m confrontando com o lote 05 e ao fundo mede 7,50m confrontando com o lote de nº 5.

Lote 07 ..... 376,44 m2 (Sérgio Gomes de Morais e Lucimary Rodrigues)
Medindo 3,00m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua em linhas quebradas mede 25,00m confrontando com o lote de nº 09, deflete á esquerda e segue confrontando com o lote de nº 08 por 11,94m, deflete á direita e segue mais 25,90m com a mesma confrontação; pelo lado esquerdo o mede 50.98m, sendo 24,31m confrontando com o lote de nº 05 e 26,67m confrontando com o lote de nº 06 e ao fundo mede 14,95m confrontando com o imóvel de Saulo Ginghini

Lote 08 ..... 384,12 m2 (Sérgio Gomes de Morais e Lucimary Rodrigues)
Medindo 11,94m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 25,59m confrontando com o lote de nº 09, pelo lado esquerdo o mede 25,90m confrontando com o lote de nº 7 e ao fundo mede 11,94m confrontando também com o lote de nº 7.

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868 1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

Lote 09 ..... 760,05 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 15,05m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 50,12m sendo 12.25m confrontando com o lote13 e 37,87m confrontando com a viela da Rua C, pelo lado esquerdo mede 50,58m sendo 25,00m confrontando com o lote de nº 07 e 25,59m confrontando com o lote de nº 08 e ao fundo mede 15,13m confrontando com imóvel de Saulo Ginghini.

Lote 10 ..... 150,52 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 12,90m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua confrontando com o lote de nº 14 mede 11,92m,pelo lado esquerdo confrontando com a viela da Rua C mede 12,05m e ao fundo mede 12,41m confrontando com o lote de nº 11.

Lote 11 ..... 164,47 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 13,15m de frente para a viela da Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a viela mede 12,41m confrontando com o lote de nº 10, pelo lado esquerdo mede 12,32m confrontando com o lote de nº 12 e ao fundo mede 13,44m confrontando com o lote de nº 14 .

Lote 12 ..... 155,74 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 12,42m de frente para a viela da Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a viela mede 12,32m confrontando com o lote de nº 11, pelo lado esquerdo mede 12,63m confrontando com o lote de nº 13 e ao fundo mede 12,53m confrontando com o lote de nº 14 .

Lote 13 ..... 187,35 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 2,80m de frente para o final da viela da Rua C em seguida mais 12,63m, confrontando com o lote de nº 12; pelo lado direito de quem do terreno olha para a viela mede 12,32m , sendo 6,32m confrontando com o lote de nº 14 e 6,00m confrontando com o lote 15 e ao fundo mede 15,18m confrontando com imóvel de Saulo Ginghini.

Lote 14 ..... 500,63 m2 (Vailda Augusta Taveira)
Medindo 11,49m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 44,30m confrontando com o lote 15, pelo lado esquerdo mede 44,21m sendo 6,32m confrontando com o lote de nº 13, 12,53m confrontando com o lote de nº 12, 13,44m confrontando com o lote de nº 11 e 11,92m confrontando com o lote de nº 10 e ao fundo mede 11,33m confrontando com o lote de nº 15.

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868 1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

Lote 15 . . . . . 243,70 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 3,50m de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 50,32m confrontando com o lote 16, pelo lado esquerdo em linhas quebradas mede 44,30m confrontando com o lote de nº 14, deflete á direita e segue 11,33m com a mesma confrontação, deflete á esquerda e segue por 6,00m confrontando com o lote de nº 13 e ao fundo mede 14,71m confrontando com imóvel de Saulo Ginghini.

Lote 16 . . . . . 757,43 m2 (Benedito Lacir Taveira)
Medindo 21,31mm de frente para a Rua C, pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 51,53m confrontando com o imóvel de Divino Santo de Andrade , pelo lado esquerdo mede 50,32m confrontando com o lote de nº 15 e ao fundo mede 8,87m confrontando com imóvel de Saulo Ginghini.
Ed

Área Institucional 955,48 m2
Medindo 29,84m de frente para Rua B, 3,76m em curva acompanhando a curvatura da Rua B com Rua A,pelo lado direito de quem do terreno olha para a rua mede 48,72m confrontado com o lote de nº 01 da Quadra B, pelo lado esquerdo mede 51,20m fazendo frente para a Rua A, 2,73m acompanhando a curvatura das Ruas A com a Rua C e ao fundo mede 5,01m fazendo frente para a Rua C.

Proprietários:

-Benedito Lacir Taveira -
CPF 334.679.439-34
RG 2.143.459 SSP/PR

Vailda Augusta Taveira
- Vailda Augusta Taveira-
CPF 027.268.916-59
RG 019.308.293 SSP/MG

-Adeilton Cesar Taveira -
CPF 031.905.256-76
RG 30.153.919-4 SSP/SP

Graciana C. Taveira
- Graciana Cristina Taveira
CPF 043.089.826-69
RG 55.689.339-6 SSP/SP

Sebastião Anjos Andrade
-Sebastião dos Anjos Andrade -
CPF 021.781.558-80
RG 17.441.521 SSP/SP

Anexo do Decreto N. 6.024/16
De 08 De 03 De 2016

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868 1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

-Ademilson da Silva -
CPF 168.431.478-01
RG 25.711.137-2 SSP/SP

- Viviane Patrícia Florentino –
CPF 984.731.826-34
RG 7.662.844 SSP/MG

-João Firmino da Silva -
CPF 466.969.386-72
RG 32.234.604-6 SSP/SP

- Maria Pascoalina de Lima da Silva -
CPF 075.346.686-46
RG 15.391.341 SSP/MG

-Antonio Taveira -
CPF 037.516.626-26
RG 6.969.579 SSP/MG

- Enedina Gomes de Morais -
CPF 026.786.816-29
RG 12.708.600 SSP/MG

-Cesar Taveira -
CPF 052.570.446-92
RG 34.613.857-7 SSP/SP

- Aparecida Silva Taveira –
RG 54.774.662-3 SSP/SP

-Amauri Taveira -
CPF 040.302.196-08
RG 34.054.757-1 SSP/SP

- Sergio Gomes de Morais -
CPF 788.791.676-34
RG- M- 6.812.759

- Lucimary Rodrigues -
CPF 949.161.016-34
RG 13.868.711 SSP/MG

Monte Sião, 8 de setembro de 2.015

JOSÉ ANTONIO LINO
AGRIMENSOR
INCRA DS8
CREA MG 933/TD 4º REGIÃO
CREA SP 5061936467 6º REGIÃO
TEL: (35) 3465-1854 / (35)8868-9115

ART. Nº 14201500000002700738

Anexo do Decreto N. 6.024
De 08 De 03 De 2016

José Antonio Lino CREA-MG: 000933-TD-4° Reg. / CREA-SP: 5061936467 6° Reg.
Rua Ângelo Artuso n° 114 Bº Alves – Monte Sião MG Tel. (35) 3465 –1854 8868 1854 E-mail: joselino1933@hotmail.com

DECRETO Nº: 6.084 DE 01 DE JULHO DE 2016.

"DETERMINA A RETIRADA DAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE DA ÁREA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e no exercício de seu Poder Administrativo Regulamentar e em conformidade com inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO, a recomendação efetuada pela COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião, decorrente do Ofício nº 004/2016;

CONSIDERANDO, que nas margens do Córrego Pelado que atravessa o bairro Alto da Serra, nesta cidade, lindeira à propriedade particular, sendo uma das áreas no final da Rua Guararapes foi constatada a existência de 53 (cinquenta e três) árvores de porte alto, da espécie "eucalipto", que estão na iminência de queda total ou parcial, possibilitando prejuízos ao fornecimento de energia elétrica e serviços de telefonia, bem como colocando em risco a integridade física dos transeuntes e passíveis de provocar danos aos veículos que por ali transitam;

CONSIDERANDO, que o §1º do artigo 12 da Lei Estadual nº 20.922/2013, estabelece que "*é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em APP, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes*",

CONSIDERANDO, que o local onde os eucaliptos estão plantados, é de grande movimentação de pessoas e veículos, tornando-os vulneráveis a danos de grande monta;

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica determinada, em caráter de urgência, a retirada das 53 (cinquenta e três) árvores de grande porte, da espécie eucalipto, localizadas às margens do Córrego Pelado que atravessa o bairro Alto da Serra, nesta cidade, lindeira à propriedade particular, sendo numa das áreas no final da Rua Guararapes.

Art. 2º. Fica determinada a notificação do CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, quanto à ordem de retirada das árvores objeto deste Decreto, para que seja verificado se a medida compromete alguma legislação ambiental em vigência, devendo providenciar, se for o caso, os projeto e licenciamentos ambientais necessários para que a retirada dos eucaliptos seja feita em conformidade com os ditames legais.

Publicado

Art. 3º. Fica determinada a notificação do proprietário da área onde estão plantados os eucaliptos, dando-lhe ciência das graves conclusões da Defesa Civil e dos riscos de permanência das árvores no local, sendo imperiosa a obtenção da concordância do mesmo, por escrito.

Art. 4º. Fica determinado o encaminhamento de cópia deste Decreto e das recomendações da COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião, decorrente do Ofício nº 004/2016, a todos os órgãos ambientais da circunscrição do Município de Monte Sião e também ao Representante do Ministério Público para ciência.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de julho de 2016.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6084
Em 01/07/2016
Bruna Aparecida Silva

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Ofício nº: 004/2016
Assunto: Envia considerações e recomendações acerca de medidas a serem tomadas.
Data: 21/06/2016.

Exmo. Sr.
João Paulo Ribeiro
Prefeito Municipal.

Com os nossos mais sinceros cumprimentos, como responsáveis pela Defesa Civil do Município, vimos à presença de Vossa Excelência fazer as considerações e recomendações que se seguem:

Que a política da Defesa Civil é atuar no sentido de prevenção de eventos adversos com sistemas de vigilância tais como monitorização, alerta e alarme;

Que a Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada em 1988 estabelece:

*"**Art. 182** – A política de desenvolvimento urbano, executado pelo Poder Publico Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

§ 1º – O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana."

Nesse contexto concluimos que uma das mais importantes funções sociais das cidades é garantir a segurança global da população, um dos mais importantes critérios relacionados com a garantia do bem-estar da população, e com a ordenação das funções sociais das cidades, diz respeito à redução de risco de desastres;

As plantações de árvores de porte alto lindeiras às estradas e ruas do Município podem oferecer riscos de tombamento ou quebra de

galhos em dias de ventanias prejudicando o fornecimento de energia elétrica; telefonia ou colocando vidas em risco de serem eletrocutadas; avançando sobre a via pública ou residências provocando desastres com veículos e pessoas; interditando o transito no local por longos períodos até a sua remoção, entre outras formas de provocar sérios acidentes aos transeuntes ou moradores e danos materiais, a particulares e ao erário.

As inundações e os alagamentos são frequentes em cidades mal planejadas e que crescem de forma explosiva, dificultando a construção de obras de drenagem e de esgotamento de águas pluviais, colaborando sobremaneira para caminhar para os riscos de desastres;

Entende-se por riscos de desastres a probabilidade de perdas e danos associados com o impacto de um evento físico externo sobre uma população vulnerável, onde a magnitude e extensão desses eventos são tais que excedem a capacidade da sociedade afetada para receber o impacto e seus efeitos e recuperar-se autonomamente;

A gestão de risco é um processo que tem como um de seus componentes a identificação e instrumentação de soluções concretas frente aos cenários de riscos adversos; refere-se a tomada de decisões em um ambiente de incertezas, com foco no processo permanente de redução de riscos existentes e futuros, que se deve produzir tendo em conta o programa de desenvolvimento adotado para determinada região;

Por prevenção a desastres entendem-se as ações destinadas a evitar ou reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio de identificação, mapeamento e monitoramento dos riscos, integrados ao processo permanente de gestão dos mesmos;

Por preparação para desastres entendem-se as ações destinadas a preparar os órgãos da Defesa Civil e comunidades, a fim de garantir uma resposta adequada aos desastres, minimizando os danos e prejuízos consequentes, tendo em vista objetivos claros e/ou cenários específicos;

A Lei Estadual **nº 20.922 de 16 de outubro de 2013**, que dispõe sobre as politicas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado estabelece:

*"**Art. 1º** – As políticas florestal e de proteção à biodiversidade do Estado obedecerão ao disposto nesta Lei.*

***Art. 3º** – Para os fins desta Lei, consideram-se :*

***I – De utilidade pública**:*

c) as atividades e as obras de defesa civil:

d) as seguintes atividades, que comprovadamente proporcionem melhorias na proteção das funções ambientais em APPs:

1) desassoreamento de cursos d'água e de barramentos com vistas à minimização de eventos críticos hidrológicos adversos;

2) implantação de aceiros, na forma do inciso I do artigo 65;

E ainda de acordo com o ***Art. 12*** :

A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio. § 1º: É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução em APP, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da Defesa Civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes."

Excelentíssimo Senhor Prefeito, feito essas considerações temos a acrescentar que fizemos inspeção em áreas pertencentes a particulares ocupadas por plantação de árvores da espécie ***"eucalipto"*** e algumas árvores de espécie '**nativa**' dentro do perímetro urbano do Município, localizada às margens do Córrego Pelado que atravessa o bairro Alto da Serra sendo no final da Rua Guararapes, e constatamos o seguinte:

LOCAL: Margens do Córrego do Pelado que atravessa o bairro Alto da Serra, nesta cidade, lindeira à propriedade particular, sendo uma das áreas no final da Rua Guararapes.

I- As propriedades pertencentes a particulares fazem divisas com o Corrego do Pelado por um lado e possui em sua margem uma plantação de arvores da espécie 'eucalipto' que estão de

médio a grande porte e do lado oposto do córrego existem várias construções com ocupação antrópica em APP de forma irregular às margens do citado córrego e que estão correndo sérios riscos em dias de chuvas e ventanias, tornando o local extremamente vulnerável.

PARECER DA DEFESA CIVIL:

Os integrantes da Defesa Civil, fizeram visita ao local atendendo solicitação da **Diretoria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente através do Oficio 023/2016 datado de 10/06/2016** e ficou detectado que existem 5 árvores em uma propriedade e em outra propriedade 3 arvores que estão na iminência de provocarem uma situação desastrosa aos residentes naquelas imediações.

RECOMENDAÇÕES DA DEFESA CIVIL:

Para o caso citado acima solicita do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal:

- **Que possa decretar em caráter de urgência a remoção *das várias arvores da espécie 'eucalipto' e algumas 'nativas' em uma propriedade e 53 arvores em outra propriedade, minimizando a possibilidade dos danos e prejuízos materiais, garantindo o bem-estar das pessoas e animais que ali se utilizam;***

- **Dar ciência ao CODEMA solicitando para que sejam tomadas as medidas referentes às intervenções ambientais baseadas na Lei Estadual nº 20.922 de 16 de outubro de 2013 Artigo 12 parágrafo 1º: *É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução em APP, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da Defesa Civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes,***

- ***Dar ciência aos proprietários das áreas em questão através de Notificações para que os mesmos possam inteirar-se das recomendações da Defesa Civil, e possam assinar um Termo de Acordo entre o Poder Público e os mesmos para resguardo de responsabilidades .***
- ***Dar ciência através do CODEMA a todos os órgãos ambientais competentes e ao MP para conhecimento da recomendação da Defesa Civil e se for o caso providenciar ou exigir que sejam providenciados os projetos, recomposição e/ou Licenciamentos Ambientais nos Órgãos competentes.***

Sendo o que nos apresenta para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

Guilherme José Assoni
Sec. Adm. da Defesa Civil

Osmar Rodrigues
Engenheiro Civil – Crea 060075213-6
Visto 17840 – MG
Presidente da Defesa Civil

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Foto demonstrando as arvores estão colocando a residência em riscos.

Foto 1. Foto referente que as árvores estão muito próximos à residencia.

FOTOGRAFIA – 01



Informações sobre a fotografia apresentada:

Localização: Final da Rua Guararapes – Alto da Serra - Monte Sião/MG.

Data: 21/06/2016

Osmar Rodrigues
Presidente do COMDEC

Rua Maurício Zucato, 111, sala – 08, pavimento superior, Paço Municipal. Centro. Fone: (35) 3465-4931

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Foto das árvores que oferecem risco às residências.

Foto 2. Foto demonstrando que as árvores estão muito próximo às residências.

FOTOGRAFIA – 02



Informações sobre a fotografia apresentada:

Localização:Final da Rua Guararapes – Alto da Serra -Monte Sião/MG.

Observação: A distancia das árvores até a residência é menor que sua altura.

Osmar Rodrigues
Presidente do COMDEC

Rua Maurício Zucato, 111, sala – 08, pavimento superior, Paço Municipal. Centro. Fone: (35) 3465-4931

Rua Maurício Zucato, 111, sala – 08, pavimento superior, Paço Municipal. Centro. Fone: (35) 3465-4931

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Foto das árvores próximo às residências tornando o local vulnerável

Foto 3. Foto demonstrando que caso ocorra um tombamento das árvores, estas atingirão a residência logo do lado oposto do córrego. Obs: Residencias com ocupação irregular em APP há mais de 15 anos.

FOTOGRAFIA – 03



Informações sobre a fotografia apresentada:

Localização: Final da Rua Guararapes – Alto da Serra -Monte Sião/MG.

Foto demonstra que as árvores estão localizadas há menos de 10 metros da residência.

Observação: Data: 21/06/2016

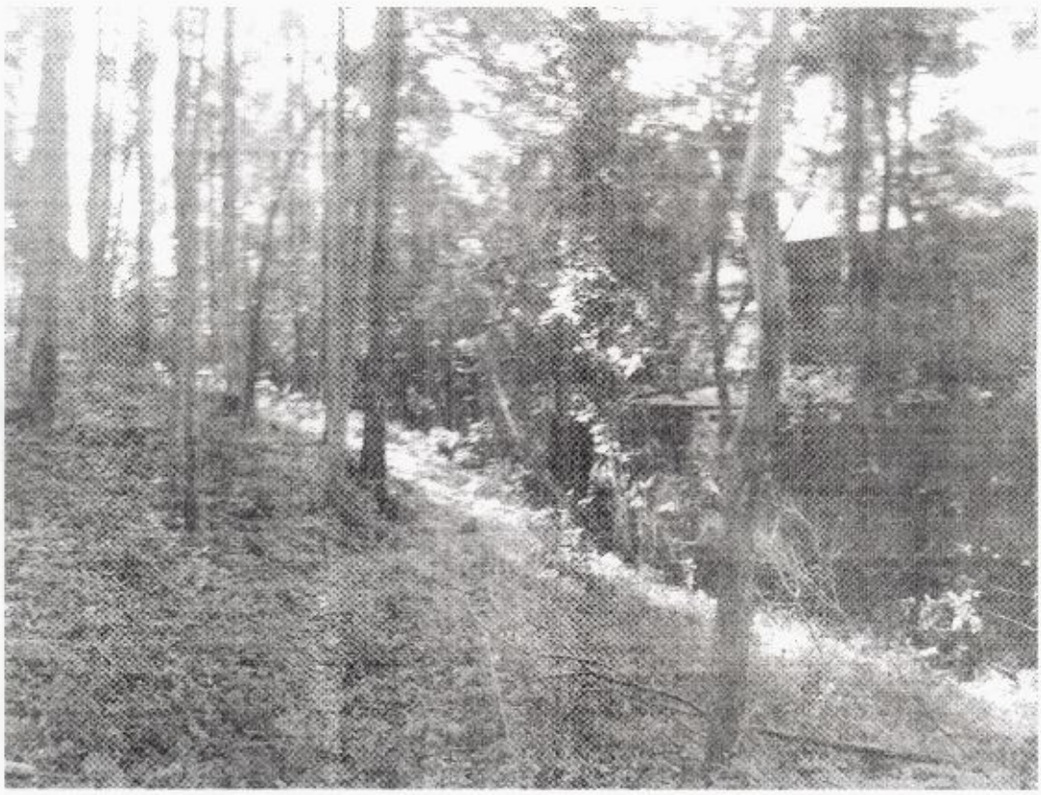
Osmar Rodrigues
Presidente do COMDEC

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Foto demonstra plantação de arvores da espécie 'eucalipto' ao lado das residências.

Foto 4. Foto demonstra inclusive que a ocupação da residência é em APP.

FOTOGRAFIA – 04



Informações sobre a fotografia apresentada:

Localização: Final da Rua Guararapes – Alto da Serra -Monte Sião/MG.

Observação: Data: 21/06/2016

Osmar Rodrigues
Presidente do COMDEC

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Foto das árvores ao lado das residências.

Foto 4. Foto defronte à residência tornando o local extremamente vulnerável em dias de ventos fortes.

FOTOGRAFIA – 05



Informações sobre a fotografia apresentada:

Localização: Final da Rua Guararapes- Alto da Serra - Monte Sião/MG.

Foto demonstra que existem algumas espécies de árvores nativas.

Observação: Data: 21/06/2016

Osmar Rodrigues

Presidente do COMDEC

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Foto demonstra que árvore nativa está nas proximidades da residência com ocupação irregular.

Foto 4. Foto demonstra que a árvores nativas estão muito próximas à residencia.

FOTOGRAFIA – 06



Informações sobre a fotografia apresentada:

Localização: Final da Rua Guararapes – Alto da Serra -Monte Sião/MG.

Foto demonstra apesar de existir plantação de eucalipto, também existem algumas árvores nativas e a proximidade das mesmas com a residência.

Observação: Data: 21/06/2016

Osmar Rodrigues
Presidente do COMDEC

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Foto da arvore já direcionando o seu tronco com clara demonstração de que se houver uma queda esta irá por sobre a residência.

Foto 4. Foto demonstra o tronco da árvore está direcionado para a residência.

FOTOGRAFIA – 07



Informações sobre a fotografia apresentada:

LocalizaçãoFinal da Rua Guararapes – Alto da Serra- Monte Sião/MG.

Observação: Data: 21/06/2016

Osmar Rodrigues
Presidente do COMDEC

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Foto de outra propriedade no final do Bairro Alto da Serra

Foto 4. Foto demonstra que as árvores de médio porte estão próximos à residencia.

FOTOGRAFIA – 08



Informações sobre a fotografia apresentada:

Localização: Final do Bairro Alto da Serra- Monte Sião/MG.

Foto demonstra que as árvores estão muito próximos à residência oferecendo riscos às pessoas

Observação: Data: 21/06/2016

Osmar Rodrigues
Presidente do COMDEC

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: Monte Sião
Objeto: Arvores já com seus galhos tocando o telhado da residência.

Foto 4. Foto defronte a vulnerabilidade da residência em função dos galhos das arvores já tocando o seu telhado.

FOTOGRAFIA – 9



Informações sobre a fotografia apresentada:

Localização: Final da Rua Guararapes – Alto da Serra - Monte Sião/MG.

Foto demonstra que o local está bem próximo ao córrego portanto em APP e a residência ali instalada há muitos anos está em situação de risco.

Observação: Data: 21/06/2016

Osmar Rodrigues
Presidente do COMDEC

DECRETO Nº: 6.083 DE 30 DE JUNHO DE 2016.

"Dispõe sobre a concessão de licença remunerada (desincompatibilização) aos servidores públicos efetivos da Administração Direta do Município que concorrerão ao pleito eleitoral de 02/10/2016."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com **o inciso IX do art. 64 da Lei Orgânica Municipal, art.99 da Lei nº: 1138, de 17 de dezembro de 1991 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município) e art.1º, II, l, Lei Complementar Federal nº: 64, de 18 de maio de 1990, e**

- CONSIDERANDO os requerimentos de servidores públicos efetivos para a concessão de licença remunerada (desincompatibilização) para fins eleitorais e a Legislação de Regência vigente;

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º - Fica concedida a licença remunerada (desincompatibilização), a partir de 01 de julho de 2016, aos servidores públicos efetivos, abaixo relacionados, para concorrerem às eleições municipais de 02 de outubro de 2016, com fundamento na alínea "1", inciso II, do artigo 1º da Lei Complementar Federal nº: 64, de 18 de maio de 1990.

I – ANTÔNIO OSVALDO INÁCIO, brasileiro, casado, cédula de identidade nº: RG nº: M- 2.957.407, servidor público efetivo, lotado no cargo de Motorista Escolar;

II – DEVANIL SÉRGIO PEREIRA, brasileiro, casado, cédula de identidade RG nº: 33.631.005-5, servidor público efetivo, lotado no cargo de Operário I;

Art. 2º - O prazo de afastamento remunerado é de 03 (três) meses anteriores ao pleito **(Res. TSE 18.019/92 e 20.623/00)** ou a Administração pode subordinar a continuidade do afastamento remunerado à prova, no termo do prazo respectivo, do pedido de registro da candidatura **(Res TSE 18.019/92, I, d)**.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 30 de junho de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.083
Em 30/06/2016
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Publicado

DECRETO Nº: 6.079 DE 20 DE JUNHO DE 2016.

"Nomeia e Constitui a Gerência do Programa BDMG-URBANIZA no município de Monte Sião-MG."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do art. 64 da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º – Nomeia e constitui a "Gerência do Programa BDMG-URBANIZA" encarregada de supervisionar, fiscalizar e acompanhar a implantação do projeto financiado pelo contrato firmado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais- **BDMG S.A nº: 177.426/13.**

Art. 2º - A "Gerência do Programa BDMG URBANIZA" será constituída por:

I – OSMAR RODRIGUES, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da cédula de identidade RG nº: 5.397.173 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº: 512.986.518-91, lotado no cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANAS E RURAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO;

II – MARIA ANTONIETA DIAS FIRMINO, brasileira, solteira, Engenheira Civil, portador da cédula de identidade RG nº: 239064719 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº: 882.872.626-15.696.908-42, lotado no cargo de ENGENHEIRO CIVIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO;

III – RUBENS PARREIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade, RG n°: M-874044 SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº: 214.205.486-20, lotado no cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TESOURARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO;

Publicado

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 20 de junho de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6079
Em 20/06/2016

Publicado

DECRETO Nº: 6.078 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

"Constitui e designa Comissão de Avaliação Prévia de Veículos Automotores e Bens Inservíveis para instrução de Leilão e dá outras providências".

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e

- Considerando a autorização consignada pela Lei Orgânica do Município, para a alienação de Veículos Automotores e de Bens Inservíveis pertencentes ao Patrimônio Municipal discriminados nos Anexos I e II deste Decreto;

- Considerando a necessidade de substituição dos Bens Públicos devido ao estado de conservação precário dos mesmos;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Avaliação Prévia de Veículos Automotores e dos Bens Inservíveis composta dos seguintes membros:

I – Presidente – Fagner Gonçalves– Chefe da Divisão de Patrimônio e Manutenção de Próprios Públicos;

II – Vice-Presidente – Delani Santa'na-Vereador;

III – Secretário – Gustavo Henrique Santos – Agente de Turismo;

IV – Membro: Augusto César de Carvalho Botarelli – Chefe da Divisão de Veículos Escolares;

V- Membro: Celso Labigalini Bigi – Chefe da Seção de Transporte de Pacientes.

Publicado

Art. 2º - A presente Comissão terá por finalidade a realização da Avaliação Prévia para subsidiar o referido Leilão, podendo valer-se de pesquisas de mercado, revistas, jornais e outros.

Art. 3º - Após a conclusão da Avaliação Prévia dos Veículos Automotores discriminados nos Anexos deste Decreto, o Poder Executivo providenciará a contratação de leiloeiro que se encarregará da organização, divulgação e realização do Leilão.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 15 de junho de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.078
Em 15/06/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.074 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

"Nomeia Comissão Especial para acompanhamento e avaliação de seleção, de Pessoas Jurídicas para a execução de serviço de elaboração de Diagnóstico Complementar dos Beneficiários do Residencial São Sebastião-Programa Minha Casa Minha Vida, objeto do certame Licitatório nº: 005/2016- CP nº: 007/2016."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do art. 64 da Lei Orgânica Municipal:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a comissão especial para acompanhamento e avaliação de seleção de Pessoas Jurídicas para a execução de serviço de elaboração de Diagnóstico Complementar dos Beneficiários do Residencial São Sebastião-Programa Minha Casa Minha Vida, devidamente observados os critérios de técnica e preço, mediante o **certame licitatório nº: 005/2016**, modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA– CP nº: 007/2016**, com os seguintes membros:

Publicado

I – Angélica Artuso de Souza, Chefe da Divisão de Promoção e Assistência Social;

II – Fernanda Gomes, Psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS;

III – Renata de Cássia Bueno, Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 07 de junho de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.074
Em 07/06/2016

Publicado

DECRETO Nº: 6.067 DE 31 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe sobre a exoneração de Agente Público ocupante de cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003 e Decreto nº: 4.758, de 02 de janeiro de 2013.

– Considerando o pedido de exoneração do Agente Público, **Samuel André Fernandes,** do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Seção de Fiscalização** e o deferimento do Chefe do Poder Executivo Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica exonerado, **a partir desta data**, o Agente Público **Samuel André Fernandes,** brasileiro, casado, cédula de identidade, RG nº: 225319664 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 137.696.908-42, residente e domiciliado à Rua Zeca de Castro, 598, Jardim Flamboyant, Monte Sião-MG, do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Seção de Fiscalização.**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 31 de maio de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSE ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.067
Em 31/05/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.066 DE 24 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe sobre o gozo de Ponto Facultativo nos Departamentos Municipais."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.342, de 17 de março de 1997, com a Lei nº: 1.457, de 10 de dezembro de 1999,

- CONSIDERANDO a necessidade da Administração Municipal de otimizar os custos, observados os princípios públicos da eficiência e da economicidade.

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º – Fica considerado Ponto Facultativo nos Departamentos Municipais o dia 27 de maio de 2016, sexta-feira.

Art. 2º – **Ficam ressalvados os serviços de saúde municipal de natureza médico hospitalar (Pronto Atendimento) e os de Limpeza Pública (coleta de lixo e varrição), imprescindíveis à população.**

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 24 de maio de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.066
Em 24/05/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.064 DE 18 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe sobre as formas, prazos e datas para pagamento da TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO-TFLIF e do ISSQN-FIXO PARA O ANO DE 2016".

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso VI do art. 64 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. – Para o exercício de 2016 os lançamentos da **TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO – TFLIF e do ISSQN-FIXO** serão efetuados nas seguintes formas:

I – QUOTA ÚNICA, para pagamento à **VISTA** com **4% (quatro por cento)** de desconto, até a o dia 10 de junho de 2016.

II – PARCELAMENTO em 04 (quatro) quotas mensais e sucessivas, sem descontos, vencíveis nas seguintes datas:

a) - 1ª. Quota, vencimento em 10 de junho de 2016;

b) - 2ª. Quota, vencimento em 10 de julho de 2016;

c) - 3ª. Quota, vencimento em 10 de agosto de 2016;

d) - 4ª. Quota, vencimento em 10 de setembro de 2016.

Art. 2º. – O valor mínimo por parcela não poderá ser inferior a 02 (duas) VRM`s – R$ 76,08 (setenta e seis reais e oito centavos).

Art. 3º. INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E RECEBIMENTO:

Publicado

I – Todo Tributo Municipal poderá ser pago nas seguintes instituições financeiras:

Caixa Econômica Federal, Credmalhas SICOOB, Bradesco, Itaú Unibanco e correspondentes bancários e a Casa Lotérica.

II – A opção com descontos de 4% (quatro por cento) para pagamento da TAXA DE LICENÇA – ALVARÁ e do ISSQN-FIXO/2016 ou a 1ª parcela será até o dia 10 de junho de 2016.

III – Após o vencimento da parcela haverá atualização da seguinte forma:

- **MULTA**: 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia. Após 30 (trinta) dias do vencimento será de 10% (dez por cento).

- **CORREÇÃO MONETÁRIA**: Índice nacional de preços ao consumidor (INPC-IBGE) acumulado.

- **JUROS DE MORA**: Aplicar 1% (um por cento) sobre o principal atualizado pela correção e com a incidência da multa.

Publicado

IV– A segunda via poderá ser emitida através do site: **www.montesiao.mg.gov.br**, na barra inicial – CERTIDÃO E CARNÊS ON LINE (SERVIÇOS ON LINE), dados informativos ao contribuinte, do lado esquerdo o link emissão de DAM – 2ª VIA.

V - Quando o vencimento da parcela se der em dia não útil (sábado, domingo ou feriado) poderá ser paga no próximo dia útil subsequente.

Art. 4º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Monte Sião, 18 de maio de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6064
Em 18/05/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.063 DE 18 DE MAIO DE 2016.

"Nomeia Comissão Especial para acompanhamento e avaliação de seleção, sob regime de Concessão, de Pessoas Jurídicas que receberão a delegação através de Contrato de Permissão para execução de Serviços Funerários do Município de Monte Sião-MG, objeto do certame Licitatório nº: 13590/2015- CP nº: 013/2016."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do art. 64 da Lei Orgânica Municipal:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a comissão especial para acompanhamento e avaliação de seleção de Pessoas Jurídicas que receberão a delegação através de Contrato de Permissão para execução dos Serviços Funerários do Município de Monte Sião-MG devidamente observados os critérios de técnica e preço, mediante o **certame licitatório nº: 13590/2015**, modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA– CP nº: 013/2016**, com os seguintes membros:

I – Rubens Parreira, Diretor do Departamento de Finanças e Tesouraria;

II – Osmar Rodrigues, Diretor do Departamento de Obras Urbanas e Rurais;

III – Maria Antonieta Dias Firmino, Engenheira Civil;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Monte Sião, 18 de maio de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.063
Em. 18/05/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.059 DE 10 DE MAIO DE 2016.

"Nomeia Comissão Especial para acompanhamento e avaliação de seleção, sob regime de Concessão, de Pessoas Jurídicas que receberão a delegação através de Contrato de Permissão para execução do serviço de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Monte Sião-MG, objeto do certame Licitatório nº: 235/2016- CP nº: 010/2016."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do art. 64 da Lei Orgânica Municipal:

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º - Fica nomeada a comissão especial para acompanhamento e avaliação de seleção de Pessoas Jurídicas que receberão a delegação através de Contrato de Permissão para Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Monte Sião-MG devidamente observados os critérios de técnica e preço, mediante o **certame licitatório nº: 235/2016**, modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA– CP nº: 010/2016**, com os seguintes membros:

I – Rubens Parreira, Diretor do Departamento de Finanças e Tesouraria;

II – Osmar Rodrigues, Diretor do Departamento de Obras Urbanas e Rurais;

III – Maria Antonieta Dias Firmino, Engenheira Civil;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Monte Sião, 10 de maio de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.059
Em. 10/05/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.057 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe sobre pedido de férias regulares do período de 2015/2016 da Diretora do Departamento de Educação e Esportes da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares da Servidora Pública, **Ediléia Simoneti Diani,** referente ao período aquisitivo **2015/2016**, lotada no cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Educação e Esportes**;

- Considerando a necessidade de continuidade do exercício das funções relativas ao cargo para a adequada prestação de serviços públicos;

Publicado

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, **a partir desta data até 06 de junho de 2016**, o gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a Servidora Pública, **Ediléia Simoneti Diani**, brasileira, divorciada, Professor Municipal I, cédula de identidade, RG nº: 344355111 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº: 036.805.466-70, residente e domiciliada à Rua Toninho do Peri, 33, Bairro Bela Vista, Monte Sião-MG, lotada no cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Educação e Esportes.**

Art. 2º- Fica nomeado pelo período de 25 (vinte cinco) dias úteis, **a partir desta data até 06 de junho de 2016** o Servidor Público **Guilherme José Assoni, lotado no cargo de provimento em comissão de Chefe de Governo, Planejamento e Gestão,** brasileiro, casado, bacharel em Serviço Social, cédula de identidade, RG nº: MG–12.695.968 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 055.815.766–10, residente e domiciliado à Rua Zeca de Castro, 598, Edifício Tiradentes Apto 22, Jardim Flamboyant, Monte Sião–MG, para ocupar, **interinamente**, o cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de**

Educação e Esportes a quem são atribuídas todas as prerrogativas e ônus pelo período acima mencionado.

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 02 de maio de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.057
Em 02/05/2016
Assistente Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.056 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"Nomeia Comissão Especial para acompanhamento e avaliação de seleção de Pessoas Físicas que receberão a delegação através de Contrato de Permissão para execução do serviço público de Transporte Individual de Passageiros em Automóvel de Aluguel-TAXI, objeto do certame Licitatório nº: 236/2016- CP nº: 009/2016."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do art. 64 da Lei Orgânica Municipal:

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º - Fica nomeada a comissão especial para acompanhamento e avaliação de seleção de Pessoas Físicas que receberão a delegação através de Contrato de Permissão para execução do serviço público de Transporte Individual de Passageiros em Automóvel de Aluguel-TAXI, devidamente observados os critérios de técnica e preço, mediante o **certame licitatório nº: 236/2016**, modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA– CP nº: 009/2016**, com os seguintes membros:

I – Rubens Parreira, Diretor do Departamento de Finanças e Tesouraria;

II – Osmar Rodrigues, Diretor do Departamento de Obras Urbanas e Rurais;

III – Maria Antonieta Dias Firmino, Engenheira Civil;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Monte Sião, 02 de maio de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.056
Em. 02/05/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.050 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

"Dispõe sobre a delegação de funções aos Agentes Públicos Municipais pelo Chefe do Poder Executivo e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003.

D E C R E T A:

Art. 1º – O Chefe do Poder Executivo Municipal delega aos Agentes Públicos abaixo elencados, as funções de competência para a prática dos atos de emissão das **requisições de abastecimento de combustível e de troca de óleo lubrificante** bem como o acompanhamento pela utilização dos mesmos.

Publicado

– Departamento de Administração

Luiz Fernando Silva Lima – Chefe da Divisão de Materiais.
Sandro de Godoy da Silva-Chefe da Divisão de Compras.

– Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Acácio Domênico Pinto – Diretor do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.
Luiz Fernando Silva Lima – Chefe de Divisão de Materiais.

– Departamento de Promoção e Assistência Social

Angélica Artuso de Souza- Chefe da Divisão de Promoção e Assistência Social

Aline Bueno – Auxiliar Administrativo do CRAS.
Luiz Fernando Silva Lima – Chefe de Divisão de Materiais

– Departamento de Educação e Esportes

Augusto César de Carvalho Botarelli – Chefe da Divisão de Veículos Escolares

Luiz Fernando Silva Lima-Chefe da Divisão de Materiais

– Departamento de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura e Lazer

Woodrow Welester Luiz-Chefe da Divisão de Cultura
Luiz Fernando Silva Lima-Chefe da Divisão de Materiais

– Gabinete do Prefeito

Paula Danieli Silva – Secretária de Gabinete
Luiz Fernando Silva Lima-Chefe de Divisão de Materiais

– Departamento de Obras Urbanas e Rurais

Juscelino Bernardino de Lima- Coordenador de Serviços Estradas Rurais.
Renato Wesley Lucas- Operador de Máquinas Pesadas
Luiz Fernando Silva Lima – Chefe de Divisão de Materiais

– Departamento de Saúde

Celso Labigalini Bigi – Chefe da Seção de Transporte de Pacientes.
Rogério Luiz Virgílio – Chefe de Divisão de Administração e Gestão de Saúde.

Luiz Fernando Silva Lima – Chefe de Divisão de Materiais

–Departamento de Serviços Urbanos

João Lúcio Genghini – Diretor do Departamento de Serviços Urbanos
Luiz Fernando Silva Lima – Chefe da Divisão de Materiais

Art. 2º – Os fechamentos burocráticos e a emissão dos relatórios gerenciais e outros atos inerentes ao Controle de Frotas serão de responsabilidade do Sr. Luiz Fernando Silva Lima, Chefe de Divisão de Materiais.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se o Decreto nº: 6.002, de 28 de janeiro de 2016.

Publicado

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 19 de abril de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.050
Em 19 / 04 / 2016
Diretora Administrativa

Publicado

DECRETO Nº: 6.048 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

"Dispõe sobre exclusão do Lote nº: 03 do Edital de Leilão da Prefeitura do Município de Monte Sião e estabelece outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal de Monte Sião, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 37, "caput" e inciso XXI, da Constituição Federal, e nos artigos 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48 e 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, e alterações posteriores; e Considerando-se o que dispõe as Súmulas 346/STF ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");

CONSIDERANDO o Edital de Leilão PMMS nº: 02/2016 em conformidade com a Lei Federal nº: 8.666/93 e com as Leis Municipais nºs: 2.220 e 2.221, de 23/12/2014, tendo por objeto a alienação (venda) dos bens móveis e imóveis ofertados e devidamente discriminados no respectivo Edital;

CONSIDERANDO que no transcorrer do processo de Leilão houve a formalização por intermédio do 2º Serviço Notarial da Comarca da ocorrência de nulidade do leilão do Lote nº: 03 do Edital de leilão PMMS nº: 02/2016, pelas razões expostas no referido documento;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico emitido pela Ladir & Franco Advogados, Assessoria Jurídica Especializada, prestadora de serviços do Município de Monte Sião, Bem Imóvel-Utilidade Pública-Desapropriação-Desafetação-Alienação-Leilão-Ilegalidade-Anulação da Alienação-Necessidade Concorrência Pública- Modalidade Adequada;

Publicado

DECRETA:

Art. 1º. Fica excluído do processo licitatório-modalidade leilão-Edital de Leilão PMMS nº: 02/2016 do Lote nº: 03 do Loteamento "Colinas de Monte Sião", devidamente registrado na Matrícula nº: 11.160 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Monte Sião, 12 de abril de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.048
Em 12 / 04 / 2016
Diretor Administrativo

Publicado

PARECER JURÍDICO

BEM IMÓVEL. UTILIDADE PÚBLICA. DESAPROPRIAÇÃO. DESAFETAÇÃO. ALIENAÇÃO. LEILÃO. ILEGALIDADE. ANULAÇÃO DA ALIENAÇÃO. NECESSIDADE. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. MODALIDADE ADEQUADA.

O Município de Monte Sião solicita a emissão de Parecer Jurídico a respeito da legalidade do processo licitatório – modalidade leilão, realizado para a alienação de bem imóvel inicialmente desapropriado para a construção da sede da Câmara Municipal, finalidade esta que não foi atendida.

Apresenta Parecer do Tabelião do 2º Ofício de Notas de Monte Sião do qual constam questionamentos quanto à inexistência de desafetação do bem e de autorização legislativa para a realização da alienação, e que a modalidade adequada seria a concorrência pública.

É o Relatório. Passamos a opinar:

De acordo com a documentação encaminhada a esta assessoria jurídica especializada, o Município de Monte Sião, por intermédio do Decreto Municipal nº 4.234/2011 declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel abaixo discriminado:

Terreno situado na Qdra 108 do Setor 4 desta cidade e Comarca de Monte Sião-MG, com a área de três mil metros quadrados (3.000,00 m²), e as

Rua Tuluti, 400 - Bairro Tabajaras - CEP: 38400-284 - Uberlândia - MG
Telefone: (34) 3210-2187 - Fax: (34) 3234-5333 - OAB/MG 2.431
secretaria@ladirfranco.com.br - www.ladirfranco.com.br

seguintes medidas e confrontações: Uma área de terreno, situada com frente para a Rua José Carlos Francisco, no lado direito, que inicia-se no marco 40-c, cravado ao lado direito do prolongamento da Rua Prefeito José Carlos Francisco, distante 118,54m do marco de início 40-B; segue em linha reta por 52,35m, deflete à direta e segue em curva com raio de 9,00m, ângulo central de 90°00'00" por 14,14m; segue em linha reta por 32,00m; deflete a direita e segue em curva com raio de 9,00m, ângulo central de 90°00'00" por 14,14m, confrontando com a esquina do prolongamento da Rua Prefeito José Carlos Francisco com a Rua Alfredo Machado Homem deflete à direita e segue em linha reta confrontando com a área remanescente por 50,00 m até o marco 40-C de início.

A finalidade da desapropriação seria a construção da sede da Câmara Municipal de Monte Sião, tendo sido paga ao expropriado a indenização no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Por questões de ordem pública, o imóvel em referência não teve a destinação inicialmente prevista no Decreto Municipal, o que deu origem à Lei Municipal nº 2.291/2015, que desafetou referido bem imóvel e, ainda, autorizou sua alienação.

A este respeito, a Lei Federal nº 8.666/93 – Lei das Licitações define expressamente que:

Art. 22. São modalidades de licitação:

(...)

V - leilão.

(...)

§ 5o Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos

legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Por outro lado, especificamente sobre as alienações, o mesmo diploma legal prevê, *litteris*:

> *Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*
> *I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

> *Art. 19. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:*
> *I - avaliação dos bens alienáveis;*
> *II - comprovação da necessidade ou utilidade da alienação;*
> *III - adoção do procedimento licitatório.*
> *III - adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.*

Da análise dos dispositivos legais supra transcritos, constata-se, à toda evidência, que a modalidade leilão somente é autorizada nas hipóteses de alienação de imóveis que tenham sido adquiridos pelo Poder Público por intermédio de procedimentos judiciais ou dação em pagamento, o que não reflete o caso ora apresentado a esta assessoria jurídica.

Desta forma, de acordo com os ditames legais em referência, em plena vigência e eficácia, somente imóveis oriundos de processos judiciais ou dações em pagamento poderiam ser alienados através do Leilão.

Em outras palavras, ainda que tenha havido desafetação do bem, autorização legislativa para a alienação e avaliação prévia, a modalidade licitatória adequada para a venda em referência seria a concorrência pública.

Sobre o tema o **Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, por intermédio dos **Desembargadores Wander Marotta e Eduardo Andrade**, comungam deste mesmo entendimento, vejamos:

> *AÇÃO ORDINÁRIA - **ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE MUNICIPAL - LICITAÇÃO NA MODALIDADE DELEILÃO - INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS - NULIDADE DO PROCEDIMENTO.** É nula a licitação para a alienação dos bens de propriedade do Município, se não for observada a modalidade de licitação prevista na Lei Federal nº 8.666/93 (art. 17). A alienação de bens imóveis na modalidade de leilão somente é admitida sobre bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha ocorrido através de procedimentos judiciais ou dação em pagamento, como permite o art. 19 da citada lei federal, hipótese diversa da que aqui é examinada. **Apesar da existência de autorização do Legislativo Municipal para a alienação dos imóveis, era dever do Município de São João Del Rei adotar a modalidade de concorrência, como determina a Lei Federal nº 8.666/93, decorrendo a nulidade formal da inobservância do princípio da legalidade e do desvio de***

finalidade na prática do ato, frustrando-se, assim, a garantia de atendimento pleno ao interesse público.
(TJMG Apelação Cível nº 1.0625.08.076564-1/001 Relator(a): Des.(a) Wander Marotta Data da publicação da súmula: 11/02/2011).

*AÇÃO CIVIL PÚBLICA - **ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE MUNICIPAL - INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS - NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** - SENTENÇA CONFIRMADA. - **Apesar da autorização da Câmara Legislativa para instauração do procedimento**, bem como de previsão na Lei Municipal n. 190/52 para a adoção da modalidade de leilão, **impunha-se ao Município de Ituiutaba adotar a modalidade de concorrência para alienação dos lotes, por restar obrigado a observar as normas gerais aplicáveis à espécie, no caso a Lei 8666/93**, embasada, por sua vez, no disposto no art. 22, XVII, da CF-88, **sob pena de se configurar, em razão da inobservância do princípio da legalidade, o desvio de finalidade na prática do ato, frustrando-se, assim, a garantia de atendimento pleno ao interesse público**.*
(TJMG Apelação Cível nº 1.0342.04.048095-2/001 Relator(a): Des.(a) Eduardo Andrade Data da publicação da súmula: 17/02/2006).

5

O Desembargador Eduardo Andrade, no precedente acima, esclareceu em seu voto que:

*"(...) **a alienação de bens pela Administração Pública, pelas implicações inerentes ao fato de se tratar de desfazimento de patrimônio público, condiciona-se ao preenchimento de requisitos estabelecidos em lei,** visando atender exclusivamente ao interesse público,*

sob pena de configuração de desvio de finalidade e, via de conseqüência, ensejando a nulidade do ato."

Neste cenário, vale destacar, ainda, que o expropriado através do Decreto Municipal 4.234/2011 deve ser notificado a fim de exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel que lhe pertencia originalmente. É o que prevê o artigo 519 do Código Civil:

Art. 519. Se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não tiver o destino para que se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos, caberá ao expropriado direito de preferência, pelo preço atual da coisa.

Nestes termos, anteriormente à publicação do novo Edital (concorrência pública) é legítimo que o proprietário original do imóvel que foi declarado de utilidade pública readquira-o novamente, através do pagamento do preço atual do bem, conforme avaliação prévia realizada pelo Município.

Por todo o exposto, considerando especialmente as determinações legais sobre a matéria, bem como o entendimento consagrado pelo TJMG, recomendamos que o Município adote todas as providências necessárias para a anulação da alienação do imóvel objeto do presente Parecer Jurídico, porquanto a Lei Federal nº 8.666/93 é expressa no sentido de que nestas hipóteses, é imperiosa a utilização da modalidade Concorrência Pública.

Uma vez anulada a alienação em referência, via Decreto Municipal, inclusive com a devolução da quantia eventualmente paga pelos arrematantes no Leilão, e, na hipótese do expropriado não se interessar em exercer o direito de preferência nos termos do artigo 519 do CC, poderá o Município publicar novo Edital de Licitação – modalidade Concorrência Pública, com a finalidade de

alienar o imóvel em questão de forma eficiente e de acordo com os ditames legais que regem a espécie.

É o Parecer, s. m. j.

Uberlândia, 11 de Abril de 2016.

Ladir & Franco Advogados

Flávio Ribeiro dos Santos

OAB/MG 100.767

Juliana Degani Paes Leme

OAB/MG 97.063

Rua Tuiuti, 400 - Bairro Tabajaras - CEP: 38400-264 - Uberlândia - MG
Telefone: (34) 3210-2187 - Fax: (34) 3234-5333 - OAB/MG 2.431
secretaria@ladirfranco.com.br - www.ladirfranco.com.br

DECRETO Nº: 6.044 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

"FIXA A LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS, O NÚMERO DE VAGAS E RESPECTIVOS VALORES PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TÁXI DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15 da Lei Municipal nº: 2.219, de 23 de dezembro de 2014.

Publicado

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixada a localização dos pontos, o número de vagas e respectivos valores para exploração dos serviços de taxi, no âmbito do Município, da seguinte forma:

I - Ponto 01: Praça Prefeito Mario Zucato - 12 Vagas - R$ 8.000,00 por vaga;

II - Ponto 02: Praça do Rosário - 08 Vagas - R$ 8.000,00 por vaga;

III - Ponto 03: Rodoviária - 12 Vagas - R$ 8.000,00 por vaga;

IV - Ponto 04: Alto da Santa Cruz - 02 Vagas -R$ 8.000,00 por vaga;

V - Ponto 05: Praça Renato Franco Bueno - 02 Vagas R$8.000,00 por vaga;

VI - Ponto 06: Praça Antônio Oswaldo Bernardi - 01 Vaga R$ 8.000,00;

VII - Ponto 07: Rua Zeca de Castro - 01 Vaga- R$ 8.000,00;

DECRETO Nº: 6.044 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

"FIXA A LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS, O NÚMERO DE VAGAS E RESPECTIVOS VALORES PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TÁXI DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15 da Lei Municipal nº. 2.219, de 23 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixada a localização dos pontos, o número de vagas e respectivos valores para exploração dos serviços de taxi, no âmbito do Município, da seguinte forma:

I - Ponto 01: Praça Prefeito Mario Zacato - 12 Vagas - R$ 8.000,00 por vaga;

II - Ponto 02: Praça do Rosário - 08 Vagas - R$ 8.000,00 por vaga;

III - Ponto 03: Rodoviária - 12 Vagas - R$ 8.000,00 por vaga;

IV - Ponto 04: Alto da Santa Cruz - 02 Vagas -R$ 8.000,00 por vaga;

V - Ponto 05: Praça Renato Franco Bueno - 02 Vagas R$8.000,00 por vaga;

VI - Ponto 06: Praça Antônio Oswaldo Berrardi - 01 Vaga R$ 8.000,00;

VII - Ponto 07: Rua Zeca de Castro - 01 Vaga- R$ 8.000,00;

VIII - Ponto 08: Creche São Simão - Pró Infância - 01 Vaga- R$ 8.000,00;

IX - Ponto 09: Jardim América - 01 Vaga- R$ 8.000,00;

X - Ponto 10: Jardim das Palmeiras - 01 Vaga- R$ 8.000,00;

XI - Ponto 11: Bairro Parco Del Sole - 01 Vaga- R$ 8.000,00;

XII – Ponto 12: Núcleo Urbano da Mococa – 02 Vagas – R$ 6.000,00 por vaga;

XIII - Ponto 13: Bairro Rural Guiné - 01 Vaga- R$ 6.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação e revoga-se o Decreto nº: 5.415, de 21 de maio de 2015.

Monte Sião, 07 de abril de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.044
Em 07/04/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.043 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

"Designa Agente Público para o exercício de atribuições na forma que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e Lei nº: 1.252, de 01 de julho de 1994, Decreto nº: 6.039, de 01 de abril de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido de exoneração do Agente Público **Sr. Leandro Vaz de Freitas** ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Seção de Cadastro Imobiliário** e o deferimento do Chefe do Poder Executivo;

- Considerando a necessidade de continuidade do exercício das atribuições relativas ao cargo para a eficiente prestação dos serviços públicos.

Publicado

DECRETA:

Art. 1º – Fica o Agente Público, **Sr. Edson Sakashi de Brito**, lotado no cargo de provimento efetivo de Fiscal Tributário, **designado**, a partir desta data, para exercer as atribuições inerentes ao cargo de **Chefe da Seção de Cadastro Imobiliário.**

Art. 2º – Este decreto em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 04 de abril de 2016.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.043
Em. 04/04/2016

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

DECRETO Nº: 6.042 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

"Dispõe sobre a nomeação de Agente Político para ocupar, interinamente, o cargo de Diretor do Departamento de Promoção e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Decreto nº: 4.756, de 02 de janeiro de 2013, Decreto nº: 5.305, de 20 de janeiro de 2015, e

- Considerando o pedido de exoneração do Agente Político, **Manoel Inácio Bueno**, do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Promoção e Assistência Social;

- Considerando a necessidade de continuidade do exercício das funções relativas ao cargo intrínsecas para a prestação de serviços públicos;

DECRETA:

Publicado

Art. 1º - Fica nomeado, a partir desta data, o Agente Político **Guilherme José Assoni**, brasileiro, casado, bacharel em Serviço Social, cédula de identidade, RG nº: MG-12.695.968 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 055.815.766-10, residente e domiciliado à Rua Zeca de Castro, 598, Edifício Tiradentes, Apto. 22, Jardim Flamboyant, Monte Sião-MG, lotado no cargo de provimento em comissão de **Chefe de Governo, Planejamento e Gestão** para ocupar, **interinamente,** o cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Promoção e Assistência Social,** a quem são atribuídas todas as prerrogativas e ônus pelo período em que ocorrer o respectivo acúmulo.

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 04 de abril de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.042
Em 04/04/2016

DECRETO Nº: 6.040 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

"Dispõe sobre a nomeação de Agente Público para ocupar cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003 e Decreto nº: 6.037, de 31 de março de 2016.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica nomeado, **a partir desta data,** o Agente Público **Celso Labigalini Bigi,** brasileiro, casado, cédula de identidade, RG nº: 14539818 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 306.512.986-87, residente e domiciliado à Rua Padre Cornélio, 327, Centro, Monte Sião-MG, para ocupar o cargo de **Chefe da Seção de Transporte de Pacientes**.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de abril de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.040
Em. 01/04/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.039 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

"Dispõe sobre a exoneração de Agente Público ocupante de cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003 e Decreto nº: 5.297, de 05 de janeiro de 2015, e

– Considerando o pedido de exoneração do Agente Público, **Leandro Vaz de Freitas,** do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Seção de Cadastro Imobiliário** e o deferimento do Chefe do Poder Executivo Municipal.

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º – Fica exonerado, **a partir desta data**, o Agente Público **Leandro Vaz de Freitas,** brasileiro, solteiro, cédula de identidade, RG nº: M-7815112 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 052.516.746-35, residente e domiciliado no Sítio Nossa Senhora Aparecida, bairro Rural Farias, Monte Sião-MG, do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Seção de Cadastro Imobiliário.**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de abril de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.039
Em. 01/04/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.038 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

"Dispõe sobre a exoneração de Agente Político ocupante de cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003 e Decreto nº: 4.756, de 02 de janeiro de 2013, e

– Considerando o pedido de exoneração do Agente Político, **Manoel Inácio Bueno,** do cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Promoção e Assistência Social** e o deferimento do Chefe do Poder Executivo Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica exonerado, **a partir desta data**, o Agente Político **Manoel Inácio Bueno,** brasileiro, casado, cédula de identidade, RG nº: 7706043 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 718.856.338-15, residente e domiciliado à Avenida Tancredo Neves, 335, Centro, Monte Sião-MG, do cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Promoção e Assistência Social.**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de abril de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.038
Em 01/04/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.037 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre a exoneração de Agente Público ocupante de cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Decreto nº: 5.297, de 05 de janeiro de 2015 e

– Considerando o pedido de exoneração do Agente Público, **Platini dos Santos Pereira,** do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Seção de Transporte de pacientes** e o deferimento do Chefe do Poder Executivo Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica exonerado, **a partir desta data,** o Agente Público **Platini dos Santos Pereira,** brasileiro, convivente em União Estável, cédula de identidade, RG nº: 356718748 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 054.508.576-40, residente e domiciliado à Rua Alto da Serra, 722, bairro Alto da Serra, Monte Sião-MG, do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Seção de Transporte de Pacientes.**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 31 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.037
Em 31/03/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.034 DE 23 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre aprovação de desdobro do Lote 09 da Quadra 16, situado à Rua São Judas, esquina com a Rua Achilles de Souza Bueno, Recanto São Marcos, bairro Mococa, nesta cidade de propriedade de Daniel Evangelista Toledo e Sylvia Lilia de Souza."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº: 105, de 14 de outubro de 2008 e alterações;

– Considerando o parecer favorável ao requerimento dos proprietários para aprovação do desdobro do Lote 09 da Quadra 16, Recanto São Marcos, bairro Mococa, nesta cidade e comarca de Monte Sião–MG, pela Sra. Maria Terezinha Martins Salomon, Chefe da Seção de Engenharia da Prefeitura Municipal de Monte Sião–MG;

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aprovado o desdobro do Lote 09 da Quadra 16, situado à Rua Achilles de Souza Bueno esquina com a Rua São Judas, no Recanto São Marcos, bairro Mococa, nesta cidade e comarca de Monte Sião–MG, de propriedade de **Daniel Evangelista Toledo e Sylvia Lilia de Souza**, inscritos respectivamente nos CPF's sob nºs: 060.081.766-00 e 095.053.476-50, de acordo com a Planta do Levantamento Planimétrico e com o respectivo Memorial Descritivo, documentos estes que ficam fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 23 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.034
Em 23/03/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.032 DE 21 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre a nomeação de Agente Público para ocupar cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003 e Decreto nº: 6.030, de 18 de março de 2016.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica nomeado, **a partir desta data, o** Agente Público **Fabrício Bissoli Alcântara**, brasileiro, solteiro, cédula de identidade, RG nº: MG 15060018 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 090.172.886-12, residente e domiciliado à Rua Arthur Pennacchi, 214, Parque D. Antonieta, Monte Sião-MG, para ocupar o cargo de **Chefe da Divisão de Esportes e Recreação.**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 21 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.032
Em 21/03/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.031 DE 18 DE MARÇO DE 2016.

"DETERMINA A LIMPEZA, O DESASSOREAMENTO E O AUMENTO DA CALHA DOS RIBEIRÕES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e no exercício de seu Poder Administrativo Regulamentar e em conformidade com inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO, a recomendação efetuada pela COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião, decorrente do Ofício nº: 002/2016;

Publicado

CONSIDERANDO, que segundo a previsão meteorológica o período chuvoso tende a continuar, os locais lindeiros aos córregos que cortam o Município estarão sujeitos a novos alagamentos causando grandes prejuízos financeiros, colocando em risco vidas de pessoas e de animais;

CONSIDERANDO, que o §1° do artigo 12 da Lei Estadual nº: 20.922/2013, estabelece que "*é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em APP, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes*",

D E C R E T A:

Art. 1°. Fica determinada, em caráter de urgência, a limpeza, desassoreamento e o aumento das calhas que dos córregos que deverão ser realizadas em 03 (três) trechos, nas seguintes coordenadas geográficas UTM WGS 84:

1º Trecho: Ribeirão dos Tanques-2,1 km de extensão

Início: 338821 E, 7517557 N

Final: 338198 E, 7519046 N

2º Trecho: Ribeirão Monte Sião e Rio das Pedras-5,42 km de extensão

Início: 337380 E, 7517407 N

Final: 336972 E, 7519794 N

3º Trecho: Afluente do Rio das Pedras- 192 metros de extensão

Início: 337007 E, 7519943 N

Final: 336972 E, 7519777 N

Art. 2º. Fica determinada a notificação do CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para que sejam tomadas as medidas referentes às intervenções ambientais, em conformidade com a Lei Estadual nº: 20.922, de 16 de outubro de 2013.

Publicado

Art. 3º. Fica determinado o encaminhamento de cópia deste Decreto e das recomendações da COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião, decorrente do Ofício nº: 002/2016, a todos os órgãos ambientais da circunscrição do Município de Monte Sião e também ao Representante do Ministério Público para ciência.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 18 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.031
Em 18/03/2016
DIRETOR RESPONSÁVEL

DECRETO Nº: 6.031 DE 18 DE MARÇO DE 2016.

"DETERMINA A LIMPEZA, O DESASSOREAMENTO E O AUMENTO DA CALHA DOS RIBEIRÕES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e no exercício de seu Poder Administrativo Regulamentar e em conformidade com inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO, a recomendação efetuada pela COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião, decorrente do Ofício nº: 002/2016;

CONSIDERANDO, que segundo a previsão meteorológica o período chuvoso tende a continuar, os locais lindeiros aos córregos que cortam o Município estarão sujeitos a novos alagamentos causando grandes prejuízos financeiros, colocando em risco vidas de pessoas e de animais;

Publicado

CONSIDERANDO, que o §1º do artigo 12 da Lei Estadual nº: 20.922/2013, estabelece que "*é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em APP, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes*",

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica determinada, em caráter de urgência, a limpeza, desassoreamento e o aumento das calhas que dos córregos que deverão ser realizadas em 03 (três) trechos, nas seguintes coordenadas geográficas UTM WGS 84:

1º Trecho: Ribeirão dos Tanques-2,1 km de extensão
Início: 338821 E, 7517557 N
Final: 338198 E, 7519046 N

2º Trecho: Ribeirão Monte Sião e Rio das Pedras-5,42 km de extensão
Início: 337380 E, 7517407 N
Final: 336972 E, 7519794 N

3º Trecho: Afluente do Rio das Pedras- 192 metros de extensão
Início: 337007 E, 7519943 N
Final: 336972 E, 7519777 N

Art. 2º. Fica determinada a notificação do CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para que sejam tomadas as medidas referentes às intervenções ambientais, em conformidade com a Lei Estadual nº: 20.922, de 16 de outubro de 2013.

Art. 3º. Fica determinado o encaminhamento de cópia deste Decreto e das recomendações da COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião, decorrente do Ofício nº: 002/2016, a todos os órgãos ambientais da circunscrição do Município de Monte Sião e também ao Representante do Ministério Público para ciência.

Publicado

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 18 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.031
Em 18/03/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.030 DE 18 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre a exoneração de Agente Público ocupante de cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003,

– Considerando o pedido de exoneração do Agente Público, **Henrique Labegalini,** do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Esportes e Recreação** e o deferimento do Chefe do Poder Executivo Municipal.

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º – Fica exonerado, **a partir desta data**, o Agente Público **Henrique Labegalini,** brasileiro, casado, Licenciado em Educação Física, cédula de identidade, RG nº: 342706408 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 054.406.196-90, residente e domiciliado à Rua Zeca de Castro, 598, Apto 52, Edifício Tiradentes, Jardim Flamboyant, Monte Sião–MG, do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Esportes e Recreação.**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.030
Em. 18/03/2016
Diretor Administrativo

Monte Sião, 18 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

DECRETO Nº: 6.027 DE 09 DE MARÇO DE 2016.

"Disciplina a pontuação a ser utilizada para mensurar o estado de conservação, valores residuais contábeis, bem como define o tipo de depreciação para realização e lançamento de ajuste patrimonial (Perdas e ganhos) do Município de Monte Sião – Minas Gerais, e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e CONSIDERANDO o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, considerando ainda o princípio da oportunidade, a Portaria 634 do STN, a necessidade de conhecimento, mensuração e avaliação de bens patrimoniais e a necessidade de realizar o inventário do acervo patrimonial físico e financeiro dos bens de ordem geral do município de Minas Gerais,

Publicado

DECRETA:

Art. 1º – A avaliação patrimonial será realizada por uma comissão de patrimônio composta por servidores e criada por ato próprio.

Parágrafo Único – Entende-se como avaliação patrimonial o ajustamento de valores patrimoniais de cada bem.

Art. 2º – A comissão de patrimônio deverá considerar os seguintes estados de conservação e pontuações para realização de perdas e ganhos patrimoniais:

E – Excelente – 10 pontos- Aquisição
O – Ótimo – 08 pontos
B – Bom – 06 pontos
R – Regular – 04 pontos
I – Inservível – 02 pontos
S – Sucata- 01 ponto.

Parágrafo Único – Para classificação do estado de conservação a comissão de patrimônio em visita técnica deverá considerar o estado físico e utilização do bem pelo órgão público.

Art. 3º – Para definição do valor financeiro de cada bem patrimonial fica necessária a realização de no mínimo 03 (três) cotações.

§ 1º – As cotações para definição do valor financeiro dos bens patrimoniais deverão ser realizadas pela Comissão de Patrimônio e poderá ser feita via internet.

§ 2º – Não sendo possível a realização desta cotação por inexistência do bem patrimonial, o mesmo será avaliado pelo valor justo contábil sendo este ato de competência da comissão de patrimônio que deverá justificá-lo.

Art. 4º – A forma de depreciação a ser utilizada será a modalidade de SOMA DOS DIGÍTOS.

Art. 5º – Fica definida a porcentagem de 10%, sendo esta utilizada como parâmetro para definir o valor residual contábil para os bens patrimoniais.

Art. 6º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se o Decreto nº: 5.196, de 19 de agosto de 2014.

Monte Sião, 09 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.027
Em 09/03/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.024 DE 08 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre aprovação da Regularização do desmembramento do Terreno Urbano, situado no antigo Sítio Rio das Pedras, bairro Rio das Pedras, denominado ***LOTEAMENTO VALE DO SOL****, objeto de registro na Mat. 5.203 do Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis, desta cidade e Comarca de Monte Sião e sua ligação com a Estrada Municipal Coqueiral, faixa destacada da Matrícula nº5.221, Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis desta cidade e Comarca de Monte Sião, a ser doada ao Poder Público."*

Publicado

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 96, de 25 de outubro de 2007 e Lei Complementar nº: 105, de 14 de outubro de 2008;

- Considerando o requerimento de um dos proprietários do Terreno Urbano, de formato irregular, situado no antigo Sítio Rio das Pedras, com área de 29.000,00m² (vinte e nove mil metros quadrados), cf. área devidamente averbada sob nº: AV-13-5203 da Mat. 5.203 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Monte Sião-MG, solicitando à apreciação do Projeto de Desmembramento do referido terreno, de acordo com documentação anexa;

- Considerando que, de acordo com a documentação levantada pelo Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, constatamos que o terreno, objeto do pedido de desmembramento, encontra-se dividido amigavelmente entre os condôminos, há mais de 17 (dezessete) anos, sem qualquer objeção do poder público, determinando-se no presente caso a chamada ***composse pro diviso***, que ocorre quando há uma divisão de fato, embora não haja de direito, fazendo com que cada um dos compossuidores já possua uma parte certa, se bem que o imóvel continua indiviso;

- Considerando que no terreno foram construídas 4 (quatro) ruas denominadas no projeto Ruas A, B ,C e D e que ainda não receberam do Poder Público denominações;

- Considerando que a ligação do Desmembramento Vale do Sol até a Estrada Municipal do Coqueiral é feita pelo prolongamento da Rua A e faixa a ser doada ao Poder Público;

- Considerando que as ruas são dotadas de parte dos equipamentos urbanos, ou seja, abertura de ruas, rede de água, rede de energia elétrica, rede telefônica e de limpeza pública;

- Considerando que o Município de Monte Sião poderá lançar a partir de 2016 os Tributos Municipais individualizados sobre as parcelas dos imóveis;

- Considerando que o Parecer Favorável emitido em 08 de março de 2016 pela Sra. Maria Terezinha M. Salomon, Chefe da Seção Engenharia, referente aos Processos nº: 1.518/2015 e nº 95/2016, anexos;

- Considerando que a divisão executada pelos proprietários há mais de 17 (dezessete) anos, nunca recebeu qualquer objeção do poder público local, temos que o parcelamento, ora requerido, s.m.j., enquadra-se perfeitamente no CAPITULO III – DO PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – SEÇÃO I – DOS NÃO CONFORMES, inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº: 96/2007, combinado com o TITULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS – art. 61 e parágrafo único do art.62 da Lei Complementar nº: 105/2008, uma vez que equipamentos urbanos já foram instalados, e, portanto, não agravaram sua desconformidade em relação à legislação municipal vigente;

Publicado

- Considerando que à época do desmembramento o Código de Obras do Município de Monte Sião, Lei Municipal nº: 886, de 27 de maio de 1990, em seu art. 23 não especificava as determinações necessárias para aprovação de loteamentos ou desmembramentos;

- Considerando que o Poder Público tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, bem como direito de propriedade;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a Regularização do Desmembramento do Terreno Urbano, situado no antigo Sítio Rio das Pedras, no bairro Rio das Pedras que passará a denominar-se **LOTEAMENTO VALE DO SOL** objeto de registro na Mat.5.203 do Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis, desta cidade e Comarca de Monte Sião, de propriedade do Sr. BENEDITO LACIR TAVEIRA e outros, de acordo com a Planta de Planimetria e respectivo memorial descritivo, bem como a ligação à Estrada Municipal Coqueiral feita em faixa do terreno objeto da Matrícula nº 5.221 situado no antigo Sítio Rio das Pedras, bairro Rio das Pedras, do Livro 2 – Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis, desta cidade e Comarca de Monte Sião de propriedade dos senhores DIVINO SANTO DE ANDRADE e VALDIR MATHIAS, conforme Planta de Planimetria e respectivo Memorial, faixa essa que deverá ser doada ao Poder Público, documentos estes que ficam fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se o Decreto nº: 5.537, de 29 de outubro de 2015.

Monte Sião, 08 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.024
Em. 08/03/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.023 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a exoneração de servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991 e Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003,

– Considerando o pedido de exoneração da servidora pública **Claudileny Augusta da Rosa** do cargo de provimento efetivo de Professor Municipal II.

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º – Fica exonerada, **a partir desta data**, a servidora pública **Claudileny Augusta da Rosa** brasileira, separada, cédula de identidade, RG nº: M-3543280 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº: 610.792.006-49, residente e domiciliada à Rua Francisco Inácio, 193, Centro, Bueno Brandão-MG, do cargo de provimento efetivo de **Professor Municipal II.**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 03 de fevereiro de 2016.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6023
Em 03/02/2016
Diretor Administrativo

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

DECRETO Nº: 6.022 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre o retorno da Licença para tratar de Interesses Particulares do servidor público **Mário Márcio Zucato Júnior.**"

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do art.64 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 100 da Lei nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011;

– Considerando o requerimento do servidor público efetivo e estável, **Mário Márcio Zucato Júnior**, lotado no cargo de **Auxiliar de Serviço Escolar II,** para que seja deferida a interrupção de sua Licença para tratar de Interesses Particulares e posteriormente a sua exoneração;

– Considerando o deferimento pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica interrompida, **desde 29 de fevereiro de 2016**, a Licença para tratar de Interesses Particulares, sem remuneração, com fundamento no parágrafo 1º do artigo 100 da Lei Municipal n: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011, concedida ao servidor público efetivo e estável **Mário Márcio Zucato Júnior**, lotado no cargo de **Auxiliar de Serviço Escolar II** e, por conseguinte, a exoneração do mesmo.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.022
Em 01/03/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.021 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

"Dispõe sobre a interrupção de Licença para tratar de Interesses Particulares da servidora pública Marcela Santos Lesser Pereira."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do art.64 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 100 da Lei nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011;

– Considerando o requerimento do servidor pública efetiva e estável, **Marcela Santos Lesser Pereira**, lotada no cargo de **Enfermeiro II,** para que seja deferida a interrupção de sua Licença para tratar de Interesses Particulares e posteriormente a sua exoneração;

– Considerando o deferimento pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º – Fica interrompida, **desde 22 de fevereiro de 2016**, a Licença para tratar de Interesses Particulares, sem remuneração, com fundamento no parágrafo 1º do artigo 100 da Lei Municipal n; 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011, concedida à servidora pública efetiva e estável **Marcela Santos Lesser Pereira**, lotada no cargo de Enfermeiro II e, por conseguinte, a exoneração da mesma.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.021
Em 01/03/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.019 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a delegação de funções aos Agentes Públicos Municipais pelo Chefe do Poder Executivo e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003.

D E C R E T A:

Art. 1º – O Chefe do Poder Executivo Municipal delega aos Agentes Públicos abaixo elencados, as funções de competência para a prática dos atos de emissão da **requisição de botijão de gás,** bem como o acompanhamento pela utilização da mesma.

Publicado

– Departamento de Administração

Danielli Mângia da Silva – Chefe do Setor de Almoxarifado.
Thaís Karine Rodrigues Bueno-Auxiliar Administrativo I.

– Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Priscila Ferraz de Andrade- Chefe do Setor de Conservação, Limpeza de Praças e Jardins.

– Departamento de Promoção e Assistência Social

Aline Bueno – Auxiliar Administrativo do CRAS.

– Departamento de Educação e Esportes

Evellyn Danielle Lino – Nutricionista II

– Departamento de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura e Lazer

Caroline Moreira Pinto – Chefe da Seção de Publicidade e Propaganda.

– Departamento de Saúde

Alexandre Pedroso – Agente Administrativo da Saúde

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 29 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.019
Em 29/02/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.016 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Divulga condutas vedadas aos Agentes Públicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta no ano eleitoral de 2016."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [art. 37 da Constituição Federal];

CONSIDERANDO o disposto na legislação que regula a realização das eleições, bem como nas Resoluções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e demais legislações de regência;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a atuação dos agentes públicos da Administração direta e indireta durante o período alcançado pela legislação eleitoral, resguardando-se a Administração Pública quanto à prática de qualquer conduta vedada, por exclusiva ação de seus agentes; e

CONSIDERANDO que para a fiel observância dos princípios e normas legais vigentes, faz-se necessária a orientação aos servidores e agentes públicos do Município quanto às condutas vedadas em período eleitoral,

Publicado

DECRETA:

Art. 1º - Ficam divulgadas as condutas vedadas aos Agentes Públicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta no ano eleitoral de 2016.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Agente Público: quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta ou Fundacional.

II - Órgãos da Administração Pública Direta: Diretorias Municipais, Procuradoria do Município e Controladoria Interna do Município.

III - Entidades da Administração Pública Indireta: Autarquias, Sociedades de Economia Mista e Fundações.

IMPEDIMENTOS RELATIVOS À UTILIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 3º - É vedado fazer ou permitir o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens, serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.

Art. 4º - É vedado aos agentes Públicos a cessão, permissão ou qualquer forma de utilização de bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração direta ou indireta, em beneficio de candidato, partido político ou coligação ao longo do ano eleitoral de 2016, ressalvada a realização de convenção partidária.

Parágrafo único - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se, inclusive, às imagens e gravações sonoras captadas pelos organismos de comunicação do Poder Executivo ou por empresas que tenham sido contratadas para tal fim.

Art. 5º - É vedado usar materiais ou serviços custeados pela Administração Pública que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

Art. 6º - Fica vedado o acesso pelos agentes públicos Municipais a qualquer rede social particular, como Blog's, Twitter, Facebook, LinkedIn, Orkut, entre outros, por meio de equipamentos do Município.

I - A vedação se estende para a utilização de e-mail corporativo contendo assuntos que não estejam relacionados ao trabalho desenvolvido pelo servidor, bem como para fazer propaganda positiva ou negativa de qualquer candidato, divulgar opiniões, críticas, reuniões políticas, comícios e eventos em geral, relacionados ou não aos candidatos e à campanha eleitoral.

II - A violação ao disposto neste artigo será imediatamente comunicada ao superior imediato do Agente Público, que deverá adotar os procedimentos administrativos cabíveis.

Art. 7º - Ficam vedados aos agentes públicos do Poder Executivo Municipal:

I - a prática, no horário de expediente, de qualquer ato de natureza político-eleitoral, sujeitando-se o agente público às penalidades da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

Publicado

II - as manifestações silenciosas, em horário de expediente, de preferência por determinado candidato, inclusive por meio de redes sociais, por meio de equipamentos públicos, tais como a colocação de cartazes, adesivos ou qualquer tipo de peça publicitária nas dependências internas do local de trabalho, em veículos oficiais ou custeados com recursos públicos, bem como a utilização de camisetas, bonés, broches, dísticos, faixas e qualquer outra peça de vestuário que contenha alusão, ainda que indireta, de caráter eleitoral;

III - a menção, divulgação ou qualquer forma de alusão a candidatos, partidos ou coligações no momento da prestação dos serviços ou distribuição gratuita de bens.

IMPEDIMENTOS RELATIVOS A ATOS DE PESSOAL

Art. 8º - É vedado ceder servidor público ou empregado da Administração direta ou indireta do Poder Executivo ou usar de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.

Art. 9º - No período compreendido entre 02 de julho de 2016 até a posse dos eleitos, aos agentes públicos é vedado nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex-officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

Publicado

I - nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

II - nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início do trimestre de proibição, observando-se, nos 180 dias anteriores ao final do mandato do Titular do respectivo Poder ou Órgão, o disposto no parágrafo único do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

III - nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

IV - nomeação para cargos de poderes ou órgãos autônomos (Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas);

V - transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e agentes penitenciários;

VI - nomeação ou contratação para atender necessidade inadiável de instalação de serviço público essencial.

IMPEDIMENTOS RELATIVOS À PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Art. 10 - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem, promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 11 - No período compreendido entre 02 de julho de 2016 e as eleições, aos agentes públicos da esfera administrativa municipal é vedado:

I - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

II - autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

Publicado

§ 1º - Excetua-se dos incisos I e II a publicidade institucional que vier a ser prévia e expressamente autorizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, nos termos da legislação eleitoral e obedecidas as disposições deste Decreto.

§ 2º - Considera-se publicidade institucional, para o efeito deste Decreto, toda e qualquer veiculação, exibição, exposição ou distribuição de peças e materiais de propaganda ou marketing em qualquer meio de comunicação, realizada por iniciativa dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, paga pelos cofres públicos, que verse sobre ato, programa, obra, serviço e campanhas de governo ou órgão público.

§ 3º - A Assessoria de Comunicação Social deverá, com a necessária antecedência, determinar a suspensão da programação das ações de publicidade institucional que, por sua atuação direta, seja realizada em emissoras de rádio e televisão, na Internet, em jornais, revistas, sites, blogs, ou em quaisquer outros meios de divulgação.

Art. 12 - É vedado realizar despesas com publicidade dos Órgãos Públicos ou das respectivas entidades da administração indireta no período de 1º de janeiro até 03 meses antes do pleito [02 de julho 2016], que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

Art. 13 - No período compreendido entre 02 de julho de 2016 até as eleições, aos agentes públicos da esfera administrativa estadual é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações de obras públicas.

IMPEDIMENTOS RELATIVOS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 14 - A partir de 4 de abril de 2016 até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.

Art. 15 - A partir de 2 de julho até a divulgação do resultado da eleição, fica vedada a realização de transferências voluntárias de recursos aos Municípios, ressalvados os casos de:

I - repasses de recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento, ou seja, já iniciada fisicamente e com cronograma prefixado;

II - repasses de recursos destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Art. 16 - Fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte dos Órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta Municipais, excetuando-se:

I - os casos de calamidade pública, de estado de emergência, caracterizados, reconhecidos e homologados na forma da lei;

II - os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício de 2015.

§ 1º - Em 2016, os Programas Sociais de que trata o inciso II não poderão ser executados por entidades nominalmente vinculadas a candidato (a) ou por esse (a) mantida.

§ 2º - Fica vedado ao agente público vincular a si, terceiro ou de qualquer modo favorecer sua candidatura ou a de outrem por meio dos programas excepcionalizados pelos incisos I e II.

Publicado

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - Fica vedado aos servidores públicos afastados de seus cargos para concorrer a mandato eletivo, realizar campanha, mediante o comparecimento nas repartições públicas para exercer influência sobre os colegas de trabalho no horário de expediente, a fim de recrutar votos.

Art. 18 - A violação do disposto neste Decreto deverá ser imediatamente comunicada à autoridade hierarquicamente superior, que deverá comunicar à Procuradoria do Município para a adoção dos procedimentos administrativos cabíveis para apuração e responsabilização dos infratores.

Art. 19 - A infração a qualquer dispositivo dos termos deste Decreto e da legislação eleitoral será de inteira e exclusiva responsabilidade do agente público que a cometer, sujeitando-se a responsabilidade administrativa, civil e penal pelos atos a que der causa.

Art. 20 - Em caso de dúvida na realização de uma ação administrativa frente ao alcance das vedações eleitorais, o gestor público deverá se abster de praticar o ato, comunicando o fato à Procuradoria do Município, que avaliará a necessidade de formular consulta específica à apreciação da Justiça Eleitoral.

Art. 21 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publicado

Monte Sião-MG, 25 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº. 6016
Em. 25/02/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.015 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Regulamenta dispositivos da Lei nº: 2.317, de 25 de fevereiro de 2016 e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e

- **CONSIDERANDO** o disposto no artigo 9º da Lei nº: 2.317, de 25 de fevereiro de 2016 que "Dá nova regulamentação legal a concessão de auxílio transporte aos estudantes de curso superior e curso técnico, na forma que especifica e dá outras providências."

Publicado

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Consultivo e Representativo dos estudantes beneficiados pela Lei supramencionada será constituído por:

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE AMPARO-SP

FERNANDA CRISTINA RUIZ - CURSO TÉCNICO
MAIARA DE LIMA- CURSO TÉCNICO

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA-SP

JENNIFER RAYANE ROQUE- CURSO SUPERIOR
MURILO AFONSO REIS REDIGOLO- CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE OURO FINO-MG

TAYNÁ VASCONCELOS DE ARAÚJO- CURSO SUPERIOR
LARA APARECIDA DE PAULA GUIRELI - CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA-SP

FRANCIMARA CARDOSO DE OLIVEIRA- CURSO SUPERIOR
SARAH ROBERTA DA SILVA- CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

HELOISE MACHADO DE PAULA -CURSO SUPERIOR
JULIANA ANDRADE- CURSO SUPERIOR

Publicado

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE SOCORRO-SP

MICHELE RAYANE DE SOUZA- CURSO SUPERIOR
THALISSON DOUGLAS BARBOSA- CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE INCONFIDENTES-MG

LUANA SIMÕES DE LIMA- CURSO SUPERIOR
PATRÍCIA APARECIDA CHAVES- CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRA-SP

CLEIDE APARECIDA MORAES DA SILVA- CURSO SUPERIOR
THAYNA WESTIN GAIOTTO BENATTI- CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO COELHO-SP

GUSTAVO ACACIO DA SILVA- CURSO SUPERIOR
LICÉSAR RUBIM DA SILVA- CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU-SP

BRUNA PRADO JACONI- CURSO SUPERIOR
ROZELINA SIMPLICIO CAMPOS- CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

LARA APARECIDA DE PAULA GUIRELI- CURSO SUPERIOR
NATÁLIA APARECIDA DOMINGUES- CURSO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM CURSOS NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM-SP

BRUNO LOPES PIFFER- CURSO TÉCNICO
SAMUEL HENRIQUE GARCIA- CURSO TÉCNICO

Art.2º- A Diretoria de Educação e Esportes será responsável pela comunicação e publicidade do bom andamento da execução do programa.

Publicado

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 25 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6015
Em 25/02/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.014 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Designa Agente Pública para o exercício de atribuições na forma que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e Lei nº: 1.252, de 01 de julho de 1994 e, especialmente,

- Considerando o pedido de exoneração do Agente Político **Sr. Hércules Divino de Faria** ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Gabinete;**

- Considerando a necessidade de continuidade do exercício das atribuições relativas ao cargo para o desempenho das atividades administrativas;

- Considerando o princípio da continuidade do serviço público.

Publicado

DECRETA:

Art. 1° – Fica a Agente Pública, **Sra. Paula Danieli Silva**, lotada no cargo de **Secretária de Gabinete**, designada, **desde 01 de fevereiro de 2016,** para exercer as atribuições inerentes ao cargo de **Assessor de Gabinete**.

Art. 2º – Este decreto em vigor na data de sua publicação.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.014
Em 05/02/2016
Diretor Administrativo

Monte Sião, 05 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

DECRETO Nº: 6.013 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a concessão de Licença para tratar de Interesses Particulares da servidora pública Andréia Cristina Franceli."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do art.64 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 100 da Lei nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011;

– Considerando o pedido de licença da servidora pública efetiva e estável, **Andréia Cristina Franceli**, lotada no cargo de **Enfermeira,** para tratar de Interesses Particulares **pelo prazo de até 02 (dois) anos;**

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica concedida a Licença para tratar de Interesses Particulares à servidora pública efetiva e estável, **Andréia Cristina Franceli**, lotada no cargo de **Enfermeira, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir de 19 de fevereiro de 2016 até 19 de fevereiro de 2018**, sem remuneração, com fundamento no artigo 100 da Lei Municipal nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 05 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado na Prefeitura Municipal de Monte Sião
Artigo 86-Lei Orgânica
Nº 6.013
Em 05/02/2016
Diretor(a)

DECRETO Nº: 6.012 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a concessão de Licença para tratar de Interesses Particulares do servidor público Alex Geraldo Ribeiro."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do art.64 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 100 da Lei nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011;

– Considerando o pedido de licença do servidor público efetivo e estável, **Alex Geraldo Ribeiro**, lotado no cargo de **Professor de Educação Física**, para tratar de Interesses Particulares **pelo prazo de até 02 (dois) anos;**

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica concedida a Licença para tratar de Interesses Particulares ao servidor público efetiva e estável, **Alex Geraldo Ribeiro,** lotado no cargo de **Professor de Educação Física, pelo prazo de até 02 (dois) anos, de 01 de fevereiro de 2016 até 01 de fevereiro de 2018**, sem remuneração, com fundamento no artigo 100 da Lei Municipal nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 05 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.012
Em 05/02/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.011 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a concessão de Licença para tratar de Interesses Particulares da servidora pública Aline Pereira Cardoso."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do art.64 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 100 da Lei nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011;

– Considerando o pedido de licença da servidora pública efetiva e estável, **Aline Pereira Cardoso**, lotada no cargo de **Auxiliar de Maternal**, para tratar de Interesses Particulares **pelo prazo de até 02 (dois) anos**;

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica concedida a Licença para tratar de Interesses Particulares à servidora pública efetiva e estável, **Aline Pereira Cardoso**, lotada no cargo de **Auxiliar de Maternal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, de 01 de fevereiro de 2016 até 01 de fevereiro de 2018**, sem remuneração, com fundamento no artigo 100 da Lei Municipal nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 05 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.011
Em. 05/02/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.007 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Licitações para o período de 12 (doze) meses."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o artigo 51 da Lei Federal nº: 8.666/93 e Lei Complementar nº: 06, de 17 de dezembro de 2000.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica composta a Comissão Permanente de Licitações para o período de 12 (doze) meses, a saber:

Publicado

I – PRESIDENTE: DANIELI ANTÔNIA DOMINGUES DE FARIA, brasileira, solteira, servidora pública efetiva, cédula de identidade, RG nº: 404089550 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº: 292.505.398-00, residente e domiciliada à Rua Atibaia, 165, Bela Vista, Águas de Lindóia–SP, lotada no cargo de Chefe de Divisão de Licitações;

II – VICE-PRESIDENTE: ALTAIR ANTÔNIO AUGUSTO, brasileiro, solteiro, servidor público efetivo, cédula de identidade, RG nº: 14.264.377 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº: 536.857.506-81, residente e domiciliado à Rua José Moterani, 88, Centro, Monte Sião/MG lotado no cargo de Agente Administrativo IV;

III – SECRETÁRIO: GUSTAVO HENRIQUE SANTOS, brasileiro, solteiro, servidor público efetivo, cédula de identidade, RG nº: 4264466 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 028.540.279-06, residente e domiciliado à Rua Milton de Castro Ribeiro, 195, Apto 01, Jardim São Pelegrino, Monte Sião-MG;

IV – SUPLENTE: GUILHERME JOSÉ ASSONI, brasileiro, casado, servidor público efetivo, cédula de identidade, RG nº: MG–12.695.968 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 055.815.766–10, residente e domiciliado à Rua Zeca de Castro, 598, Edifício Tiradentes Apto 22, Jardim Flamboyant, Monte Sião–MG, lotado no cargo de Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se o Decreto nº: 5.321, de 10 de fevereiro de 2015.

Monte Sião, 01 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.007
Em. 01/02/2016
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Publicado

DECRETO Nº: 6.006 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a exoneração de Agente Político ocupante de cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003,

– Considerando o parágrafo 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal que dispõe sobre as concessões de licença do Vereador;

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º – Fica exonerado, **a partir desta data**, o Agente Político **Hércules Divino de Faria**, brasileiro, separado, comerciante, cédula de identidade, RG nº: 29.717.942–1 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 009.880.046–90, residente e domiciliado à Rua Bahia, bairro Magioli, Monte Sião–MG, do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Gabinete.**

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.006
Em 01/02/2016
Setor Administrativo

DECRETO Nº: 6.005 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre pedido de férias regulares do período de 2015/2016 do Chefe de Seção de Transporte de Pacientes da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Decreto nº: 5.317, de 10 de fevereiro de 2015.

Publicado

– Considerando o pedido para gozo de 30 (trinta) dias de férias regulares do Agente Público, **Platini dos Santos Pereira**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, lotado no cargo de provimento em comissão de **Chefe de Seção de Transporte de Pacientes;**

– Considerando a necessidade de continuidade do exercício das funções relativas ao cargo para a adequada prestação de serviços públicos;

DECRETA:

Art. 1º – Fica concedido, a partir desta data até 01 de março de 2016, o gozo de 30 (trinta) dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo 2015/2016, ao Agente Público, **Platini dos Santos Pereira**, brasileiro, convivente em União Estável, cédula de identidade, RG nº: 35.671.874-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 054.508.576-40, residente e domiciliado à Rua Alto da Serra, 722, bairro Alto da Serra, Monte Sião-MG, lotado no cargo de provimento em comissão de **Chefe de Seção de Transporte de Pacientes.**

Art. 2º – Fica nomeada pelo período de 30 (trinta) dias, a partir desta data até 01 de março de 2016, a Agente Pública, **Vanda Cecília Brito,** Chefe da Seção de Planejamento, Controle e Avaliação, cédula de identidade, RG nº: M–1.148.758 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº: 053.658.316–16, residente e domiciliada à Rua Dr. Roberto Iemine Filho, 199, Centro, Bueno Brandão-MG para ocupar, **interinamente**, o cargo de provimento em comissão de **Chefe de Seção de Transporte de Pacientes** a quem são atribuídas todas as prerrogativas e ônus pelo período acima mencionado.

Monte Sião, 29 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.003
Em 29/01/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.005 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre pedido de férias regulares do período de 2015/2016 do Chefe de Seção de Transporte de Pacientes da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Decreto nº: 5.317, de 10 de fevereiro de 2015.

Publicado

– Considerando o pedido para gozo de 30 (trinta) dias de férias regulares do Agente Público, **Platini dos Santos Pereira**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, lotado no cargo de provimento em comissão de **Chefe de Seção de Transporte de Pacientes;**

– Considerando a necessidade de continuidade do exercício das funções relativas ao cargo para a adequada prestação de serviços públicos;

DECRETA:

Art. 1º – Fica concedido, a partir desta data até 01 de março de 2016, o gozo de 30 (trinta) dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo 2015/2016, ao Agente Público, **Platini dos Santos Pereira**, brasileiro, convivente em União Estável, cédula de identidade, RG nº: 35.671.874-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 054.508.576-40, residente e domiciliado à Rua Alto da Serra, 722, bairro Alto da Serra, Monte Sião-MG, lotado no cargo de provimento em comissão de **Chefe de Seção de Transporte de Pacientes.**

Art. 2º – Fica nomeada pelo período de 30 (trinta) dias, a partir desta data até 01 de março de 2016, a Agente Pública, **Vanda Cecília Brito,** Chefe da Seção de Planejamento, Controle e Avaliação, cédula de identidade, RG nº: M–1.148.758 SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº: 053.658.316–16, residente e domiciliada à Rua Dr. Roberto Iemine Filho, 199, Centro, Bueno Brandão-MG para ocupar, **interinamente**, o cargo de provimento em comissão de **Chefe de Seção de Transporte de Pacientes** a quem são atribuídas todas as prerrogativas e ônus pelo período acima mencionado.

DECRETO Nº: 6.003 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre o recebimento das obras de infraestrutura do Loteamento Residencial para implantação de Conjunto Habitacional de Interesse Social, Programa Federal "Minha Casa, Minha Vida", denominado CONJUNTO HABITACIONAL MADRI, na forma e condição que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 105, de 14 de outubro de 2008 e alterações, Lei Federal nº: 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e com as alterações da Lei Federal nº: 9.785, de 29 de janeiro de 1999, **Decreto nº: 4.929, de 29 de agosto de 2013, e**

Publicado

-Considerando o requerimento da JLR CONSTRUTORA LTDA, por seu representante legal, solicitando o recebimento final das obras de infraestrutura dos serviços já conclusos que seguem: asfalto, guias e sarjetas, rede de águas pluviais, rede de água potável e rede de água e rede de energia, placas de arruamento;

-Considerando que em vistoria realizada pelo Departamento de Obras Urbanas e Rurais foi constatada a realização das obras de infraestrutura necessárias a aprovação do referido Loteamento, conforme Laudo anexo;

D E C R E T A:

Art. 1º- Consideram-se cumpridas as obrigações assumidas pela loteadora JLR CONSTRUTORA LTDA, através do Decreto nº: 4.929, de 29 de agosto de 2013, e por conseguinte, executada, de forma integral, referida implantação de Conjunto Habitacional de Interesse Social, Programa Federal "Minha Casa, Minha Vida", denominado CONJUNTO HABITACIONAL MADRI.

Art.2 º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de fevereiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6005
Em 01/02/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 6.002 DE 28 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a delegação de funções aos Agentes Públicos Municipais pelo Chefe do Poder Executivo e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003.

D E C R E T A:

Publicado

Art. 1º – O Chefe do Poder Executivo Municipal delega aos Agentes Públicos abaixo elencados, as funções de competência para a prática dos atos de emissão das **requisições de abastecimento de combustível e de troca de óleo lubrificante** bem como o acompanhamento pela utilização dos mesmos.

– Departamento de Administração

Luiz Fernando Silva Lima – Chefe da Divisão de Materiais.
Sandro de Godoy da Silva-Chefe da Divisão de Compras.

– Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Acácio Domênico Pinto – Diretor do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.
Luiz Fernando Silva Lima – Chefe de Divisão de Materiais.

– Departamento de Promoção e Assistência Social

Manoel Inácio Bueno – Diretor do Departamento de Promoção e Assistência Social.
Aline Bueno – Auxiliar Administrativo do CRAS.

– Departamento de Educação e Esportes

Augusto César de Carvalho Botarelli – Chefe da Divisão de Veículos Escolares

Luiz Fernando Silva Lima-Chefe da Divisão de Materiais

– Departamento de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura e Lazer

Woodrow Welester Luiz-Chefe da Divisão de Cultura
Luiz Fernando Silva Lima-Chefe da Divisão de Materiais

– Gabinete do Prefeito

Paula Danieli Silva – Secretária de Gabinete
Luiz Fernando Silva Lima-Chefe de Divisão de Materiais

Publicado

– Departamento de Obras Urbanas e Rurais

Juscelino Bernardino de Lima- Coordenador de Serviços Estradas Rurais.
Renato Wesley Lucas- Operador de Máquinas Pesadas
Luiz Fernando Silva Lima – Chefe de Divisão de Materiais

– Departamento de Saúde

Platini dos Santos Pereira – Chefe da Seção de Transporte de Pacientes.
Rogério Luiz Virgílio – Chefe de Divisão de Administração e Gestão de Saúde

–Departamento de Serviços Urbanos

João Lúcio Genghini – Diretor do Departamento de Serviços Urbanos
Luiz Fernando Silva Lima – Chefe da Divisão de Materiais

Art. 2º – Os fechamentos burocráticos e a emissão dos relatórios gerenciais e outros atos inerentes ao Controle de Frotas serão de responsabilidade do Sr. Luiz Fernando Silva Lima, Chefe de Divisão de Materiais.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se o Decreto nº: 5.460, de 26 de junho de 2015.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 28 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.002
Em. 28/01/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.001 DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

"DETERMINA A RETIRADA DAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE DA ÁREA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e no exercício de seu Poder Administrativo Regulamentar e em conformidade com inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e

Publicado

CONSIDERANDO, a recomendação efetuada pela COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião, decorrente do Ofício nº 001/2016;

CONSIDERANDO, que no Bairro Alves foi constatada a existência de 48 (quarenta e oito) árvores de porte alto, da espécie "eucalipto", que estão na iminência de queda total ou parcial, possibilitando prejuízos ao fornecimento de energia elétrica e serviços de telefonia, bem como colocando em risco a integridade física dos transeuntes e passíveis de provocar danos aos veículos que por ali transitam;

CONSIDERANDO, que o §1º do artigo 12 da Lei Estadual nº 20.922/2013, estabelece que "*é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em APP, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes*",

CONSIDERANDO, que o local onde os eucaliptos estão plantados, é de grande movimentação de pessoas e veículos, tornando-os vulneráveis a danos de grande monta;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica determinada, em caráter de urgência, a retirada das 48 (quarenta e oito) árvores de grande porte, da espécie eucalipto, localizadas na Rua Celso Sebastião Simonetti, no Bairro Alves, próximo à localidade conhecida por "Matadouro", fazendo frente ao loteamento "Villagio".

Art. 2º. Fica determinada a notificação do CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, quanto à ordem de retirada das árvores objeto deste Decreto, para que seja verificado se a medida compromete alguma legislação ambiental em vigência, devendo providenciar, se for o caso, os projeto e licenciamentos ambientais necessários para que a retirada dos eucaliptos seja feita em conformidade com os ditames legais.

Art. 3º. Fica determinada a notificação do proprietário da área onde estão plantados os eucaliptos, dando-lhe ciência das graves conclusões da Defesa Civil e dos riscos de permanência das árvores no local, sendo imperiosa a obtenção da concordância do mesmo, por escrito.

Publicado

Art. 4º. Fica determinado o encaminhamento de cópia deste Decreto e das recomendações da COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião, decorrente do Ofício nº 001/2016, a todos os órgãos ambientais da circunscrição do Município de Monte Sião e também ao Representante do Ministério Público para ciência.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 27 de janeiro de 2016.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.001
Em. 27/01/2016
Diretor Administrativo

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

DECRETO Nº: 6.000 DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

"Estabelece normas para parcelamento de débitos tributários e não tributários municipais e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e no exercício de seu Poder Administrativo Regulamentar e em conformidade com inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar normas para concessão de parcelamento de tributos e de receitas não tributárias de competência municipal;

CONSIDERANDO as normas de finanças públicas e a necessidade de recuperar débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa e àqueles em fase de Execução Fiscal que seja objeto de pedido de parcelamento pelos contribuintes:

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º - O parcelamento dos débitos tributários e não tributários do Município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, será disciplinado de acordo com o disposto neste Decreto.

Art. 2º - Poderá ser parcelado o débito tributário e não tributário que:

I – esteja inscrito em Dívida Ativa ou não, protestado ou não, ajuizado ou não, apurado e constituído pela FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL;

II – o crédito tributário já parcelado, que não foi cumprido, mas, mediante negociação das parcelas vencidas, no SETOR DE TRIBUTOS.

§ 1º - O pedido de parcelamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa poderá ser feito pessoalmente ou por procurador, desde que devidamente constituído por procuração com firma reconhecida, da seguinte forma:

I – Ao Setor de Tributos quando não Protestado e não Executado Judicialmente.

II – A Advocacia-Geral do Município, quando Protestado ou Executado Judicialmente.

§ 2º - É vedado o parcelamento

I – do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN – retido na fonte e não recolhido nos prazos estabelecidos na legislação municipal;

II – de todos os Tributos Municipais e das Receitas não Tributárias, quando tenham seus créditos lançados e constituídos no mesmo exercício do pedido do parcelamento;

III - do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – **ITBI**;

Art. 3º - O pedido de ingresso no parcelamento dar-se-á mediante requerimento do sujeito passivo, no qual o interessado reconheça a certeza e a liquidez do débito tributário e não tributário.

§ 1º - O ingresso no parcelamento impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas em Lei, constituindo-se em confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários e não tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do débito correspondente, produzidos os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e nos arts. 202, inciso VI, 348, 353 e 354 do Código Civil;

§ 2º A adesão ao parcelamento será efetivada com a assinatura do Termo de Confissão de Dívida.

Art.4º - Os Débitos objetos de parcelamento compreendem o valor principal, as multas, a atualização monetária e os juros incidentes até a data da concessão do benefício.

Publicado

Art.5º - Deferido o parcelamento com o débito calculado, atualizado e consolidado por natureza do tributo, conforme dispõe o Código Tributário Municipal e legislação aplicável a espécie.

§ único - Serão excluídos do parcelamento, nos casos dos débitos ajuizados, às custas e as despesas processuais, cujo respectivo recolhimento deverá ser realizado pelo contribuinte no foro competente da execução fiscal, e os honorários que deverá ser recolhido em guia própria do município.

Art.6º - Consolidado o débito nos termos do artigo anterior, o valor das parcelas será de da seguinte forma:

Faixa	Valor da dívida	Número máximo de parcelas
01	Até R$ 500,00	Até 2 parcelas
02	De R$ 501,00 a R$ 800,00	Até 4 parcelas
03	De R$ 801,00 a R$ 1.600,00	Até 8 parcelas
04	De R$ 1.601,00 a R$ 2.000,00	Até 10 parcelas

05	De R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00	Até 15 parcelas
06	De R$ 3.001,00 a R$ 4.000,00	Até 20 parcelas
07	De R$ 4.001,00 a R$ 5.000,00	Até 25 parcelas
08	Acima de R$ 5.001,00.	Até 30 parcelas.

§ único - Deixando o contribuinte de efetuar o pagamento de três parcelas, se empresa e optante, será imediatamente desenquadrada do Simples Nacional.

IV - Cada parcela mensal, atualizada monetariamente e acrescida dos juros e multa previstos pela legislação tributária do Município, será expressa em reais e deverá ser quitada até o seu vencimento junto aos bancos e instituições financeiras conveniadas com o Município.

V - O pagamento da parcela em atraso somente dar-se-á mediante a solicitação de emissão de nova guia para pagamento com as onerações legais junto a Divisão de Cadastro, Lançamento e Fiscalização Tributária do Município.

Publicado

Art.7º - Deferido o parcelamento, a exigibilidade do crédito permanece suspensa até sua efetiva liquidação, ficando o devedor com direito à obtenção de certidão positiva de débito com força ou efeito de negativa, ressalvada a hipótese de inadimplência.

§ único - A certidão (negativa, positiva com efeito de negativa ou positiva) será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de até 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art.8º - O pedido de parcelamento importa na inclusão obrigatória dos débitos de todos os exercícios devidos, relativos às inscrições municipais dos respectivos cadastros imobiliário, mobiliário, eventual ou geral.

Art.9º - Deferido o pedido de parcelamento, mediante a assinatura do respectivo termo, o devedor reconhece como líquida, certa e exigível o(s) tributo(s) parcelado(s), o qual renuncia expressamente a qualquer medida judicial ou administrativa, tais como embargos, recursos ou impugnações quanto ao valor e procedência da divida, assumindo integral responsabilidade pela sua exatidão, ficando, entretanto, à Fazenda Pública Municipal o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas no instrumento de parcelamento, ainda que relativas ao mesmo período ou a períodos anteriores do fato gerador que originou a respectiva divida.

§ 1º - Se o débito incluso no parcelamento estiver ajuizado, após a formalização do termo de confissão de divida pública tributária ou não, elaborada pela Advocacia do Município, **após a quitação da 1ª parcela,** será requerida a suspensão da respectiva ação de execução fiscal até a efetiva quitação, mas

esta suspensão não desconstituirá a penhora já realizada nos autos, sendo essa, condição para o deferimento do pedido de parcelamento.

§ 2º - Se o débito incluso no parcelamento estiver distribuído ao Cartório de Protesto, após a formalização do termo de confissão de divida pública tributária ou não elaborada pela Advocacia do Município, através de carta de anuência, autorizará o cancelamento por parcelamento ou quitação da respectiva ação, sendo condição quitar a 1ª parcela, ou quitar o total do débito.

§ 3º - Deixando o contribuinte de efetuar o pagamento de três parcelas, o saldo do parcelamento atualizado, poderá ser encaminhando para novo protesto ou para execução fiscal.

Art.10 - O pedido de parcelamento não impede que a exatidão dos valores confessados, quanto a débitos relativos ao ISSQN, exceto o retido, sejam posteriormente revisados pelo Fisco Municipal, para efeito de eventual lançamento suplementar.

§ único - Apurado pelo Fisco Municipal inexatidão do valor confessado, o respectivo montante poderá ser incluído no pedido de parcelamento, desde que cumpridos pelo contribuinte os requisitos e as exigências deste decreto.

Publicado

Art.11 – A cada 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 2º, § 2º, incisos I e II, serão encaminhados ao Departamento de Finanças e Tesouraria, relatórios gerenciais dos parcelamentos, através de sistema eletrônico ou por meio de planilhas do Excel.

Art.12 - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o **Decreto Municipal nº 5.542 de 09 de novembro de 2015.**

Monte Sião, 27 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.000
Em 27/01/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 5.597 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre o gozo de Pontos Facultativos nos Departamentos Municipais."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.342, de 17 de março de 1997, com a Lei nº: 1.457, de 10 de dezembro de 1999,

- CONSIDERANDO que o Carnaval é uma festa que retrata a Cultura Nacional e que proporciona entretenimento e descontração;

- CONSIDERANDO a necessidade da Administração Municipal de otimizar os custos observados os princípios públicos da eficiência e da economicidade.

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1° – Ficam considerados Pontos Facultativos nos Departamentos Municipais em virtude das festividades do Carnaval/2016 os seguintes dias:

08 de fevereiro- Segunda-Feira-Carnaval;
10 de fevereiro- Quarta-Feira-Cinzas-Ponto Facultativo até às 12h, exceto a Farmácia de Minas que funcionará no horário integral.

Art. 2° – **Ficam ressalvados os serviços de saúde municipal de natureza médico hospitalar (Pronto Atendimento) e os de Limpeza Pública (coleta de lixo e varrição), imprescindíveis à população.**

Art. 3° – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 19 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.597
Em 19/01/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 5.596 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

"Nomeia os servidores que menciona para compor o corpo técnico necessário para instalação do Polo de Apoio Presencial para a UAB-Universidade Aberta do Brasil, e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e com a **Lei nº: 2.307, de 03 de dezembro de 2015.**

-CONSIDERANDO o Termo de Compromisso e Responsabilidade para Proposição de Polo de Apoio Presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil firmado entre o município de Monte Sião-MG e a Universidade Federal de São João Del Rei.

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos abaixo indicados, com os respectivos cargos a serem ocupados, visando composição do corpo técnico necessário para a instalação do Polo de Apoio Presencial necessário à adequada oferta de cursos da Universidade Aberta do Brasil – UAB:

Elisandra Aparecida de Paula Santos – Coordenadora

Selma de Cássia Bernardi - Secretária

Sandra Maria Policarpo Alvarenga - Bibliotecária

Lucilene Aparecida Diani Mendonça – Serviço de Limpeza

Ione Machado da Silva de Paula – Serviço de Limpeza

Art. 2º. A prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática será executada pela empresa Ozilene Valdissera Silva Sousa-ME, Contrato Administrativo nº: 008/2015, PP nº: 78/2014.

Art. 3º. A prestação de serviços de fornecimento, instalação, monitoramento de sistema de segurança eletrônica 24 horas com sensores, viatura de apoio e monitoramento será executado pela empresa Marcos Scodeler- ME, Contrato Administrativo nº: 132/13, PP nº: 062/2013.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 19 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.596
Em 19/01/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 5.595 DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a adoção de medidas para redução de despesas com pessoal, nos termos da Lei Complementar nº: 101/2000 e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal de Monte Sião MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e em conformidade com o inciso VI e IX do art. 64 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no art.169 da Constituição Federal que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar;

CONSIDERANDO que atendendo o mandamento constitucional o legislador federal editou a lei Complementar nº: 101/2000, estabelecendo, entre outros, os limites de gastos com despesas com pessoal;

Publicado

CONSIDERANDO a previsão contida no artigo 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo Gestor Público para adequação das despesas com pessoal nos parâmetros e limites estabelecidos pela Lei Complementar nº: 101/2000;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas com pessoal, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade.

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedado à Administração Pública Municipal, exceto os casos anteriormente deferidos, nos termos deste Decreto, qualquer ato que importe em:

I – Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II – Criação de cargo, emprego ou função;

III – Alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa;

IV – Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria, falecimento ou substituição imprescindível à continuidade dos serviços das áreas de educação, saúde e segurança;

V – Contratação de horas extras e cargas suplementares;

VI – Pagamento de férias em abono pecuniário, bem como a gratificação por assiduidade;

VII – Pagamento de férias prêmio, exceto para fins de aposentadoria;

Art. 2º- O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará até a apuração do gasto com pessoal referente ao 1º quadrimestre que se dará em 30 de abril de 2016, findo o qual serão revogadas as vedações contidas no art. 1º, salvo se for necessária a mantença da redução para obediência aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso em que poderá ser prorrogada a vigência do presente Decreto.

Publicado

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se o Decreto nº: 5.468, de 01 de julho de 2015 e o Decreto nº: 5.521, de 05 de outubro de 2015.

Monte Sião, 18 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.595
Em 18/01/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 5.594 DE 16 DE JANEIRO DE 2016.

"Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência no município de Monte Sião-MG, as áreas descritas pelos Laudos Técnicos do Departamento Municipal de Obras Urbanas e Rurais e do COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil – Gabinete Militar do Governo de Minas Gerais – Defesa Civil de Monte Sião."

Publicado

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e Legislação pertinente em vigor e;

- Considerando que nos dias 10 e 15 de janeiro de 2016 ocorreram grandes precipitações pluviométricas sendo 94 e 125 mm respectivamente culminando na noite de ontem (15/01/2016) com fortes chuvas torrenciais que assolaram o município de Monte Sião e região, comprometendo prejuízo à segurança de pessoas, obras, serviços e equipamento urbanos públicos;

- Considerando que após vistoria do **Departamento Municipal de Obras Urbanas e Rurais – Laudos n°(s) 009/2016; 010/2016 e 011/2016 e dos Laudos Técnicos de Inspeção realizados pela Defesa Civil n° (s) 001/2016; 002/2016 e 003/2016, instituído pelo COMDEC – Coordenadoria Municipal da Defesa Civil – Gabinete Militar do Governo de Minas Gerais – Defesa Civil de Monte Sião – Lei n° 1924, de 26 de novembro de 2007**, houve no **Perímetro Urbano**: o rompimento da ponte no final da Rua Ângelo Artuso que dá acesso ao bairro conhecido por "Nenê Tropeiro", rompimento da ponte na Rua Flávio Glória no bairro Jardim Mathias, comprometimento da ponte na Rua Estevão Pontes de Paula, desmoronamento do muro de contenção construído "gabião" próximo ao trevo de acesso à Rua Minas Gerais-Rodovia MG-459, rompimento da mureta de contenção na Rua Juscelino K. de Oliveira, próximo à Rua José Moterani; rompimento das aduelas que dão passagem as àguas do córrego Rio das Pedras no Loteamento São Rafael, desmoronamento do muro de contenção da calha do rio no bairro São Simão, infiltração no calçamento da via pública movimentando e soltando parte dos bloquetes sextavados na Rua Tancredo Neves-Centro, próximo ao Fórum; rompimento da rede de esgoto e água potável, bem como a formação de erosão interditando o acesso dos moradores a uma viela no bairro Alto da Serra, deslizamento e desmoronamento da tubulação de 1,00 metro de diâmetro que atende aos bairros Alves (Matadouro) , Ana Victória e Villagio, rompimento e deslizamento da rede coletora de águas pluviais do bairro Colinas de Monte Sião, residências danificadas no bairro São Francisco (Usina Velha), residências danificadas no bairro São Simão (Dito da Usina) e queda de um muro de arrimo no bairro Parque das

Fontes- na **Zona Rural** :deslizamentos de terra nos bairros Inferninho, Pontes e Batinga; queda de árvores nos bairros Furrier, Alves, Pinheiros e Coqueiral e invasão de águas sobre as estradas dos bairros Guardinha de Cima, Guardinha de Baixo, Rio das Pedras, Alves e Tanque.

- Considerando que a previsão da meteorologia para os próximos dias é a continuidade de chuvas fortes, podendo acarretar perigo iminente a segurança de pessoas, obras, serviços e equipamentos urbanos públicos, colocando em risco a vida de pessoas e construções próxima área que tiveram suas estruturas danificadas, bem como a impossibilidade de tráfego de pessoas no perímetro rural;

D E C R E T A:

Publicado

Art.1° Fica declarado **Situação de Emergência** nas áreas afetadas pelas fortes chuvas que assolaram o Município de Monte Sião, face à situação de anormalidade provocada e acima discriminada, bem como pelo risco a vida de transeuntes, construções próximas, obras da área atingida, bem como dos equipamentos urbanos que estão afetados e interditados.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas paras as áreas discriminadas, comprovadamente afetadas pela situação de anormalidade apontada pelo Laudo Técnico de Inspeção realizado pela Defesa Civil e Laudo de Vistoria, conforme prova documental estabelecida pelo **Boletim de Ocorrência n°: M 2381-2016-0000205,** anexos a este Decreto.

Art.2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger até que se conclua e se cumpra as determinações dos laudos técnicos para regularização das áreas e pontes afetadas em decorrência das fortes chuvas que assolaram o município de Monte Sião.

Monte Sião, 16 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.594
Em. 16/01/2016
Diretor Administrativo

Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ
DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANAS E RURAIS
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº: 009/2016
Serviço: Departamento de Obras Urbanas e Rurais
Assunto: LAUDO DE VISTORIA DE PONTES E INFRAESTRUTURA URBANA.
Data: 16/01/2016

O Diretor de Obras Urbanas e Rurais do Município de Monte Sião – MG, Sr. ***OSMAR RODRIGUES***, engenheiro civil, inscrito no CREA. Sob numero 0600 75213/6 Visto 17.840 MG, atesta pelo presente **"LAUDO DE VISTORIA'** que nas datas de 10 e 15/01/2016 ocorreram grandes precipitações pluviométricas sendo 94 e 125 mm respectivamente, e diante destas situações procedeu a visita técnica nas pontes e outros locais da cidade da cidade, sendo 1 ponte no final da Rua Ângelo Artuso que dá acesso ao Bairro conhecido por "Nenê Tropeiro", outra na Rua Flávio Glória no Loteamento Jardim Mathias, e outros locais descritos abaixo:

1. ***Rompimento da Ponte no final da Rua Ângelo Artuso que dá acesso ao bairro conhecido por "Nenê Tropeiro";***

2. ***Rompimento da Ponte na Rua Flávio Gloria no Bairro Jardim Mathias;***

3. ***Comprometimento da Ponte na Rua Estevão Pontes de Paula.***

4. ***Desmoronamento do muro de contenção construído de 'gabião' próximo ao trevo de acesso à Rua Minas Gerais na Rodovia MG 459;***

5. ***Rompimento da mureta de contenção na Rua Juscelino K. de Oliveira, próximo à Rua José Moterani;***

6. ***Rompimento das aduelas que dão passagens às águas do córrego Rio das Pedras no loteamento São Rafael;***

7. ***Desmoronamento do muro de contenção da calha do rio no Bairro São Simão;***

8. ***Infiltração no calçamento da via pública movimentando e soltando parte dos bloquetes sextavados na Rua Tancredo Neves – Centro próximo ao fórum;***

9. ***Rompimento da rede de esgoto e água potável, bem como formação de uma erosão interditando o acesso dos moradores a uma Viela no Bairro Alto da Serra;***

10. ***Deslizamento e desmoronamento da tubulação de 1,00 metro de diâmetro que serve de travessia das águas do córrego que serve os bairros: Alves (Matadouro) , Ana Victória e Villagio;***

11. ***Rompimento e deslizamento da rede coletora de águas pluviais do Bairro Colinas de Monte Sião.***

DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS: Todos os locais vistoriados são importantes e únicos elos de ligação entre os bairros e a cidade de Monte Sião, todas tem um importante tráfego diário e permanente de veículos.

- A ponte no final da Rua Angelo Artuso que dá acesso ao bairro conhecido por "Nenê Tropeiro" é constituída de um tubo ARMCO de 2,50 metros de diâmetro para passagem das águas do córrego, coberto com aterro de material compacto, sem camada de proteção asfáltica ou bloquetes sextavados, sendo que com as fortes chuvas do dia 10/01 de 94 mm o tubo ARMCO não suportou a pressão exercida pelas enxurradas advindas de diversos bairros da cidade tendo a estrutura de entrada do mesmo se fechado e o acúmulo de aguas ultrapassou a altura do aterro vindo a romper, interditando a passagem para ambos os lados. A Prefeitura Municipal interviu imediatamente recompondo a camada de terra porém diante das chuvas do dia 15/01 a situação se repetiu com uma chuva com maior intensidade (125 mm) sendo que nesta oportunidade não interrompeu a passagem porém se tornando o local de grande risco.

- A Ponte da Rua Flávio Glória no Bairro Jardim Mathias, foi construída em concreto armado e está sem condições de passagem aos moradores uma vez que a estrutura principal foi deslocada pelo volume das águas

das enchentes e está sem apoio, perdendo inclusive as suas vigas principais, e a pista de rolamento, sem nenhuma condição de uso.

- A Ponte sobre a Rua Estevão Pontes de Paula no Bairro Magioli, recebeu a pressão das águas e o concreto de sua pista de rolamento ficou comprometido uma vez que houve ruptura e está na iminência de rompimento ou afundamento podendo provocar acidentes.

Todos os locais vistoriados estão seriamente comprometidos, principalmente trazendo sérios riscos aos Munícipes; causando insegurança e comprometendo o dia a dia das pessoas pela impossibilidade em transitar.

O presente **LAUDO DE VISTORIA** tem a finalidade de recomendar que sejam tomadas as devidas providências como **'MEDIDA DE EMERGÊNCIA'** para recuperação imediata de todos os locais aqui indicados até o momento, sem prejuízo de outros, se houver, de maneira a restaurar segurança a todos os que desses locais se utilizam, pois a continuidade do período chuvoso causa ainda mais insegurança e poderá tornar os locais vulneráveis à ampliação dos eventos destrutivos trazendo ainda mais transtornos e principalmente grande risco ao Município e aos munícipes que utilizam e residem próximos aos locais.

Recomenda-se também colocação de placas sinalizando e orientando as pessoas que por esses locais transitam da necessidade de redobrarem os cuidados quando da utilização próximas aos locais citados.

Recomenda mais, que seja comunicado a todos os órgãos ambientais, ao MP e à Defesa Civil do Estado, bem como dê ampla divulgação dos fatos ocorridos para conhecimento público.

Osmar Rodrigues
Diretor de Obras Urbanas e Rurais

Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ
DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANAS E RURAIS
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº: 010/2016
Serviço: Departamento de Obras Urbanas e Rurais
Assunto: DESLIZAMENTOS, INVASÃO DE ÁGUA EM ESTRADAS, QUEDA DE ÁRVORES NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO.
Data: 16/01/2016

O Diretor de Obras Urbanas e Rurais do Município de Monte Sião – MG., Sr. ***OSMAR RODRIGUES***, engenheiro civil, inscrito no CREA. Sob numero 0600 75213/6 Visto 17.840 MG, atesta pelo presente **"LAUDO DE VISTORIA'** que nas datas de 10 e 15/01/2016 ocorreram grandes precipitações pluviométricas sendo 94 e 125 mm respectivamente, e diante destas situações procedeu a visita técnica nas pontes e outros locais da cidade, descritos abaixo:

1. ***Deslizamentos de terra em 3 bairros na Zona Rural sendo eles bairros: Inferninho, Pontes e Batinga;***
2. ***Queda de árvores em 4 bairros na Zona Rural sendo nos bairros: Furrier, Alves, Pinheiros e Coqueiral;***
3. ***Invasão de águas sobre as estradas Rurais em 5 bairros: Guardinha de Cima, Guardinha de Baixo, Rio das Pedras, Alves e Tanques.***

4. ***DESCRIÇÃO DAS OCORRENCIAS***: Todos os locais vistoriados são importantes e únicos elos de ligação entre os bairros e a cidade de Monte Sião, todas tem um importante tráfego diário e permanente de veículos.

    - Houve deslizamento de terras, invasão de água sobre estradas e quedas de árvores em vários pontos, todos provocando interdição de passagem dos Munícipes, e são locais de importante elo de ligação entre a zona rural e a sede do Município, e a interdição proporciona dificuldade no escoamento de produção agrícola, transito de pessoas que necessitam vir à cidade efetuar suas compras ou pagamento de contas , travessia de ônibus transportando alunos da zona rural, transito de ambulâncias levando ou buscando pacientes para tratamento médico, dificuldades de acesso a outras cidades da região, etc...

- Todos os locais vistoriados estão seriamente comprometidos, principalmente trazendo sérios riscos aos Munícipes; causando insegurança e comprometendo o dia a dia das pessoas pela impossibilidade em transitar, portanto necessitam intervenção urgente.

O presente **LAUDO DE VISTORIA**, tem a finalidade de recomendar que sejam tomadas as devidas providencias como **'MEDIDA DE EMERGENCIA'** para recuperação imediata de todos os locais aqui indicados até o momento, sem prejuízo de outros, se houver, de maneira a restaurar segurança a todos os que desses locais se utilizam, pois a continuidade do período chuvoso causa ainda mais insegurança e poderá tornar os locais vulneráveis à ampliação dos eventos destrutivos trazendo ainda mais transtornos e principalmente grande risco ao Município e aos munícipes que utilizam e residem próximos aos locais.

Recomenda-se também colocação de placas sinalizando e orientando as pessoas que por esses locais transitam da necessidade de redobrarem os cuidados quando da utilização próximas aos locais citados.

Recomenda mais, que seja comunicado a todos os órgãos ambientais, ao MP e à Defesa Civil do Estado, bem como dê ampla divulgação dos fatos ocorridos para conhecimento público.

Osmar Rodrigues
Diretor de Obras Urbanas e Rurais

Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ
DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANAS E RURAIS
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº: 011/2016
Serviço: Departamento de Obras Urbanas e Rurais
Assunto: UNIDADES HABITACIONAIS DANIFICADAS E DESTRUIDAS
Data: 16/01/2016

O Diretor de Obras Urbanas e Rurais do Município de Monte Sião – MG., Sr. ***OSMAR RODRIGUES***, engenheiro civil, inscrito no CREA. Sob numero 0600 75213/6 Visto 17.840 MG, atesta pelo presente **"LAUDO DE VISTORIA'** que nas datas de 10 e 15/01/2016 ocorreram grandes precipitações pluviométricas sendo 94 e 125 mm respectivamente, e diante destas situações procedeu a visita técnica nas pontes e outros locais da cidade, descritos abaixo:

1. ***Bairro São Francisco (Usina Velha) 03 residencias danificadas.***
2. ***Dito da Usina: 02 residencias danificadas.***
3. ***Parque das Fontes: Queda de muro de arrimo.***

4. ***DESCRIÇÃO DAS OCORRENCIAS***: Todos os locais vistoriados foram danificados, pela ação das chuvas, trazendo prejuízos, causando insegurança às famílias e estão correndo sérios riscos caso os eventos provocados pelas chuvas se repitam nos próximos dias.

- Houve deslizamento de terras, invasão de águas, quedas de muro de arrimo, necessitando em algumas residências serem Interditadas para uso diário das famílias uma vez que o risco é muito grande.
- Todos os locais vistoriados estão seriamente comprometidos, principalmente trazendo situações de riscos aos Munícipes; causando insegurança e comprometendo o dia a dia das pessoas, indisponibilidade financeira para reconstrução dos locais, portanto necessitam intervenção urgente.

O presente **LAUDO DE VISTORIA** tem a finalidade de recomendar que sejam tomadas as devidas providencias como **'MEDIDA DE EMERGÊNCIA'** para recuperação imediata de todos os locais aqui indicados até o momento, sem prejuízo de outros, se houver, de maneira a restaurar segurança a todos os que desses locais se

utilizam, pois a continuidade do período chuvoso causa ainda mais insegurança e poderá tornar os locais vulneráveis à ampliação dos eventos destrutivos trazendo ainda mais transtornos e principalmente grande risco ao Município e aos munícipes que utilizam e residem próximos aos locais.

Recomenda-se também colocação de placas sinalizando e orientando as pessoas que por esses locais transitam da necessidade de redobrarem os cuidados quando da utilização próximas aos locais citados.

Recomenda mais, que seja comunicado a todos os órgãos ambientais, ao MP e à Defesa Civil do Estado, bem como dê ampla divulgação dos fatos ocorridos para conhecimento público.

Osmar Rodrigues
Diretor de Obras Urbanas e Rurais

Laudo Técnico de inspeção realizado pela Defesa Civil. 001/2016

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO - MG
PREFEITO MUNICIPAL: JOÃO PAULO RIBEIRO
Fone (35) 3465 4600 .
Local: LAUDO DE VISTORIA EM PONTES E INFRAESTRUTURA URBANA
Bairros: Diversos bairros
Cidade: Monte Sião – Estado: Minas Gerais.

Em atendimento ao pedido encaminhado à **COMDEC (Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião)**, onde a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO**, através do Sr. Prefeito Municipal **Sr. João Paulo Ribeiro** solicitou da Defesa Civil a inspeção e laudo sobre o risco existente dos locais da zona urbana abaixo:

1. **Rompimento da Ponte no final da Rua Angelo Artuso que dá acesso ao bairro conhecido por "Nenê Tropeiro";**

2. **Rompimento da Ponte na Rua Flávio Gloria no Bairro Jardim Mathias;**

3. **Comprometimento da Ponte na Rua Estevão Pontes de Paula.**

4. **Desmoronamento do muro de contenção construído de 'gabião' próximo ao trevo de acesso à Rua Minas Gerais na Rodovia MG 459;**

5. **Rompimento da mureta de contenção na Rua Juscelino K. de Oliveira, próximo à Rua José Moterani;**

6. ***Rompimento das aduelas que dão passagens às águas do córrego Rio das Pedras no loteamento São Rafael;***

7. ***Desmoronamento do muro de contenção da calha do rio no Bairro São Simão;***

8. ***Infiltração no calçamento da via pública movimentando e soltando parte dos bloquetes sextavados na Rua Tancredo Neves – Centro próximo ao fórum;***

9. ***Rompimento da rede de esgoto e água potável, bem como formação de uma erosão interditando o acesso dos moradores a uma Viela no Bairro Alto da Serra;***

10. ***Deslizamento e desmoronamento da tubulação de 1,00 metro de diâmetro que serve de travessia das águas do córrego que serve os bairros: Alves (Matadouro) , Ana Victória e Villagio;***

11. ***Rompimento e deslizamento da rede coletora de águas pluviais do Bairro Colinas de Monte Sião.***

viemos através do presente ***laudo técnico de Inspeção*** esclarecer que nas datas de 11/01 e 16/01 foi procedido a vistoria e a analise visual técnica dos locais acima citados, em virtude das fortes chuvas ocorridas em 10 e 15/01/2016.

1. Da Defesa Civil

A política da coordenadoria da Defesa Civil de Monte Sião estabelece como principal objetivo a prevenção de desastre sobre a população e ao meio ambiente.

Ênfase especial é dada à fase da prevenção, uma vez que é menos onerosa aos cofres públicos, ao mesmo tempo em que preserva vidas humanas, propriedades e ao meio ambiente.

2. <u>Da Equipe Técnica da Defesa Civil</u>

- ***Osmar Rodrigues***, *Engenheiro Civil e Presidente do Conselho da Defesa Civil*

GABINETE MILITAR

- ***Guilherme José Assoni***, *Secretário Administrativo da Defesa Civil*

Os acima citados são integrantes da Coordenadoria e membros do Conselho da Defesa Civil, e procederam conforme a solicitação a "Vistoria in loco" nos locais descritos acima.

3. <u>Descrição das condições das pontes vistoriadas.</u>

- Todas os locais vistoriados são importantes elos de ligação entre bairros urbanos e a cidade de Monte Sião, não sabemos distinguir entre qual é mais ou menos importante para a vida da população do Município, pois todas são utilizados para pessoas que necessitam vir à cidade fazer suas compras ou pagar contas , travessia de ônibus transportando alunos da zona urbana, outras são ligações entre cidades da região onde transitam produtos ao comércio intermunicipal, e todas muitas vezes a qualquer dia e horário transitam ambulâncias com pessoas advindas da zona urbana para tratamento médico.
- Todas os locais vistoriados e citados estão estruturalmente comprometidos; necessitando imediata intervenção pois o transito de veículos, animais e pessoas estão totalmente inseguros, colocando seriamente em risco os munícipes que por ali trafegam principalmente à noite.
- Todas os locais estão vulneráveis principalmente se houver mais enchentes nos proximos dias.

<u>Constatamos que:</u>

- ✓ *<u>Nas condições que encontram os locais vistoriados, em virtude da movimentação de veículos leves e pesados, animais e pessoas;</u>*
- ✓ *<u>em virtude das grandes chuvas que assolam a região nos últimos dias;</u>*

- ✓ ***em virtude de que todos os locais estão estruturalmente comprometidos;***
- ✓ ***em virtude de que todos os locais são de grande movimentação de veículos e pessoas que necessitam diariamente ir e vir ao centro da cidade, que os locais são utilizados por pessoas que necessitam dos serviços de Saúde e outros do Município, de transitar veículos para a educação, e outros importantes serviços particulares, entendemos:***

que a situação requer atitude de forma 'EMERGENCIAL' , pois o papel principal da Defesa Civil é a preservação da vida humana, e no caso em tela não convem que estas continuem oferecendo riscos.

Com a continuidade do período chuvoso poderá tornar os locais vulneráveis a eventos destrutivos trazendo transtornos ao município e aos munícipes que utilizam e residem próximos. *O grau de probabilidade de desastre no local pela Defesa Civil é que* ***Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos.***

Como o principal objetivo da Defesa Civil é a **PREVENÇÂO** de desastres sobre os conjuntos de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas coordenadas e realizadas pela Defesa Civil, destinadas a evitar os efeitos dos desastres provocados pela natureza, pelo homem e a garantir a segurança e a tranqüilidade das pessoas e das comunidades em situações de perigo e risco.

4. RECOMENDAÇÕES/PARECER/CONCLUSÃO

Conforme vistoria e inspeção nos locais descritos acima do engenheiro Civil e Presidente da Defesa Civil Osmar Rodrigues; e por outros membros da **COMDEC (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Monte Sião) eis o parecer abaixo:**

Recomendamos:

1. Que sejam tomadas as medidas de recuperação de todos locais com reconstrução de novas pontes e outras infra estruturas de maneira

segura a todos os que as utilizam, com retiradas das árvores nos locais afetados

2. Que recomendamos seja estabelecido ***"MEDIDA DE EMERGENCIA"*** uma vez que todas as pontes citadas oferecem riscos; e é de suma importância aqueles locais para o cotidiano do Município, aos cidadãos, e à comunidade em geral por necessidade e por medida de preservação de vidas e ao meio ambiente .

Monte Sião, 16 de janeiro de 2016.

Guilherme José Assoni
Sec. Adm. da Defesa Civil

Osmar Rodrigues
Engenheiro Civil – Crea 060075213-6
Visto 17840 – MG
Presidente da Defesa Civil

Laudo Técnico de inspeção realizado pela Defesa Civil. 002/2016

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO - MG
PREFEITO MUNICIPAL: JOÃO PAULO RIBEIRO
Fone (35) 3465 4600 .
Local: Delizamentos, invasão de água em estradas e queda de árvores na zona rural do Município
Bairros: Diversos bairros
Cidade: Monte Sião – Estado: Minas Gerais.

Em atendimento ao pedido encaminhado à ***COMDEC (Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião)***, onde a ***PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO***, através do Sr. Prefeito Municipal ***Sr. João Paulo Ribeiro*** solicitou da Defesa Civil a inspeção e laudo sobre o risco existente das pontes da zona rural abaixo:

1. ***Deslizamentos de terra em 3 bairros na Zona Rural sendo eles, barros: Inferninho, Pontes e Batinta;***
2. ***Queda de árvores em 4 bairros na Zona Rural sendo nos bairros: Furrier, Alves, Pinheiros e Cogueiral;***
3. ***Invasão de águas sobre as estradas Rurais em 5 bairros: Guardinha de Cima, Guardinha de Baixo, Rio das Pedras, Alves e Tanques.***

viemos através do presente ***laudo técnico de Inspeção*** esclarecer que nas datas de 11/01 e 16/01 foi procedido a vistoria e a analise visual técnica dos locais acima citados, em razão das fortes chuvas ocorridas em 10 e 15/01/2016.

1. Da Defesa Civil

A política da coordenadoria da Defesa Civil de Monte Sião estabelece como principal objetivo a prevenção de desastre sobre a população e ao meio ambiente.

Ênfase especial é dada à fase da prevenção, uma vez que é menos onerosa aos cofres públicos, ao mesmo tempo em que preserva vidas humanas, propriedades e ao meio ambiente.

2. Da Equipe Técnica da Defesa Civil

- ***Osmar Rodrigues***, *Engenheiro Civil e Presidente do Conselho da Defesa Civil*

GABINETE MILITAR

- ***Guilherme José Assoni***, *Secretário Administrativo da Defesa Civil*

Os acima citados são integrantes da Coordenadoria e membros do Conselho da Defesa Civil, e procederam conforme a solicitação a "Vistoria in loco" nos locais descritos acima.

3. Descrição das condições das pontes vistoriadas.

- Todas os locais vistoriados são importantes elos de ligação entre bairros rurais e a cidade de Monte Sião, não sabemos distinguir entre qual é mais ou menos importante para a vida da população do Município, pois todas são utilizados para escoamento de produção agrícola, pessoas que necessitam vir à cidade fazer suas compras ou pagar contas , travessia de ônibus transportando alunos da zona rural, outras são ligações entre cidades da região onde transitam produtos ao comércio intermunicipal, e todas muitas vezes a qualquer dia e horário transitam ambulâncias com pessoas advindas da zona rural para tratamento médico.
- Todas os locais vistoriados e citados estão estruturalmente comprometidos; necessitando imediata intervenção pois o transito de veículos, animais e pessoas estão totalmente inseguros, colocando seriamente em risco os munícipes que por ali trafegam principalmente à noite.
- Todas os locais estão vulneráveis principalmente se houver mais enchentes nos proximos dias.

Constatamos que:

- ✓ ***Nas condições que encontram os locais vistoriados, em virtude da movimentação de veículos leves e pesados, animais e pessoas;***
- ✓ ***em virtude das grandes chuvas que assolam a região nos últimos dias;***
- ✓ ***em virtude de que todos os locais estão estruturalmente comprometidos;***
- ✓ ***em virtude de que todos os locais são de grande movimentação de veículos e pessoas que necessitam diariamente ir e vir ao centro da cidade, que os locais são utilizados por pessoas que necessitam dos serviços de Saúde e outros do Município, de transitar veículos para a educação, e outros importantes serviços particulares, entendemos:***

que a situação requer atitude de forma 'EMERGENCIAL' , pois o papel principal da Defesa Civil é a preservação da vida humana, e no caso em tela não convem que estas continuem oferecendo riscos.

Com a continuidade do período chuvoso poderá tornar os locais vulneráveis a eventos destrutivos trazendo transtornos ao município e aos munícipes que utilizam e residem próximos. *O grau de probabilidade de desastre no local pela Defesa Civil é que* ***Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos.***

Como o principal objetivo da Defesa Civil é a **PREVENÇÂO** de desastres sobre os conjuntos de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas coordenadas e realizadas pela Defesa Civil, destinadas a evitar os efeitos dos desastres provocados pela natureza, pelo homem e a garantir a segurança e a tranqüilidade das pessoas e das comunidades em situações de perigo e risco.

4. RECOMENDAÇÕES/PARECER/CONCLUSÃO

Conforme vistoria e inspeção nos locais descritos acima do engenheiro Civil e Presidente da Defesa Civil Osmar Rodrigues; e por outros membros da **COMDEC (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Monte Sião) eis o parecer abaixo:**

Recomendamos:

1. Que sejam tomadas as medidas de recuperação de todos locais com reconstrução de novas estradas de maneira segura a todos os que as utilizam, com retiradas das árvores nos locais afetados
2. Que recomendamos seja estabelecido ***"MEDIDA DE EMERGENCIA"*** uma vez que todas as pontes citadas oferecem riscos; e é de suma importância aqueles locais para o cotidiano do Município, aos cidadãos, e à comunidade em geral por necessidade e por medida de preservação de vidas e ao meio ambiente .

Monte Sião, 16 de janeiro de 2016.

Guilherme José Assoni
Sec. Adm. da Defesa Civil

Osmar Rodrigues
Engenheiro Civil – Crea 060075213-6
Visto 17840 – MG
Presidente da Defesa Civil

Laudo Técnico de inspeção realizado pela Defesa Civil. 003/2016

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO - MG
PREFEITO MUNICIPAL: JOÃO PAULO RIBEIRO
Fone (35) 3465 4600 .
Local: UNIDADES HABITACIONAIS DANIFICADAS E DESTRUIDAS
Bairros: Diversos bairros
Cidade: Monte Sião – Estado: Minas Gerais.

Em atendimento ao pedido encaminhado à ***COMDEC (Coordenadoria Municipal da Defesa Civil de Monte Sião)***, onde a ***PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO***, através do Sr. Prefeito Municipal ***Sr. João Paulo Ribeiro*** solicitou da Defesa Civil a inspeção e laudo sobre o risco existente dos locais da zona urbana abaixo:

1. ***Bairro São Francisco (Usina Velha) 03 residencias danificadas.***
2. ***Dito da Usina: 02 residencias danificadas.***
3. ***Parque das Fontes: Queda de muro de arrimo.***

viemos através do presente ***laudo técnico de Inspeção*** esclarecer que nas datas de 11/01 e 16/01 foi procedido a vistoria e a analise visual técnica dos locais acima citados, em virtude das fortes chuvas ocorridas nos dias 10 e 15/01/2016..

1. Da Defesa Civil

A política da coordenadoria da Defesa Civil de Monte Sião estabelece como principal objetivo a prevenção de desastre sobre a população e ao meio ambiente.

Ênfase especial é dada à fase da prevenção, uma vez que é menos onerosa aos cofres públicos, ao mesmo tempo em que preserva vidas humanas, propriedades e ao meio ambiente.

2. Da Equipe Técnica da Defesa Civil

GABINETE MILITAR

- **Osmar Rodrigues**, *Engenheiro Civil e Presidente do Conselho da Defesa Civil*

- **Guilherme José Assoni**, *Secretário Administrativo da Defesa Civil*

Os acima citados são integrantes da Coordenadoria e membros do Conselho da Defesa Civil, e procederam conforme a solicitação a "Vistoria in loco" nos locais descritos acima.

3. ***Descrição das condições dos locais vistoriados.***

4. Todos os locais vistoriados foram danificados, pela ação das chuvas, trazendo prejuízos, causando insegurança às famílias e estão correndo sérios riscos caso os eventos provocados pelas chuvas se repitam nos próximos dias.

- Houve deslizamento de terras, invasão de águas, quedas de muro de arrimo, necessitando em algumas residências serem Interditadas para uso diário das famílias uma vez que o risco é muito grande.

- Todos os locais vistoriados estão seriamente comprometidos, principalmente trazendo situações de riscos aos Munícipes; causando insegurança e comprometendo o dia a dia das pessoas, indisponibilidade financeira para reconstrução dos locais, portanto necessitam intervenção urgente.

Constatamos que:

- ✓ *Nas condições que encontram os locais vistoriados, oferecem riscos patrimoniais, animais e pessoas;*
- ✓ *em virtude das grandes chuvas que assolam a região nos últimos dias;*
- ✓ *em virtude de que todos os locais estão estruturalmente comprometidos entendemos:*

que a situação requer atitude de forma 'EMERGENCIAL' , pois o papel principal da Defesa Civil é a preservação da vida humana, e no caso em tela não convem que estas continuem oferecendo riscos.

Com a continuidade do período chuvoso poderá tornar os locais vulneráveis a eventos destrutivos trazendo transtornos ao município e aos munícipes que utilizam e residem próximos. *O grau de probabilidade de desastre no local pela Defesa Civil é que* ***Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos.***

Como o principal objetivo da Defesa Civil é a **PREVENÇÂO** de desastres sobre os conjuntos de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas coordenadas e realizadas pela Defesa Civil, destinadas a evitar os efeitos dos desastres provocados pela natureza, pelo homem e a garantir a segurança e a tranqüilidade das pessoas e das comunidades em situações de perigo e risco.

4. RECOMENDAÇÕES/PARECER/CONCLUSÃO

Conforme vistoria e inspeção nos locais descritos acima do engenheiro Civil e Presidente da Defesa Civil Osmar Rodrigues; e por outros membros da **COMDEC (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Monte Sião) eis o parecer abaixo:**

Recomendamos:

1. Que sejam tomadas as medidas de recuperação de todos locais com reconstrução dos imóveis e outras infra estruturas de maneira segura a todos os que as utilizam;
2. Que recomendamos seja estabelecido ***"MEDIDA DE EMERGENCIA'*** uma vez que todas os locais citados oferecem riscos; e é de suma importância aqueles locais para as familias, e à comunidade em geral por necessidade e por medida de preservação de vidas e ao meio ambiente .

Monte Sião, 16 de janeiro de 2016.

Guilherme José Assoni
Sec. Adm. da Defesa Civil

Osmar Rodrigues
Engenheiro Civil – Crea 060075213-6
Visto 17840 – MG
Presidente da Defesa Civil

DECRETO Nº: 6.033 DE 21 DE MARÇO DE 2016.

"Aprova o Loteamento Residencial denominado "JARDIM DOS LAGOS" localizado no Bairro do Tanque e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº: 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com as alterações da Lei Federal nº: 9.785, de 29 de janeiro de 1999, Lei Federal nº: 10.257, de 10 de julho de 2001, Lei Complementar Municipal nº: 105, de 14 de outubro de 2008 e Lei Complementar Municipal nº: 158, de 23 de agosto de 2012:

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica aprovado o Loteamento Residencial denominado "JARDIM DOS LAGOS", de propriedade de PORTUCALE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, localizado no Bairro do Tanque objeto da matrícula nº: 13.299, do Livro nº 2 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Publicado

Art. 2º – O Loteamento a que se refere o artigo anterior está contido em plantas, memoriais e documentos estes que ficam fazendo parte integrante deste diploma legal, em cumprimento à Lei Complementar Municipal nº: 105, de 14/10/2008, Lei Complementar Municipal nº: 158 de 23/08/2012, Lei Federal nº: 6.766, de 19 de maio de 1979, com as alterações da Lei Federal nº: 9.785, de 29 de maio de 1.999 e da Lei Federal nº: 10.257, de 10 de julho de 2001e demais legislação em vigor.

Art. 3º – Fica o proprietário do Loteamento mencionado neste Decreto responsável pelas obras de infraestrutura da gleba loteada, assim como, arruamento calçado ou pavimentado, meios-fios, sarjetas de concreto, rede de energia elétrica pública e residencial, rede de água potável, rede de esgotos sanitários, canalização de águas pluviais e arborização de acordo com o parecer do CODEMA, demarcação dos lotes, quadras e logradouros públicos.

§ 1º – A recomposição da mata ciliar mencionada neste artigo, têm o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do término dos cortes de terraplanagem efetuados, para serem realizados, conforme parecer do CODEMA, ficando o proprietário responsável pelos danos que possam ser impostos ao meio ambiente, e sujeito às penalidades previstas no Código Florestal.

§ 2º – A rede de distribuição de energia elétrica para iluminação pública e residencial será executada de acordo com projetos aprovados pela CEMIG, ficando estabelecido que a iluminação pública deverá ser realizada com lâmpadas de vapor de sódio com no mínimo 250 WATTS de potência.

§ 3º – As redes de distribuição de água potável e a coletora de esgotos serão executadas de acordo com os projetos de especificações aprovados pela COPASA.

§ 4º – O loteador deverá respeitar as diretrizes fornecidas pelo Município, tendo em vista a implantação de novos loteamentos, atendendo-se o disposto nos artigos 12 a 27 e respectivos parágrafos, incisos e anexos correspondentes, da Lei Complementar Municipal nº: 105, de 14.10.2008 e suas alterações.

§ 5º – O loteador deverá apresentar à Câmara Municipal projeto do loteamento, onde constarão os logradouros devidamente denominados, para que em observância a Lei Complementar Municipal nº: 173, de 03 de fevereiro de 2013, os vereadores procedam à aprovação de Lei específica de denominação de logradouros, para posterior sanção do Executivo Municipal. Ainda em observância da referida Lei, o loteador deverá proceder à confecção e colocação das placas nominativas nos respectivos logradouros.

Art. 4º – Ficam reservadas ao Município, em conformidade com o artigo 26 da Lei Complementar Municipal nº: 105, de 14.10.2008, as seguintes áreas, conforme dispõe a planta em anexo, a saber:

– Áreas Verdes	34.616,88 m²	(18,18%);
– Ruas	49.259,37 m²	(25,87%);
– Área de Lotes	97.033,10 m²	(50,95%);
– Áreas Institucionais	9.521,65 m²	(5,00%);
– Terreno	190.431,00 m²	(100,00%).

Publicado

Art. 5º – Os lotes de propriedade do Loteador, quando ainda não vendidos no prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente decreto, estarão sujeitos aos impostos normais de acordo com os dispositivos legais vigentes relativos à Loteamento, sendo o tributo cobrado levando-se em conta a quantidade e a área de glebas existentes; e a partir desse prazo haverá a incidência dos tributos municipais normais previstos no Código Tributário Municipal, cobrados lote a lote.

Art. 6º – Os lotes transferidos para compradores ficarão sujeitos aos impostos municipais normais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 7º – Fica o proprietário do Loteamento e os futuros proprietários dos lotes, proibidos de fazerem ou permitirem a divisão dos atuais lotes, sendo expressamente vedado o desmembramento e o desdobro de lotes.

Art. 8º – A partir do registro do memorial e das plantas no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob respectiva inscrição, os espaços livres, ruas, praças e áreas comunitárias passarão automaticamente à categoria de bens de uso comum do povo.

Art. 9º — Para garantia da execução das obras de infraestrutura de que trata o artigo 3º e seus parágrafos, o proprietário constituirá como garantia a caução dos lotes de 01 a

20 da Quadra F, lotes de 01 a 27 da Quadra G e lotes de 01 a 41 da Quadra K, totalizando 88 (oitenta e oito) lotes que não poderão ser vendidos, doados, desapropriados, ou qualquer outro negócio similar, sob pena da lei, antes da liberação conforme o disposto no artigo 8º § 2º da LC 105 de 14/10/2008.

§ 1º – Os lotes caucionados neste artigo serão liberados pelo Executivo Municipal, através de Vistoria e aceitação das obras de infraestrutura, efetuada pelo Departamento de Obras Urbanas e Rurais da Prefeitura e antes da efetivação deste procedimento não poderão ser negociados.

§ 2º – Quando conveniente ao interesse público, o Município, através de seu órgão competente, poderá condicionar o descaucionamento e a liberação de construções, à verificação e pareceres ou laudos emitidos pelos órgãos aos quais são delegados alguns serviços públicos competentes para verificação da regularidade e da qualidade das obras e serviços executados.

§ 3º – Se o proprietário deixar de cumprir as obrigações ficará facultado ao Município requerer a venda judicial dos lotes caucionados e aplicar o seu produto nas obras mencionadas no artigo 3º e seus parágrafos deste Decreto, sem prejuízo do mesmo sofrer as cominações da Lei Federal nº: 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

§ 4º – Ficam cientes os proprietários de que todas as obras relacionadas neste Decreto, bem como quaisquer benfeitorias executadas pelos interessados nas áreas doadas, passarão a fazer parte integrante do patrimônio do Município, sem qualquer indenização, uma vez concluídas e declaradas de acordo pela Vistoria retro mencionada.

Publicado

Art. 10 – As construções do Loteamento ora aprovado deverão estar em acordo com as exigências do Código Municipal de Obras, Lei Complementar nº: 157, de 09 de julho de 2012 e suas posteriores alterações para a competente aprovação e licenciamento.

Art. 11 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 21 de março de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.033
Em 21/03/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 5.593 DE 16 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre alteração na composição do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, e dá outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com o Decreto Federal nº: 3.696, de 21 de dezembro de 2000 e com a Lei Municipal nº: 2.177, de 28 de julho de 2014 e

- Considerando a necessidade de substituição de alguns dos membros que compõem o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas com o objetivo de manter a adequada representatividade dos órgãos e o seu eficaz funcionamento.

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º – O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas passa a ser composto por:

I- REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TITULAR: *Gredson Gomes de Morais*

SUPLENTE: *Aline Bueno*

IV- REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TITULAR: *Elissandra Lopes Ferrari*

SUPLENTE: *Andyara Maria Campos Silva*

VIII- REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

TITULAR: *Roberto Carlos Bueno*

SUPLENTE: *Maria Cristina Tavares Bressane*

Art.2°-Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do **Decreto n°: 5.182, de 04 de agosto de 2014.**

Art. 3°- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 16 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.593
Em. 16 / 01 / 2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 5.592 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a nomeação de Servidores Públicos para ocuparem funções gratificadas da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e alterações, Lei Complementar nº: 144, de 08 de dezembro de 2011 e com a Lei Complementar nº: 155, de 10 de abril de 2012.

D E C R E T A:

Art. 1º – Ficam exonerados, a partir de 01 de fevereiro de 2016, os seguintes Servidores Públicos:

Publicado

I – ÂNGELA MARIA DE SOUZA, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 19389836 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 531.865.326-04, residente e domiciliada à Rua Padre Cornélio, 523, Jardim Bela Vista, neste município, exercer a função gratificada de VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "JOSÉ MORAIS CARDOSO".

II – MARCELO DE LIMA COUTINHO, brasileiro, solteiro, lotado no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-8822140 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 038.796.626-90, residente e domiciliado à Rua Juarez Rodrigues Ramos, 117, Loteamento Rio das Pedras, neste município, da função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL "PADRE REINALDO".

III – ROSANA PASCUAL TRINDADE, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 169547887 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 080.521.968-41, residente e domiciliada à Rua Antônio Genghini, 91, Jardim dos Ipês, neste município, da função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "LÁZARO CÂNDIDO DE SOUZA".

DECRETO Nº: 8.592 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a nomeação de Servidores Públicos para ocuparem funções gratificadas da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº. 1.139, de 17 de dezembro de 1991 e alterações, Lei Complementar nº 144, de 08 de dezembro de 2011 e com a Lei Complementar nº 165, de 10 de abril de 2012.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados, a partir de 01 de fevereiro de 2016, os seguintes Servidores Públicos:

I – ÂNGELA MARIA DE SOUZA, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 1925956 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 531.865.329-04, residente e domiciliada à Rua Padre Conceição, 522, Jardim Nova Vista, neste município, exercer a função gratificada de VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "JOSÉ MOKARZEL CARDOSO".

II – MARCELO DE LIMA CORTINHO, brasileiro, solteiro, lotado no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-8522140 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 038.790.629-90, residente e domiciliado à Rua Juarez Rodrigues Ramos, 117, Encantado Rio das Pedras, neste município, da função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL "PADRE REINALDO".

III – ROSANA PASCOAL TRINDADE, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 16954782 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 080.521.968-41, residente e domiciliada à Rua Antônio Congênio, 91, Jardim dos Ipês, neste município, da função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "LAZARO CÂNDIDO DE SOUZA".

IV — ELISANDRA APARECIDA DE PAULA SANTOS, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-8069595 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 026.787.286-09, residente e domiciliada à Rua Jovino Schiavon Teles, 46, Parque do Generoso, neste município, da função gratificada de VICE-DIRETORA DO EMEI "ELVIRA DE CASTRO BERNARDI".

Art. 2º – Ficam nomeados, a partir de 01 de fevereiro de 2016, os seguintes Servidores Públicos:

I – ADRIANA MARCIANO DE GODOI MORAES, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-7487329 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 025.108.456-67, residente e domiciliada no Sítio Santa Terezinha, Guardinha de Cima, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DO CEMEI "CANTINHO DA FELICIDADE".

II – SOLANGE DE CÁSSIA RIBEIRO FERRAZ, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº MG-10755741 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 032.485176-62, residente e domiciliada no Sítio Pinheirinhos, Guardinha de Cima, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "COMENDADOR BATISTA DE OLIVEIRA"

III – SELMA APARECIDA DOS SANTOS GASTÃO, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-11397073 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 049.524.596-83, residente e domiciliada à Rua Planeta Saturno, 299, Parco Del' Sole II, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DO EMEI "ELVIRA DE CASTRO BERNARDI".

IV – ÉRICA FARACO SANTOS, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-8068595 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 026.787.286-09, residente e domiciliada à Rua Domingos José da Silva, 147, Condomínio das Águas, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNCIIPAL "DONA INA".

V – LUCIVÂNIA JUSSARA DA COSTA, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 425216068 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 329.532.558-85, residente e domiciliada à Rua dos Pica-Paus, 50, Pimentéis, Águas de Lindóia–SP, para exercer a função gratificada de VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "DONA INA".

Publicado

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
ESTADO DE MINAS GERAIS

IV — ELISANDRA APARECIDA DE PAULA SANTOS, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-8069595 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 029.787.286-09, residente e domiciliada a Rua Joviano Teles 46, Parque do Cisne, nesta município, da função gratificada de VICE-DIRETORA DO CENTRO DE CASTRO BERNARDI"

Art. 2º – Ficam nomeados, a partir de 01 de fevereiro de 2016, os seguintes Servidores Públicos:

I – ADRIANA MARCIANO DE CODOI MORAIS, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-7487239 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 025.108.456-67, residente e domiciliada no Sítio Santa Terezinha, Guardinha de Cima, nesta município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DO CENTRO "CANTINHO DA FELICIDADE".

II – SOLANGE DE CASSIA RIBEIRO FERRAZ, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº MG-10755741 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 052.485176-52, residente e domiciliada no Sítio Pinheirinho, Guardinha de Cima, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "COMENDADOR BATISTA DE OLIVEIRA"

III – SELMA APARECIDA DOS SANTOS GANTÃO, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-11597072 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 049.524.596-83, residente e domiciliada à Rua Planeta Saturno, 209, Parque Del Sole II, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DO EMEI "ELVIRA DE CASTRO BERNARDI".

IV – ERICA FARACO SANTOS, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-8069595 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 029.787.286-09, residente e domiciliada à Rua Domingos Jose da Silva, 147, Condomínio dos Águas, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "DONA INA".

V – LUCIVÂNIA BUSSARA DA COSTA, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 42521605 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 329.522.558-85, residente e domiciliada à Rua dos Pics-Paes, 50, Pimentas, Águas de Lindoia–SP, para exercer a função gratificada de VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "DONA INA".

VI – ROSANA PASCUAL TRINDADE, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 169547887 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 080.521.968-41, residente e domiciliada à Rua Antônio Genghini, 91, Jardim dos Ipês, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "PADRE REINALDO".

VII – DÊNIS RICARDO PUDO, brasileiro, solteiro, lotado no cargo de Professor I, portador da cédula de identidade, RG nº M-7487777 SSP-MG, inscrito no CPF/MF nº 984.720.6546-91, residente e domiciliado à Rua São Paulo, 48, Centro, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL LÁZARO CÂNDIDO DE SOUZA".

VIII – ANA MARIA DOS SANTOS, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-5711040 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 739.320.006-68, residente e domiciliada à Rua Ramiro Guireli, 68, Morada Nova Monte Sião, neste município, para exercer a função gratificada de VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "PADRE REINALDO".

Publicado

IX – MARGARIDA FONTES ANTUNES DA COSTA, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº M-2578678 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 580.631.966-00, residente e domiciliada à Rua Geraldo Mariano Silva, 28, Jardim Planetário, neste município, para exercer a função gratificada de VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "PADRE REINALDO".

X – SILMARA TECCHIO CÉZAR, brasileira, divorciada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 19.247.271-9 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 148.967.258-32, residente e domiciliada à Rua José Moterani, 209, Centro, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DO CEMEI "PEQUENO MUNDO".

XI – KELLY APARECIDO RAMALHO, brasileira, solteira, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 308214067 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 050.340806-99, residente e domiciliada à Rua Padre Cornélio, 616, apto. 02, Centro, neste município, para exercer a função gratificada de VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "JOSÉ MORAIS CARDOSO".

XII – MARI REGINA DE SOUZA, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 254123545 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 149.914.728-73, residente e domiciliada na Rua Equador, 65, Vila Beatriz, Águas de Lindóia–SP, exercer a função gratificada de DIRETORA DA EMEI "TIA TÂNIA".

XIV – MARILENE GENGHINI LAURINDO, brasileira, casada, lotada no cargo de Professor I, portadora da cédula de identidade, RG nº 228109760 SSP-SP, inscrita no CPF/MF nº 800.403.146-34, residente e domiciliada à Rua João Pires do Couto, 249, Parque Industrial Monte Sião, neste município, para exercer a função gratificada de DIRETORA DO CEIM "TREM DA ALEGRIA".

XV – DEBORAH CRISTINA RIBEIRO DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, lotada no cargo de professor I, cédula de identidade, RG nº: 407274868 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº: 309.925.898-94, residente e domiciliada à Rua José Luís Leme, 290, Apto. 14, Centro, Águas de Lindóia-SP, para exercer a função gratificada de VICE- DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL "PADRE REINALDO";

Art. 3º – Este Decreto em vigor na data de sua publicação e revoga-se o **Decreto nº: 5.327, de 12 de fevereiro de 2015.**

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado

Monte Sião, 13 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5592
Em 13/01/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 5.591 DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre aprovação de desmembramento da Gleba 01 objeto da Matrícula nº 12.667 do Livro nº 2 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Sião–MG, situado na Gleba 01, Lote 29, Quadra 106, Setor 4, Bairro dos Alves de propriedade de Cinézio Simoneti e Raquel Vilas Bôas Simoneti."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº: 105, de 14 de outubro de 2008 e alterações, e ainda

– Considerando o parecer favorável ao requerimento dos proprietários Cinézio Simoneti e Raquel Vilas Bôas Simoneti, para aprovação de desmembramento do Lote objeto da Matrícula nº 12.667 do Livro nº 2 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Sião–MG, situado na Gleba 01, Lote 29, Quadra 106, Setor 04, Bairro dos Alves, nesta cidade e comarca de Monte Sião–MG, pela Sra. Maria Terezinha Martins Salomon, Chefe da Seção de Engenharia da Prefeitura Municipal de Monte Sião–MG;

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do Lote objeto da Matrícula nº 12.667 do Livro nº 2 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Sião–MG, situado na Gleba 01, Lote 29, Quadra 106, Setor 04, Bairro dos Alves, nesta cidade e comarca de Monte Sião–MG, de propriedade do Sr. Cinézio Simoneti, inscrito no CPF/MF sob o nº: 657.642.936-34 e da Sra. Raquel Vilas Bôas Simoneti, inscrita no CPF/MF sob nº: 057.721.726-70, de acordo com a Planta Planimétrica e com o respectivo Memorial Descritivo, documentos estes que ficam fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 13 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.591
Em 13/01/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 5.587 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"Notifica do Lançamento de Oficio ***DO IPTU/TCL/COSIP,*** *para todos os imóveis situados neste Município, cujos prazos e condições para o seu recolhimento são os descritos no* ***ANEXO ÚNICO - Calendário de Recolhimento de Tributos Municipais - IPTU/TCL/COSIP – 2016****".*

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, no exercício de seu poder administrativo e em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 9ª, 10, 11, 32, 33, 34 e seus parágrafos, 35, 44 e incisos, 45, 46 e 47, da Lei Complementar Municipal nº 07 de 18 de dezembro de 2000 (Código Tributário Municipal), c/c Código Tributário Nacional e artigos 142, parágrafo único, 144 e 145, Incisos I a III da Lei Federal 5.172/66,

CONSIDERANDO, o Superior Tribunal de Justiça sob a ótica da Lei dos Recursos Repetitivos n. 11.672/2008, unificou e pacificou entendimento sobre notificação do lançamento tributário.

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º - Nos termos do disposto nos artigos 9ª, 10, 11, 32, 33, 34 e seus parágrafos, 35, 44 e incisos, 45, 46 e 47, da Lei Complementar Municipal nº 07 de 18 de dezembro de 2000 (Código Tributário Municipal), c/c Código Tributário Nacional e artigos 142, parágrafo único, 144 e 145, Incisos I a III da Lei Federal 5.172/66, ***NOTIFICA*** todos os contribuintes do LANÇAMENTO DO IPTU/TCL/COSIP/2016, cujos prazos e condições para os seus recolhimentos são os descritos no ANEXO ÚNICO - Calendário de Recolhimento de Tributos Municipais - IPTU/TCL/COSIP – 2016.

Art. 2º - Fica instituído neste Decreto Municipal, o **ANEXO ÚNICO,** que dispõe sobre o Calendário de Recolhimento de Tributos Municipais — IPTU/TCL/COSIP – 2016.

Art. 3º - É de competência do Chefe de Divisão do Cadastro Imobiliário efetuar e gerenciar os lançamentos das informações para cada matricula imobiliária, necessária à geração do crédito tributário do IPTU/2016, bem como dos demais Tributos que com ele são lançados.

Art. 4º - O recolhimento do IPTU/2016 – Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxas e Contribuições que com ele são lançadas, será efetuado por via de Documento de Arrecadação Municipal-DAM em cota única com desconto de **4% no IPTU** ou em até 08 (oito) parcelas mensais, conforme o **Anexo Único,** que dispõe sobre o Calendário de Recolhimento de Tributos Municipais — **IPTU/TCL/COSIP – 2016.**

Parágrafo Único - O valor mínimo por parcela não poderá ser inferior a 02 (duas) **VRM`s: R$ 76,08 (setenta e seis reais e oito centavos),** no que se refere o artigo 4º.

Art. 5º - A Entrega das Notificações do Lançamento (Carnês), na agência postal será precedida de divulgação por emissora de Rádio, por Jornal de circulação local, por publicação no Átrio (Quadro de avisos, Mural, etc) da Prefeitura Municipal, pelo site oficial da Prefeitura Municipal: www.montesiao.mg.gov.br, por divulgação sonora, por redes sociais e por outros meios possíveis.

Parágrafo 1º - As Notificações do Lançamento (Carnês) do IPTU/TCL/COSIP – 2016 serão entregues pelos Correios no endereço do imóvel ou no endereço escolhido pelo contribuinte, de acordo com o Cadastro Imobiliário Municipal.

Parágrafo 2º - Para todos os efeitos de direito, no caso do ***caput*** do art. 5º e respeitadas as suas disposições, presume-se feita à notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 15 (quinze) dias após a entrega dos carnês IPTU/TCL/COSIP – 2016 na agência postal local.

Parágrafo 3º - A presunção referida no parágrafo anterior é relativa e poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento do carnê/IPTU/2016 protocolada pelo sujeito passivo junto à Administração Municipal, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da comunicação feita na forma do ***caput*** do art. 5º.

Publicado

Parágrafo 4º - A Notificação do Lançamento far-se-á por edital, quando o sujeito passivo encontrar-se em local incerto e não sabido, for declarado ausente na forma da lei civil, ou seu endereço estiver na lista descrita no **parágrafo 5º** deste Decreto Municipal, possuindo os efeitos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 5º deste Decreto Municipal.

Parágrafo 5º - Conforme informado pela agência local dos Correios, Notifica os contribuintes que nos Bairros abaixo relacionados: Batinga, Colina (exceto as ruas Rubens Marcelo e José Laurindo de Freitas) São Rafael, Vale Del Fiori, Serafim, Tião Serafim e Virtuosinha, não acontece à entrega domiciliar pelos correios. No Bairro Mococa não acontece entrega domiciliar nas ruas Luís Veríssimo e Estrada Municipal. No Loteamento Campo Belo não acontece entrega domiciliar na Rua Silviano Moreira Mendes.

Parágrafo 6º - O contribuinte poderá emitir suas guias IPTU/TCL/COSIP – 2016, pela Internet, no site www.montesiao.mg.gov.br, (servidores, certidões e carnês ON LINE) bastando usar seu CPF/CNPJ ou o número da Inscrição Municipal do Cadastro Imobiliário.

Parágrafo 7º - Quando o vencimento da parcela se der em dia não útil (sábado, domingo ou feriado) poderá ser paga no próximo dia útil subsequente.

Art. 6º - Os créditos tributários municipais, não quitados nos respectivos vencimentos, serão acrescidos das multas, correção monetária e de juros moratórios previstos em Lei, na forma do disposto no Anexo Único, que dispõe sobre o Calendário de Recolhimento de Tributos Municipal — IPTU/TCL/COSIP – 2016.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica enquanto pendente de resposta consulta formulada, pelo sujeito passivo, dentro do prazo regulamentar para pagamento do crédito.

Art. 7º - No mês de dezembro de 2016, os débitos vencidos e não quitados serão inscritos em Dívida Ativa, com a geração do Livro da Dívida Ativa referente ao ano de 2016.

Art. 8º - O Sujeito Passivo será notificado da inscrição de seu débito na Dívida Ativa do Município, para, querendo, efetuar o pagamento do débito com os acréscimos legais, ou apresentar reclamação administrativa no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação.

Art. 9º – Fica autorizado ao Diretor do Departamento de Finanças e Tesouraria expedir Atos Normativos destinados a orientar o lançamento e esclarecer sobre o cumprimento das obrigações tributárias referidas neste decreto.

Art. 10 - Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 04 de janeiro de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal.

RUBENS PARREIRA
Diretor do Departamento de Finanças e Tesouraria.

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 5.587
Em. 04 / 01 / 2016
Diretor Administrativo

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
ESTÂNCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº: 7.018 DE 25 DE AGOSTO DE 2016.

"Designa Agente Pública para o exercício de atribuições na forma que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e Lei nº: 1.252, de 01 de julho de 1994, Decreto nº: 5.455, de 26 de junho de 2015 e Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias, **período aquisitivo 2015/2016**, da Agente Pública **Paula Danieli Silva**, lotada no cargo de provimento em comissão de **Secretária de Gabinete** e responsável pelo exercício das atribuições inerente ao cargo de **Assessor de Gabinete;**

- Considerando o princípio de continuidade do serviço público.

Publicado

DECRETA:

Art. 1º – Fica a Agente Pública, **Andyara Maria Campos Silva**, lotada no cargo de **Assessor Técnico Administrativo**, **designada**, para exercer **interinamente** as atribuições inerentes ao cargo de **Assessor de Gabinete**, no período compreendido entre 26 de agosto até 30 de setembro de 2016.

Art. 2º – Este decreto em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 25 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7.018
Em 25/08/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 7.017 DE 25 DE AGOSTO DE 2016.

"Dispõe sobre pedido de férias regulares do período de 2015/2016 da Secretária de Gabinete da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares da Agente Pública**, Paula Danieli Silva,** referente ao período aquisitivo **2015/2016**, lotada no cargo de provimento em comissão de **Secretária de Gabinete.**

Publicado

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, **a partir de 26 de agosto até 30 de setembro de 2016**, o gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares, referente ao período aquisitivo 2015/2016, à Agente Pública, **Paula Danieli Silva**, brasileira, divorciada, Fisioterapeuta, cédula de identidade, RG nº: MG-12.683.058, inscrita no CPF/MF sob o nº: 072.414.636-92, residente e domiciliada à Rua Pedro Pocai, Centro, Monte Sião–MG, lotada no cargo de provimento em comissão de **Secretária de Gabinete.**

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 25 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7017
Em 25/08/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 7.015 DE 24 DE AGOSTO DE 2016.

" Dispõe sobre pedido de férias regulares do período de 2014/2015 da Assessora de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Decreto nº: 5.448, de 26 de junho de 2015 Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016, e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares da Agente Pública, **Rosana Monteiro,** referente ao período aquisitivo **2014/2015**, lotado no cargo de provimento em comissão de **Assessor de Controle Interno;**

- Considerando a necessidade de continuidade do exercício das funções relativas ao cargo para a adequada prestação de serviços públicos;

Publicado

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, **a partir 25 de agosto até 29 de setembro de 2016,** o gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a Agente Pública **Rosana Monteiro**, brasileira, solteira, comerciante, cédula de identidade, RG nº: 81128-ME, inscrita no CPF/MF sob o nº: 468.210.406-30, residente e domiciliada à Rua Juscelino K. de Oliveira, 947, Centro, Monte Sião-MG, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Assessor de Controle Interno.**

Art. 2º- Fica nomeado pelo período de 25 (vinte cinco) dias úteis, **a partir 25 de agosto até 29 de setembro de 2016,** o Agente Público **Luiz Fernando Silva Lima**, **lotado no cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Materiais,** brasileiro, divorciado, cédula de identidade, RG nº: 1240118 SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob o nº: 112.259.205-15, residente e domiciliado à Rua Zeca de Castro, 598, Edifício Ouro Preto, Apto 71, Jardim Flamboyant, Monte Sião–MG, para ocupar, **interinamente**, o cargo de provimento em comissão de **Assessor de Controle Interno** a quem são atribuídas todas as prerrogativas e ônus pelo período acima mencionado.

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 24 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7.015
Em 24/08/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 7.016 DE 24 DE AGOSTO DE 2016.

"Dispõe sobre pedido de férias regulares do período de 2015/2016 do Assessor de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares do Agente Público**, Fernando Tiago Simões,** referente ao período aquisitivo **2015/2016**, lotado no cargo de provimento em comissão de **Assessor de Comunicação Social**.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, **a partir de 26 de agosto até 30 de setembro de 2016**, o gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares, referente ao período aquisitivo 2015/2016, ao Agente Público, **Fernando Tiago Simões**, brasileiro, solteiro, Bacharel em Comunicação Social, cédula de identidade, RG nº: 58.132.906-5 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 088.963.156-54, residente e domiciliado à Rua São Judas Tadeu, Loteamento Recanto São Marcos, Bairro Mococa, Monte Sião–MG, lotado no cargo de provimento em comissão de **Assessor de Comunicação Social.**

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 24 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7.016
Em 24/08/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 7.010 DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

"Designa Agente Pública para o exercício de atribuições na forma que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e Lei nº: 1.252, de 01 de julho de 1994, Decreto nº: 7.009, de 22 de agosto de 2016, e

-Considerando o pedido de exoneração do Agente Público **Fagner Gonçalves,** ocupante do cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Patrimônio e Manutenção de Próprios Públicos.**

- Considerando a necessidade de continuidade do exercício das atribuições relativas ao cargo para o desempenho das atividades administrativas;

Publicado

DECRETA:

Art. 1º – Fica a Agente Pública, Danielle da Silva Mângia, lotada no cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Patrimônio, **designada**, para exercer **interinamente** as atribuições inerentes ao cargo de **Chefe de Divisão de Patrimônio e Manutenção de Próprios Públicos.**

Art. 2º – Este decreto em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 22 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7.010
Em 22/08/2016

DECRETO Nº: 7.009 DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

"Dispõe sobre a exoneração de Agente Público ocupante de cargo de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Decreto nº: 5.316, de 10 de fevereiro de 2015, e

– Considerando o pedido de exoneração do Agente Público, **Fagner Gonçalves,** do cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Patrimônio e Manutenção de Próprios Públicos**.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica exonerado, **a partir desta data**, o Agente Público **Fagner Gonçalves,** brasileiro, solteiro, cédula de identidade, RG nº: MG- 13308393, inscrito no CPF/MF sob o nº: 101.447.966-51, residente e domiciliado à Rua Humberto Pennacchi, 310, Centro, Monte Sião-MG, do cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Patrimônio e Manutenção de Próprios Públicos**.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 22 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7.009
Em 22/08/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 7.008 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

"Designa Agente Pública para o exercício de atribuições na forma que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e Lei nº: 1.252, de 01 de julho de 1994, Decreto nº: 5.446, de 26 de junho de 2015 e Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias, **período aquisitivo 2015/2016**, da Agente Pública, **Isabele de Melo**, lotada no cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Secretariado, Material e Merenda Escolar.**

- Considerando o princípio de continuidade do serviço público.

Publicado

DECRETA:

Art. 1º – Fica a Agente Pública, **Franciele Beatriz Cardoso Inácio**, contratada no cargo de Auxiliar de Serviço Escolar II, **designada,** para exercer **interinamente** as atribuições inerentes ao cargo de **Chefe da Divisão de Secretariado, Material e Merenda Escolar,** no período compreendido entre 16 de agosto até 19 de setembro de 2016.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 12 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7.008
Em 12/08/2016
Diretor Administrativo

DECRETO Nº: 7.007 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

" Dispõe sobre pedido de férias regulares do período de 2015/2016 do Diretor do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Monte Sião."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991, Lei Complementar nº: 46, de 1º de dezembro de 2003, Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares do Agente Político, **Acácio Domênico Pinto,** referente ao período aquisitivo **2015/2016**, lotado no cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;**

- Considerando a necessidade de continuidade do exercício das funções relativas ao cargo para a adequada prestação de serviços públicos;

Publicado

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, **desde a data de 10 de agosto até 14 de setembro de 2016**, o gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias regulares, referente ao período aquisitivo 2015/2016, ao Agente Político, Acácio Domênico Pinto, brasileiro, casado, cédula de identidade, RG nº: 15492190 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº: 487.000.966-87, residente e domiciliado à Rua Florêncio Alves de Carvalho, 192, Centro, Monte Sião-MG, lotado no cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.**

Art. 2º- Fica nomeado pelo período de 25 (vinte cinco) dias úteis, **desde a data de 10 de agosto até 14 de setembro de 2016,** o Servidor Público **Guilherme José Assoni**, **lotado no cargo de provimento em comissão de Chefe de Governo, Planejamento e Gestão,** brasileiro, casado, bacharel em Serviço Social, cédula de identidade, RG nº: MG–12.695.968 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº: 055.815.766–10, residente e domiciliado à Rua Zeca de Castro, 598, Edifício Tiradentes Apto 22, Jardim Flamboyant, Monte Sião–

MG, para ocupar, **interinamente**, o cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente** a quem são atribuídas todas as prerrogativas e ônus pelo período acima mencionado.

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 12 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7.007
Em 12/08/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 7.001 DE 02 DE AGOSTO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – FUNDEB, PARA O BIÊNIO DE 2016/2018."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº: 1.787, de 22 de março de 2007:

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica composto o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, estabelecido na Rua do Mercado, 417, centro, Monte Sião-MG, CEP 37.580-000, fone: (035) 3465-6136, **para o biênio de 2016/2018** com os seguintes membros:

Publicado

REPRESENTANTE DA DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR:
NOME: MICHELE BASAGLIA
CPF: 289.798.218-75
RG: 30.069.150-6
TELEFONE: 98845-8714

SUPLENTE:
NOME: ISABELE DE MELO
CPF: 093.251.546-09
RG: 15.603.282
TELEFONE: 98834-0797

REPRESENTANTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

TITULAR:
NOME: ANDYARA MARIA CAMPOS SILVA
CPF: 034.620.176-40
RG: M-8.821.358
TELEFONE: 3465-5340 / 98708-0035

SUPLENTE:
NOME: ELISÂNGELA SIMONETI DE LIMA FERREIRA
CPF: 030.198.006-33
RG: 29.228.817-7
TELEFONE: 98802-7027

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DE ESCOLA

TITULAR:
NOME: SELMA APARECIDA DOS SANTOS GASTÃO
CPF: 049.524.596-83
RG: MG-11.397.073
TELEFONE: 99108-1710

SUPLENTE:
NOME: MARI REGINA DE SOUZA
CPF: 149.914.728-73
RG: 25.412.354-5
TELEFONE: (19) 3824-4102 / (19) 98113-2497

Publicado

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES

TITULAR:
NOME: PATRÍCIA RIBEIRO FERREIRA CAROLI
CPF: 289.798.218-75
RG: 30.069.150-6
TELEFONE: 99168-9033

SUPLENTE:
NOME: DANIELA AURELIANO DE OLIVEIRA
CPF: 033.501.726-60
RG: M6647695
TELEFONE: 3465-6614

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS I

TITULAR:
NOME: LUCINEIA AMARO DO CARMO AZEVEDO
CPF: 899.588.616-15
RG: MG-6.621.542
TELEFONE: 98875-1068

SUPLENTE:
NOME: FABIANA APARECIDA SOUZA SILVA
CPF: 040.987.756-54
RG: MG 11.452.990
TELEFONE: 98805-7929

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS II

TITULAR:
NOME: HENRIQUE LABEGALINE
CPF: 054.406.196-90
RG: 34.270.640-8
TELEFONE: 99140-2888

SUPLENTE:
NOME: TATIANE DE OLIVEIRA NUCCI ESPÓSITO
CPF: 046.462.496-77
RG: 11.453.006
TELEFONE: 98845-3702

Publicado

REPRESENTANTE DE ALUNOS I

TITULAR:
NOME: VERA LUCIA DE FREITAS PEREIRA PIRES
CPF: 192.704.238-08
RG: 28.442.560-6
TELEFONE: 998425346

SUPLENTE:
NOME: VALDIRENE LIMA DOS SANTOS
CPF: 341.974.808-65
RG: MG 14.759.103
TELEFONE: 3465-4200

REPRESENTANTE DE ALUNOS II

TITULAR:
NOME: ADRIANA BAPTISTA DE FARIA BUENO
CPF: 271.411.048-79
RG: 34.433.166-0
TELEFONE: 99170-0354

SUPLENTE:
NOME: ANDREIA BUENO
CPF: 882.824.146-20
RG: MG-16.134.306
TELEFONE: 3465-4200

REPRESENTANTE DE SERVIDORES TECNICOS

TITULAR:
NOME: MICHELE FONTES BATISTA
CPF: 034.825.136-00
RG: 11.405.180_
TELEFONE: 99200-3701

SUPLENTE:
NOME: CLAUDINA BRUGINI DE REZENDE MAGIOLI
CPF: 048.407.836-40
RG: M-8.926.968
TELEFONE: 99841-4124

Publicado

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR:
NOME: ELISANDRA APARECIDA DE PAULA SANTOS
CPF: 040.533.496-64
RG: 35.277.267-0
TELEFONE: 9991885719

SUPLENTE:
NOME: LUCIANA ODININO FEDEL
CPF: 948.071.676-34
RG: M-6.861.365
TELEFONE: 3465-4425

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

TITULAR:
NOME: ROBERTO CARLOS BUENO
CPF: 182.158.348-50
RG: M 7.487.327
TELEFONE: 34654108 / 987123112

SUPLENTE:
NOME: MARTA DE AZEVEDO
CPF: 468.221.276-15
RG: M 3.519.700
TELEFONE: 3465-4108 / 99140-8934

Art. 2º – Os Conselheiros terão mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se o **Decreto nº: 5.127, de 29 de maio de 2014.**

Monte Sião, 02 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 7.001
Em 02/08/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.099 DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

"Dispõe sobre o retorno da Licença para tratar de Interesses Particulares da servidora pública **Carolina Moraes do Amaral.**"

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os incisos VI e IX do art.64 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 100 da Lei nº: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011;

– Considerando o requerimento de retorno da Licença para tratar de Interesses Particulares da servidora pública efetiva e estável, **Carolina Moraes do Amaral,** lotada no cargo de **Auxiliar Administrativo I,** haja vista a expiração do prazo legal.

Publicado

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica concedido, **a partir de 03 de agosto de 2016**, o retorno da Licença para tratar de Interesses Particulares, sem remuneração, com fundamento no parágrafo 1º do artigo 100 da Lei Municipal n: 1.138, de 11 de dezembro de 1991, alterado pelo artigo 1º da Lei nº: 2.029, de 16 de dezembro de 2011, concedida a servidora pública efetiva e estável **Carolina Moraes do Amaral**, lotada no cargo de **Auxiliar Administrativo I.**

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 01 de agosto de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6099
Em 01/08/2016

DECRETO Nº: 6.088 DE 12 DE JULHO DE 2016.

"Dispõe sobre a composição de Comissão Municipal para acompanhamento e prévia análise do objeto constante do Processo de Compras-PRC nº: 252/2016, Tomada de Preços nº: 08/2016 e estabelece outras providências."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº: 8.666, de 21 de junho de 1993.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica composta a Comissão Municipal para acompanhamento e prévia análise do objeto constante do Processo de Compras-PRC nº: 252/2016, Tomada de Preços nº: 08/2016 que se efetivará através da aquisição de Sistema de Ensino de Apostilamento para a Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais juntamente com Assessoramento Técnico-Pedagógico aos Professores e Corpo Técnico do Município, conforme discriminado no Anexo I do Edital, com os seguintes membros:

Publicado

Representantes do Ensino Infantil:

-Gisela Damasceno e Souza

-Luciana Faria da Costa

-Roseli Gomes de Moraes Ribas

-Luciana Odinino Fedel

-Andressa Cristiane Martins Ribeiro

-Jaqueline Franco de Godoi

-Lucinéia Amaro de Mira Rosa

Representantes do Ensino Fundamental

- Walkíria Canela de Souza

- Maria Vanessa de Godoy

- Jusselena de Castro

- Claúdia Tereza Lopes de Souza

- Adriana Maria Grossi

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 12 de julho de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Publicado

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.088
Em 12/07/2016

DECRETO Nº: 6.087 DE 11 DE JULHO DE 2016.

"Designa Agente Público para o exercício de atribuições na forma que especifica."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VI e IX do artigo 64 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº: 1.138, de 17 de dezembro de 1991 e Lei nº: 1.252, de 01 de julho de 1994, Lei nº: 2.323, de 11 de março de 2016 e, especialmente,

- Considerando o pedido para gozo de 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias, **período aquisitivo 2014/2015,** da Servidora Pública **Sra. Danieli Antônia Domingues de Faria,** lotada no cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Licitações**;

- Considerando o princípio de continuidade do serviço público.

DECRETA:

Art. 1º – Fica o Agente Público, **Sr. Altair Antônio Augusto**, lotado no cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo IV**, designado, a partir desta data até 12 de agosto de 2016,** para exercer as atribuições inerentes ao cargo de **Chefe da Divisão de Licitações.**

Art. 2º – Este decreto em vigor na data de sua publicação.

Monte Sião, 11 de julho de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.087
Em 11/07/2016
Diretor Administrativo

Publicado

DECRETO Nº: 6.085 DE 01 DE JULHO DE 2016.

"Dispõe sobre a regulamentação da Lei Complementar nº: 135, de 29 de agosto de 2011, que Estabelece as Diretrizes para Urbanização das Áreas Especiais de Interesse Social."

JOÃO PAULO RIBEIRO, Prefeito Municipal da Estância Hidromineral de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente em seu artigo 64;

Considerando a necessidade de disciplinar e regulamentar a Lei Complementar Municipal nº 135 de 29 de agosto de 2011, que "Estabelece as Diretrizes para Urbanização das Áreas Especiais de Interesse Social" e os Benefícios aos adquirentes de moradia própria e para os Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social Incluídos no Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV de Monte Sião-MG, conforme disposto na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterada pela Lei Federal nº. 12.424, de 16 de junho de 2011.

DECRETA:

Art. 1º – O contribuinte, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, com direitos aos benefícios de isenção de Tributos Municipais previstos no *Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV* de Monte Sião – MG, Lei Complementar nº: 135 de 29 de agosto de 2011 deverá providenciar a sua inclusão preenchendo formulários próprios conforme anexos I, II e III;

§ 1º - O requerimento constante do anexo I trata dos empreendimentos habitacionais de interesse social destinado à população de baixa renda, preenchido em 03 (três) vias pelos responsáveis pela construção, **Pessoa Jurídica** que estejam regularmente inscritas nos órgãos federais, estaduais e municipais competentes e quites com todas as obrigações e normas legais e fiscais exigidas para sua plena execução, pela **Pessoa Física**, quando empreiteiras ou proprietária da obra com destinação específica para residência própria ou comercialização ao PMCMV de Monte Sião, deverão ser financiados por instituições financeiras e agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, aprovados pelo Departamento de Obras Urbanas e Rurais;

§ 2º - O requerimento constante do anexo II deverá ser preenchido em três (03) vias pelos adquirentes de moradia própria, juntando ao mesmo cópia do contrato com a instituição financeira concedente do financiamento habitacional, protocolizado no Departamento de Finanças e Tesouraria, Divisão de Lançamento, Arrecadação e Fiscalização Fazendária;

§3º - O anexo III trata da **DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**, preenchidos em três (03) vias, pelos servidores lotados na Divisão de Lançamento, Arrecadação e Fiscalização Fazendária, após entrega do requerimento pelo adquirente de moradia própria com a cópia do contrato com a instituição financeira concedente do financiamento habitacional, protocolizado no Departamento de Finanças e Tesouraria;

Publicado

Art. 2º - Incluso no PMCMV, conforme dispõe o artigo 1º, § 1º, os benefícios de isenção serão concedidos por etapas, após o projeto de construção civil ser aprovado, com direito ao ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO. (INCLUSO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA):

CONSTRUÇÃO CIVIL:

I. ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL. (Identificado com a inclusão no PMCMV de Monte Sião). TLEO;
II. CERTIFICADO DE NUMERAÇÃO;
III. IPPTU;
IV. ISSQN;
V. HABITE-SE, após aprovado pelo Departamento de Obras Urbanas e Rurais, constar INCLUSO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, lançar no cadastro imobiliário, isenção total ou parcial do IPTU, por 05 (cinco) anos;
VI. CERTIDÃO DE AVERBAÇÃO;
VII. ISSQN NO HABITE-SE (ART. 110 – LCM. 07/2000);
VIII. ITBI;

Art. 3º - Incluso no PMCMV, conforme dispõe o artigo 1º, § 2º, os adquirentes de moradia própria terão os seguintes benefícios de isenção:

I. ITBI;
II. IPPTU (POR 05 ANOS).

Publicado

§ 1º - A isenção a que se refere o caput deste artigo será concedida uma única vez, sempre em razão da primeira aquisição pelo mutuário final, de forma que não alcançará as transações posteriores relativas ao mesmo imóvel, ainda que seja o primeiro imóvel adquirido pelo sujeito passivo tributário.

Art. 4º - O benefício de isenção ou redução de tributos municipais que dispõe a Lei Complementar Municipal nº. 135, de 29 de agosto de 2011 serão concedidos nos seguintes métodos:

I – Isenção total quando se tratar de empreendimentos habitacionais de interesse social, destinados à população com renda familiar de até 03 (três) salários mínimos, conforme contrato com a instituição financeira concedente do financiamento;

II – Isenção parcial, redução de 60% (sessenta por cento) quando se tratar de empreendimentos habitacionais de interesse social, destinados à população com renda familiar de 03 (três) a 06 (seis) salários mínimos, conforme contrato com a instituição financeira concedente do financiamento;

Art. 5º - Os benefícios previstos na Lei Complementar nº. 135, de 29 de agosto de 2011 poderão ser concedidos pelo Poder Executivo, após devidamente examinado o interesse maior do Município e, desde que cumpridas às condições estabelecidas nesta Lei – Programa Minha Casa Minha Vida de Monte Sião, no Código de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e no Plano Diretor do Município.

Art. 6º - - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Monte Sião, 01 de julho de 2016.

JOÃO PAULO RIBEIRO
Prefeito Municipal

GUILHERME JOSÉ ASSONI
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão.

Publicado No Átrio da
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
Artigo 86-Lei Orgânica Municipal
Nº 6.085
Em 01/07/2016
Diretor Administrativo

Publicado

ANEXO I (PROJETO)
(DECRETO MUNICIPAL Nº. 6.085/2016 - Art. 1º. § 1º).

REQUERIMENTO

A ser preenchido em 03 (três) vias pelos responsáveis pela construção, **Pessoa Jurídica** que estejam regularmente inscritas nos órgãos federais, estaduais e municipais competentes e quites com todas as obrigações e normas legais e fiscais exigidas para sua plena execução, pela **Pessoa Física**, quando empreiteiras ou proprietária da obra com destinação específica para residência própria ou comercialização dentro do PMCMV de Monte Sião, protocolado no Departamento de Obras Urbanas e Rurais.

_____CPF/MF _____, RG_____, abaixo assinado, residente à Rua_____ nº_____, Bairro_____ neste Município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº. 135/2011, decreto nº. 6.085/2016 requerer ao Departamento de Obras Urbanas e Rurais APROVAÇÃO DO PROJETO E A INCLUSÃO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA DE MONTE SIÃO, bem como os benefícios de isenção de TRIBUTOS MUNICIPAIS constantes no art. 2º deste Decreto.

Localização do imóvel:

Proprietário do imóvel_____,

Rua _____ Lote _____ Quadra _____,

Loteamento_____/Bairro_____,cadastro imobiliário_____.

Autor do Projeto:_____

Resp. Técnico: _____

ALVARÁ DE LICENÇA Nº_____

PROJETO Nº_____

Nestes termos, pede deferimento.

Monte Sião, ____ de _____de_____.

_____
Assinatura do Requerente
CPF:

1ª via: Depto. Obras Urbanas e Rurais/2ª via: Tributos/3ª via: Requerente

Publicado

ANEXO II
(DECRETO MUNICIPAL Nº. 6.085/2016, Art. 1º. § 2º)

REQUERIMENTO

EU_____
abaixo assinado, residente à Rua_____ nº_____, Bairro_____ neste Município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais, CPF _____, RG/_____, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº. 135/2011, decreto nº. 6.085/2016, art. 1º, § 2º, Programa Minha Casa Minha Vida de Monte Sião, adquirente de moradia própria, requer da divisão competente os benefícios de isenção de **TRIBUTOS MUNICIPAIS**, disposto no art. 3º deste Decreto, do imóvel localizado à Rua_____
_____
_____,
conforme contrato de financiamento habitacional com a Caixa Econômica Federal em anexo.

COMPROVOU RENDA DE R$_____ ISENÇÃO TOTAL: Até 3 salários mínimos – R$_____. ISENÇÃO PARCIAL (REDUÇÃO DE 60%) – De R$ _____ a R$ _____. Acima de 3 e até 6 salários mínimos. Comprovado no contrato com a instituição financeira, concedente do financiamento habitacional.
DESCRIÇÃO E CARACTERISTICAS DO IMÓVEL OBJETO DA VENDA E COMPRA: **TRIBUTOS MUNICIPAIS:** I – ITBI; II – IPPTU (POR 05 ANOS); § 1º - A isenção a que se refere o caput deste artigo será concedida uma única vez, sempre em razão da primeira aquisição pelo mutuário final, de forma que não alcançará as transações posteriores relativas ao mesmo imóvel, ainda que seja o primeiro imóvel adquirido pelo sujeito passivo tributário.
1ª via: Divisão de Tributos/2ª via: Cadastro Imobiliário/3ª via: Requerente

A ser preenchido em 03 (três) vias pelo adquirente de moradia própria, juntando ao mesmo cópia do contrato com a instituição financeira concedente do financiamento habitacional.
Protocolizar na Divisão de Lançamento, Arrecadação e Fiscalização Fazendária.

Nestes termos, pede deferimento.

Monte Sião (MG), _____ de _____ de 2016.

_____
Assinatura/CPF do Mutuário.

Publicado

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTÂNCIA HIDROMINERAL

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III

(DECRETO MUNICIPAL Nº. 6.085/2016, Art. 1º. § 3º)

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

MUTUÁRIO:
(Adquirente de moradia própria).

NOME.

CPF. _____ RG.
End. – Monte Sião. MG.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE RESIDENCIAL:

DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO TERRENO OBJETO DA VENDA E COMPRA:

RENDA COMPROVADA:

Comprovou renda familiar de R$, conforme contrato apresentado com a CEF, instituição financeira concedente do financiamento habitacional.
ISENÇÃO TOTAL: Até 3 salários mínimos: **R$**
ISENÇÃO PARCIAL (REDUÇÃO DE 60%): Acima de 3 salários mínimos até 6 salários mínimos: **R$** **até R$**

BENEFÍCIOS DE ISENÇÃO: Artigo 4º da LCM 135/2011. Artigo 15 da LCM 135/2011, § 2º.

I. ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL. (Identificado com a inclusão no PMCMV de Monte Sião). TLEO;
II. VISTORIA;
III. CERTIFICADO DE NUMERAÇÃO;
IV. IPPTU (POR 5 ANOS);
V. ISSQN;
VI. HABITE-SE, após aprovado pelo Departamento de Obras Urbanas e Rurais, constar INCLUSO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, lançar no cadastro imobiliário, isenção total ou parcial do IPTU, por **05 (cinco) anos;**
VII. CERTIDÃO DE AVERBAÇÃO;
VIII. ISSQN NO HABITE-SE (ART. 110 – LCM. 07/2000);
IX. ITBI;

Monte Sião, _____, _____ de 2016.

Prefeitura Municipal de Monte Sião.
Departamento de Finanças e Tesouraria.
Divisão de Lançamento, Arrecadação e Fiscalização Fazendária.

1ª via: Divisão de Tributos/2ª via: Cadastro Imobiliário/3ª via: Requerente.

Publicado